

## RESUMO

O presente relatório apresenta os resultados de pesquisa sobre a incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas promovidas por governos subnacionais no Brasil. Analisam-se não apenas programas que se dirigem especificamente à mulher, mas também iniciativas governamentais em diversas áreas e setores, procurando verificar em que medida a questão de gênero foi integrada aos programas de governo. Utilizou-se como material empírico banco de dados do *Gestão Pública e Cidadania*, programa de premiação e disseminação de iniciativas inovadoras de governos subnacionais, relativo ao Ciclo de 1996, o qual inclui atividades e programas governamentais nas mais diversas áreas. A análise sugere que, no caso de iniciativas dirigidas especificamente à mulher, ao lado de programas tradicionais - sobretudo os de saúde materno-infantil - tem surgido uma série de iniciativas e respondem a demandas de movimentos de mulheres relativas a temas críticos como violência doméstica, prostituição infantil, planejamento familiar, geração de trabalho e renda, sexualidade entre outros. No caso das demais políticas, há duas observações a fazer: a) em que pese a inexistência de preocupação com a temática de gênero no início dos programas, ocorre, em algumas iniciativas, a incorporação da perspectiva de gênero, ao longo da implantação da política; b) parte significativa dos programas que incorporam gênero responde a questões postas por movimentos de gênero ou por mulheres que integram a clientela dos programas, constituindo, portanto, respostas a uma agenda formulada com a participação das mulheres.

## PALAVRAS-CHAVE

Gênero; Políticas públicas; Governo local; Mulher; Políticas de gênero.

## **ABSTRACT**

This study presents the results of a research about the incorporation of the gender perspective on public policies at the subnational level of government in Brazil. The study deals not only with programs with focus on gender, but also with a whole set of programs in different sectors, to verify if they integrate the gender perspective. The research is based upon the *Gestão Pública e Cidadania* data bank, an award and dissemination program of the subnational level of government initiatives, which includes governmental programs from the 1996 Cycle. The analysis suggests that the gender programs include, besides the traditional activities - mainly programs of health of mothers and children - a set of programs that focus questions like domestic violence, prostitution of children, family planning, sexuality, work and income programs, and others, which integrate the agenda of gender movements in Brazil. With respect of the other policies, two aspects must be pointed: a) in spite of the absence of a gender orientation, when the programs were set, in some cases, there is a progressive incorporation of the gender aspect as long as the programs develop; b) an expressive group of these programs deals with questions formulated by gender movements or by women within the programs target groups.

## **KEY WORDS**

Gender; Public policies; Local government; Women; Gender policies.

## SUMÁRIO

I.	Introdução .....	6
II.	Justificativas.....	8
III.	Objetivos .....	10
IV.	Metodologia .....	10
V.	Resultados: gênero e políticas públicas na esfera subnacional de governo .....	13
1.	Introdução .....	13
2.	A agenda dos movimentos ligados a gênero.....	19
2.1.	Violência .....	21
2.2.	Saúde.....	22
2.3.	Meninas e adolescentes.....	23
2.4.	Geração de emprego e renda.....	23
2.5.	Educação .....	24
2.6.	Trabalho .....	24
2.7.	Acesso a recursos públicos em programas sociais.....	24
2.8.	Infra-estrutura urbana .....	25
3.	Os programas analisados .....	26
4.	Programas de governo com foco na mulher .....	27
4.1.	Programas de saúde .....	39
4.2.	Programas ligados à violência contra a mulher .....	44

---

4.3. Programa dirigido a crianças e adolescentes .....	50
4.4. Programas de geração de emprego e renda.....	52
5. Programas que incorporam a questão de gênero.....	54
6. Conclusão.....	75
VI. Bibliografia .....	79
VII. Anexo 1 - Roteiro de pesquisa .....	83
VIII. Anexo 2 - Fichas analíticas dos programas .....	84

## **EQUIPE**

Marta Ferreira Santos Farah (coordenadora)

Thaís Valério de Mesquita (bolsista de iniciação científica)

Carolina Fonseca Schneider (auxiliar de pesquisa)

Luis Mario Fujiwara (estagiário)

Colaboração: Marlei de Oliveira

# INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESFERA LOCAL DE GOVERNO

*Marta Ferreira Santos Farah\**

## I. INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o relatório final da pesquisa “Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas na esfera local de governo”, a qual procurou analisar a incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas desenvolvidas por governos subnacionais no Brasil no período recente. Foram considerados programas e atividades promovidos por governos estaduais e municipais, os quais constam de banco de dados do *Gestão Pública e Cidadania*, programa de premiação e disseminação de iniciativas inovadoras da esfera subnacional de governo, desenvolvido pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo e pela Fundação Ford<sup>1</sup>. Analisam-se tanto programas dirigidos especificamente à mulher, como iniciativas governamentais em diversos setores, procurando verificar em que medida houve incorporação da dimensão gênero pelos programas de governo.

Este trabalho se insere numa série de estudos desenvolvida com base no banco de dados constituído pelo programa Gestão Pública e Cidadania, através dos quais tem

---

\* Agradecimentos às alunas que participaram da pesquisa que originou o presente relatório como auxiliar, Carolina Fonseca Schneider, e como monitora, Thaís Valério de Mesquita.

<sup>1</sup> São analisados projetos e programas governamentais inscritos no Ciclo de 1996. Programa desenvolvido pela seguinte equipe da EAESP-FGV: Peter Spink, diretor do programa; Marta Ferreira Santos Farah, vice-diretora; Nelson Luís Nouvel Alessio e Ricardo Ernesto Vasquez Beltrão, monitores-acadêmicos e alunos de pós-graduação, Vivianne Nouvel Alessio, coordenadora executiva; Fabiana Paschoal Sanches, assistente administrativa, Marlei de Oliveira, secretária e Roberta Clemente, aluna de pós-graduação.

se procurado refletir sobre as mudanças em curso na esfera subnacional de governo no país, a partir dos anos 80. Tais estudos têm focalizado ora setores e políticas específicas, como o de saúde e o de criança e adolescente, por exemplo<sup>2</sup>, ora dimensões que recortam diversas políticas, como na análise das principais tendências de inovação indicadas pelo Ciclo de 1996<sup>3</sup>.

O presente trabalho volta-se para uma temática ainda não tratada pelos estudos anteriores - a questão de gênero - procurando agregar à perspectiva setorial, representada pelo estudo das **políticas de gênero**, uma perspectiva horizontal, em que a análise recorta diversas políticas, procurando analisar a questão de **gênero nas políticas**. Ao integrar estas duas perspectivas ao trabalho, procura-se, de certa forma, incorporar tendência do próprio movimento de mulheres e do movimento feminista que, mais recentemente, tem destacado a importância de integrar a perspectiva de gênero às diversas políticas públicas. Esta incorporação “horizontal” da dimensão gênero não é considerada, no entanto, no caso brasileiro, como suficiente. Dada a gravidade de algumas questões que atingem a mulher no país, e a ainda recente incorporação desta temática pela ação governamental, reconhece-se a necessidade de políticas públicas específicas voltadas à mulher.

Esta temática - a da incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas - ainda foi pouco explorada pela literatura no Brasil, refletindo o próprio estágio embrionário da incorporação da perspectiva de gênero pela prática governamental no país. Este trabalho pretende contribuir para a discussão nesta área, devendo ter continuidade através de novas pesquisas sobre o mesmo tema, com a inclusão de novo conjunto de programas de governo como base da análise empírica.

---

<sup>2</sup> COSTA, Bruno Lazzaroti, CARNEIRO, Carla Bronzo e VEIGA, Laura da. *Desafio e inovação em políticas públicas: programas para crianças e adolescentes em situação de risco*. São Paulo, FGV-SP, 1997 (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, volume 3).

<sup>3</sup> FARAHA, Marta Ferreira Santos. *Governo local e novas formas de provisão e gestão de serviços públicos no Brasil*. São Paulo, FGV-SP, 1997 (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, volume 4).

## II. JUSTIFICATIVAS

A identificação e análise de transformações na gestão pública e nas políticas públicas no Brasil no nível subnacional de governo constitui um desafio tanto do ponto de vista acadêmico - como contribuição para a reflexão analítica no campo da administração pública - como da perspectiva da prática da gestão governamental, podendo fornecer subsídio a novas iniciativas a serem implementadas por governos locais e estaduais, assim como a iniciativas da sociedade civil, relativas a políticas públicas.

O banco de dados organizado a partir do programa Gestão Pública e Cidadania, iniciado com os 629 programas e atividades inscritos em 1996, constitui, por sua vez, um material cuja análise pode contribuir ao duplo desafio acima mencionado. Uma série de eixos analíticos relevantes pode ser explorada a partir deste material, alguns já iniciados com base no material deste primeiro Ciclo do Programa<sup>4</sup>. Dentre estas frentes de análise, ainda não desenvolvidas, inclui-se a relativa à incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas promovidas por governos subnacionais. Em que medida a questão de gênero está servindo de base a políticas públicas específicas? Em que medida está presente como uma dimensão de outras políticas públicas? E, nas políticas que incluem tal dimensão, qual o caráter da política implementada?

Qual é, no entanto, a relevância desta temática? Se, para os pesquisadores e pesquisadoras já engajados neste campo, esta questão parece supérflua, para outros, a seleção da questão de gênero como eixo de análise de políticas públicas no Brasil parece artificial, decorrendo de influência de agências internacionais de fomento à pesquisa e à ação na área social, sem refletir uma estrutura de prioridades adequada à problemática brasileira e às suas especificidades. De fato, a questão de gênero foi incorporada às políticas públicas, à gestão empresarial e à relações cotidianas em diversos países e constitui parâmetro norteador da ação de agências de fomento

---

<sup>4</sup> Ver Cadernos Gestão Pública, n.2 a 6.



internacionais e de instituições de alguns países que apoiam programas e políticas em nações do Terceiro Mundo.

A incorporação da temática de gênero pela pesquisa no Brasil não se dá sem contato com esta realidade internacional. Na verdade, como mostram alguns estudos, não foram poucas as militantes feministas que, obrigadas a sair do país no período da ditadura, conviveram com o movimento feminista na Europa e na América do Norte. As agências de fomento e de financiamento, por sua vez, também exercem influência sobre as temáticas das pesquisas desenvolvidas internamente. Mas não se deve superestimar tal influência.

A questão de gênero tem sido progressivamente incorporada como tema de investigação no Brasil como reflexo de sua relevância no quadro social do país. Há uma problemática de gênero específica à sociedade brasileira e que é vivida no cotidiano pelas mulheres de diversas camadas sociais e, de forma mais aguda, pela população de baixa renda. Assim, têm ocorrido, por todo o país, desde a segunda metade dos anos 70, reivindicações relativas a condições de vida, lideradas por mulheres. Do mesmo modo, movimentos e organizações de mulheres se constituíram, em torno de questões especificamente ligadas à vivência das mulheres. Destacam-se, dentre outros temas, o da violência contra as mulheres, o da prostituição infantil, o associado à crescente presença de mulheres como chefes de família, assumindo o papel de provedoras, ao lado de seus papéis tradicionais de cuidado dos filhos, o da saúde da mulheres, envolvendo questões como gravidez de adolescentes, planejamento familiar, doenças sexualmente transmissíveis, entre outras.

A pesquisa sobre gênero e políticas públicas deve estar aberta para apreender a especificidade desta realidade brasileira, única maneira de poder contribuir efetivamente para o avanço tanto no plano do conhecimento, quanto da prática de gestão pública no Brasil.

### **III. OBJETIVOS**

A pesquisa aqui apresentada pretende contribuir para o estudo do processo de redefinição da intervenção do Estado no Brasil, sobretudo de sua ação na área social, através da identificação e análise da incorporação da questão de gênero como objeto de políticas públicas na esfera subnacional de governo, a partir dos anos 80. São analisados programas de governos municipais e de governos estaduais inscritos no Programa Gestão Pública e Cidadania - programa de premiação e disseminação de iniciativas inovadoras de governos subnacionais, desenvolvido pela Fundação Getulio Vargas de São Paulo e pela Fundação Ford - os quais correspondem a experiências desenvolvidas em diversas regiões do país.

Os objetivos específicos da pesquisa, propostos quando da elaboração do projeto, são: a) Identificar os programas dirigidos especificamente a mulheres; b) Identificar a presença da dimensão gênero em programas e políticas públicas não dirigidos às mulheres; c) Identificar o tipo de política proposto; d) Identificar a agenda dos movimentos ligados à questão de gênero e e) Analisar os programas e as políticas identificadas, tendo como referência a agenda formulada pelos movimentos ligados a gênero.

### **IV. METODOLOGIA**

A pesquisa desenvolveu-se inicialmente através da seleção e análise de literatura sobre a questão de gênero, com ênfase a trabalhos que tratam da relação entre gênero e políticas públicas. A análise do material selecionado serviu de base à construção de referencial teórico e analítico para a interpretação dos programas e políticas de governo, objeto de estudo do trabalho.

Assim, a literatura consultada permitiu identificar as questões ligadas a gênero priorizadas por movimentos ligados a gênero, assim como apreender a evolução da

pauta de prioridades ao longo das últimas décadas. Da mesma forma, a análise destes trabalhos permitiu identificar uma agenda para políticas públicas centrada na temática de gênero, construída no Brasil a partir da segunda metade dos anos 70. Foi possível, ainda, verificar, ainda como primeira aproximação ao tema, a existência, em algumas áreas, como a da saúde, de um debate já mais consolidado relativo à problemática de gênero, o que permite identificar abordagens mais tradicionais e mais atuais neste campo específico.

À luz deste referencial e de um referencial analítico relativo a políticas públicas - com ênfase aos atores envolvidos no processo decisório e na implementação e na relação entre Estado e cidadãos a quem se dirigem as políticas públicas - elaborou-se uma ficha analítica para análise dos programas governamentais.

Iniciou-se a seguir a seleção dos programas a serem analisados, tendo sido adotado o procedimento descrito a seguir. Havia sido prevista no projeto a análise dos 100 programas selecionados como semifinalistas no Ciclo de 1996. Ao iniciar-se a pesquisa, optou-se por ampliar a análise, de forma a incluir todos os programas inscritos que tivessem como foco a mulher. No caso dos semifinalistas, por sua vez, incluíram-se, além dos que têm como foco a mulher, aqueles em que a dimensão gênero foi incorporada à política.

Assim, o trabalho cujos resultados constam deste relatório, resultam da análise de 41 programas e políticas, selecionados segundo os critérios acima expostos, os quais encontram-se distribuídos, quanto à sua classificação no Ciclo de 96, conforme o exposto na tabela 1 a seguir:

**Tabela 1****Programas analisados**

<b>Programas</b>	<b>Analisados</b>		<b>Total</b>
	<b>v.a.</b>	<b>%</b>	
<b>Finalistas</b>	9	45,0	20
<b>Semifinalistas (exceto os finalistas)</b>	19	23,7	80
<b>Inscritos não classificados</b>	13	2,4	529
<b>Total</b>	41	6,5	629

A análise baseou-se em material informativo sobre os programas e atividades governamentais fornecido pelos responsáveis por cada programa ao *Gestão Pública e Cidadania*. É importante registrar aqui que este material foi elaborado tendo em vista sua inscrição naquele programa, sendo a referência à questão de gênero totalmente espontânea. É, por outro lado, heterogênea a quantidade e qualidade de informação disponível sobre os programas inscritos, os semifinalistas e os finalistas. Para os primeiros, há apenas uma ficha de inscrição, com informações gerais sobre o programa, e uma breve síntese de suas principais características e de seus objetivos. No caso dos semifinalistas, há um conjunto adicional de informações fornecidas a partir de um roteiro de informações complementares, o que possibilitou incluir programas não voltados à mulher, mas que incorporam a questão de gênero. É importante aqui destacar que a não inclusão de programas semifinalistas na categoria dos que incorporam a dimensão gênero não significa sua incorporação efetiva, mas sim a inexistência de informações explícitas neste sentido no material fornecido pelo programa, quer espontaneamente quando de sua participação no *Gestão Pública*, quer ao fornecer resposta a roteiro de questões específicas. Finalmente, para os finalistas, foi consultado ainda, para o presente trabalho,

relatório de visita de campo elaborado por especialistas para o *Gestão Pública e Cidadania*<sup>5</sup>.

Procurou-se trabalhar com as informações disponíveis, ao mesmo tempo que se procurava confirmá-las e complementá-las através de novos contatos com a coordenação dos programas. Para isto, elaborou-se roteiro específico, incluído no anexo 1 deste relatório. A obtenção de respostas a este roteiro ficou, no entanto, muito aquém do desejado. De um lado, com a mudança de governo, ora havia ocorrido descontinuidade nas políticas, ora ocorrido mudança na estrutura do programa, acarretando dificuldades de contato com a coordenação. É possível também que a ausência de respostas signifique desinteresse pelo tema, o que, por sua vez, sugeriria a não incorporação da dimensão gênero por estes programas. Optou-se por trabalhar com o material disponível, nos casos de ausência de resposta. Para o ciclo subsequente do *Gestão Pública e Cidadania*, procurou-se incluir no roteiro enviado aos semifinalistas questões relativas à dimensão gênero, o que deverá auxiliar uma eventual pesquisa que dê continuidade à presente, com base nos programas inscritos em 1997.

## **V. RESULTADOS: GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS NA ESFERA SUBNACIONAL DE GOVERNO**

### **1. INTRODUÇÃO**

Nesta seção, apresenta-se a análise desenvolvida a respeito de iniciativas recentes de governos municipais e estaduais no Brasil, da perspectiva da incorporação da questão de gênero. A análise considera, de um lado, políticas de gênero, voltadas

---

<sup>5</sup> O tipo de informação disponível para cada grupo de programas consta do volume 1 do Cadernos Gestão Pública e Cidadania. Cf. BELTRÃO, Ricardo Ernesto (org.) *A administração pública brasileira inovando a forma de governar. Ciclo de Premiação 1996*. São Paulo, FGV-SP, 1997 (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, volume 1).

especificamente à mulher, e, de outro, a incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas com foco em outras áreas. A base para esta reflexão é constituída por programas e atividades inscritos no *Gestão Pública e Cidadania*, programa de premiação e disseminação de iniciativas inovadoras de governos subnacionais.

Procura-se contribuir para a reflexão sobre os processos de transformação do Estado brasileiro a partir dos anos 80, especificamente no que se refere às mudanças que vêm ocorrendo no *Estado em ação* - nas políticas públicas. Entende-se que a incorporação recente - e ainda incipiente - da questão de gênero pela ação governamental no país é condicionada por um movimento mais geral de transformação do Estado e de sua ação, em curso desde o início dos anos 80, que, em que pesem dificuldades e retrocessos, assinala a ampliação do leque de atores na arena política e a ampliação do espaço da cidadania. As mulheres e suas organizações e movimentos ocupam novos espaços - e contribuem para a definição de novos espaços de atuação - e têm, a partir deste processo, algumas conquistas asseguradas enquanto cidadãs.

O processo mais geral de reforma do Estado e de suas políticas públicas, iniciado nos anos 80, foi condicionado, de um lado, pela *democratização* e, de outro, pela *crise do Estado e de sua capacidade de investimento*. O estabelecimento de políticas de gênero, voltadas à problemática específica das mulheres, ocorreu sob influência direta do processo de democratização. Estas políticas foram introduzidas pelos primeiros governos democráticos estaduais, no início dos anos 80, quando da eleição de governadores de oposição. Pode-se citar, como iniciativas pioneiras, a criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e da primeira Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher, em 1985, ambos no Estado de São Paulo, durante o mandato de Franco Montoro, o primeiro governador eleito no Estado, após mais de 15 anos de ditadura. Estas instituições se disseminaram a seguir por todo o país, os Conselhos da Condição Feminina sendo implantados nos três níveis de governo, e as Delegacias da Mulher sendo estabelecidas em mais de

150 municípios até 1993<sup>6</sup>. Estas medidas vieram em resposta a reivindicações de movimentos feministas e de movimentos de mulheres (que não se definiam como feministas), os quais denunciavam a violência contra as mulheres como um problema grave e de grande magnitude na sociedade brasileira, que exigia a formulação de políticas específicas para seu enfrentamento<sup>7</sup>.

A mobilização de mulheres em torno da problemática de gênero foi responsável também pela instituição do PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, em 1983. Tal programa se constituiu como resposta a duas demandas básicas formuladas por estes movimentos. Em primeiro lugar, a de instituição de um programa de saúde integral que atendesse não apenas a gestantes e mulheres no pós-parto (programas de saúde materno-infantil), mas à mulher em todos os períodos de sua vida (adolescentes, idosas etc.) e que fosse integral também pela abordagem, compreendendo tanto a perspectiva educativa e preventiva como a curativa. Em segundo lugar, os movimentos reivindicavam a separação entre sexualidade e reprodução, como base para programas de orientação sexual e de planejamento familiar, por exemplo<sup>8</sup>.

Também a Constituição de 88 reflete a mobilização de mulheres, como aponta Leila Barsted<sup>9</sup>:

*“Durante o processo Constituinte, o movimento de mulheres, com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), por todo o Brasil, se mobilizou para definir uma pauta de demandas a serem incluídas como direitos na*

---

<sup>6</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos- NIPAS, UNICEF, 1994. p. 151-187.

<sup>7</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991. p. 219-228; SAFFIOTI, Heleieth I. B. *op.cit.*

<sup>8</sup> CARRANZA, Maria. Saúde reprodutiva da mulher brasileira. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *op.cit.* p. 95-150.

<sup>9</sup> BARSTED, Leila de A. Linhares. Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está a nossa cidadania? In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *op.cit.* p.231-270. p.245-246.

*nova Constituição, abrangendo diversas áreas temáticas e tendo como objetivo a plena cidadania formal das mulheres”.*

Em função desta mobilização, algumas reivindicações foram incorporadas à Constituição. Na área dos direitos trabalhistas, a nova Constituição incorporou a extensão da licença maternidade, a extensão de direitos trabalhistas a trabalhadores e trabalhadoras rurais, a ampliação de direitos das empregadas domésticas, dentre outras demandas. Na área do direito da família, passou-se a reconhecer como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes. A Constituição inovou ainda ao admitir a existência de uma violência específica no âmbito doméstico, propondo a criação de mecanismos para coibi-la, e ao introduzir, como matéria constitucional, a proteção a direitos reprodutivos, declarando que o planejamento familiar é livre decisão do casal e vedando qualquer forma coercitiva de ação neste campo por parte de instituições estatais ou privadas.

Embora muitas questões postas pelos movimentos ligados a gênero ainda não tenham se traduzido em mudanças no plano das políticas públicas, constituindo o exemplo de maior visibilidade, por seu caráter polêmico, a reivindicação de descriminalização do aborto, é possível afirmar que o processo de *democratização*, ao possibilitar a ampliação do leque de atores na arena política, foi acompanhado por um movimento de reforma do Estado e das políticas públicas (do *Estado em ação*), do qual fez e faz parte a inclusão da temática de gênero, seja como objeto de políticas específicas, seja como dimensão incorporada a outras políticas. Tal processo é ainda, no entanto, incipiente, sobretudo com relação a dois aspectos. De um lado, enquanto incorporação da dimensão gênero a políticas setoriais. De outro, enquanto impacto das mudanças legais na prática das instituições, pois como afirma Barsted<sup>10</sup>: “o cumprimento da igualdade entre homens e mulheres excede a ação do

---

<sup>10</sup> BARSTED, Leila de A. Linhares. Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está a nossa cidadania? In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *op.cit.* p.231-270. p.267. Sobre a questão da igualdade, há um debate importante nas teorias que discutem gênero. De um lado, para os teóricos da igualdade, as diferenças construídas socialmente entre os sexos são resultado da opressão, devendo ser eliminadas, em nome da igualdade entre seres livres e “iguais”. Para os teóricos da diferença, a diferença deve ser resgatada e valorizada,



*Estado e significa a incorporação desse valor à cultura da sociedade*". O processo de mudança cultural é mais lento e requer a continuidade de movimentos sociais orientados para a transformação da situação da mulher na sociedade brasileira. As próprias inovações no plano das políticas públicas podem também contribuir para este processo de mudança cultural.

Outro aspecto a ser considerado com relação à articulação entre gênero e políticas públicas diz respeito à incorporação da temática de gênero por governos municipais e estaduais, foco de análise do presente trabalho. Tal incorporação deve ser entendida no contexto do processo de descentralização em curso no país. A proposta de descentralização destaca-se como uma das prioridades colocadas pelos movimentos que propunham uma ampla reforma das políticas sociais no início dos anos 80. A descentralização era vista como mecanismo de redução da distância entre Estado e cidadão, possibilitando maior controle sobre a destinação de recursos e sobre a qualidade dos serviços prestados e viabilizando uma maior democratização dos processos decisórios. Mas a tendência à descentralização foi reforçada também pela *crise do Estado e de sua capacidade de investimento*. A descentralização das políticas sociais para instâncias locais de governo aparece, nesta perspectiva, como mecanismo de aumento da eficiência e da eficácia do gasto público, ao aproximar problemas e gestão, possibilitando um maior vínculo entre clientes e entidades responsáveis pelas decisões sobre os serviços. Assim, propostas orientadas para a ampliação da cidadania, com ênfase na democratização dos processos decisórios e para uma maior equidade dos resultados das políticas públicas convergem - de certa forma - com propostas orientadas para o enfrentamento da crise do Estado, vindas inclusive de uma perspectiva neoliberal.

De forma não linear e variando de setor para setor, o fato é que um processo de descentralização da ação estatal teve início no país nos anos 80, sob a influência dos

---

desde que eliminada da subordinação, não existindo uma igualdade entre seres genéricos (baseados no referencial masculino). O que se reivindica é valor equivalente. A respeito deste debate, ver HITA, Maria Gabriela. Gênero, ação e sistema: a reinvenção dos sumeitos. *Lua Nova*, n. 43, 1998, p.109-131.

dois condicionantes apontados: a democratização e a crise do Estado. A Constituição de 1988 representou uma inflexão no desenho das políticas públicas no Brasil, na direção da descentralização. Houve uma transferência de atribuições do governo central para outros níveis de governo, em particular para o governo municipal, assim como um aumento significativo da participação dos municípios na repartição dos recursos fiscais. A promoção de políticas de gênero por governos locais, assim como a incorporação da dimensão gênero por outras políticas públicas desenvolvidas por governos subnacionais ocorrem sob a influência deste processo de descentralização. O espectro de políticas públicas no nível local se amplia, incorporando um leque maior de temas e abrindo-se a reivindicações colocadas pela população local.

Se a incorporação da temática de gênero pelas políticas públicas já ocorre hoje no Brasil, este processo de incorporação não pode, no entanto, ser considerado como algo consolidado, sendo necessário avaliar como as principais propostas dos movimentos ligados à questão de gênero têm se integrado à prática de ação governamental nos diversos níveis da administração pública. São ainda relativamente poucos os estudos sobre gênero e políticas públicas no país, sobretudo no que diz respeito à análise da ação de governos subnacionais, em particular dos governos municipais. O presente trabalho pretende contribuir para esta discussão, considerando iniciativas recentes de governos subnacionais inscritos em 1996 no programa Gestão Pública e Cidadania.

A exposição a seguir se inicia por uma breve apresentação das questões prioritárias levantadas pelos movimentos ligados a gênero no Brasil, o que servirá de base para a análise dos programas considerados no trabalho. Apresenta-se, em seguida, o universo de programas considerados e os procedimentos que se adotou para a análise. Finalmente, desenvolve-se a análise propriamente dita dos programas, considerando-se inicialmente as políticas e programas com foco na mulher (políticas de gênero) e, em seguida, a incorporação da questão de gênero por outras políticas públicas.

## 2. A AGENDA DOS MOVIMENTOS LIGADOS A GÊNERO

Na segunda metade da década de 70, à medida que a sociedade civil no Brasil voltava a se manifestar, constata-se a emergência das mulheres na esfera pública. Como mostra Souza-Lobo, esta presença tem várias faces. De um lado, ressurgem um movimento feminista que questiona a redução da discriminação social ao conflito de classes e procura articular gênero e classe na análise da desigualdade no país, propondo como questões centrais temas especificamente femininos como violência, creches, aborto, contracepção e sexualidade. De outro lado, surgem os novos movimentos sociais que incluem, em primeiro lugar, o que tem sido designado como *movimento de mulheres* - por tratarem de questões especificamente “femininas” (creches, igualdade salarial, contracepção) ou por serem compostas predominantemente por mulheres, e, em segundo lugar, outro conjunto de movimentos sociais, ligados predominantemente a carências e necessidades geradas pelo processo de urbanização (transporte, saúde, habitação, custo de vida) em que a mulher também esteve presente de forma decisiva<sup>11</sup>.

Neste processo, é possível identificar, de um lado, a convergência de reivindicações e temáticas levantadas pelo movimento feminista e pelo movimento popular - entendido quer como o movimento de mulheres quer como *as mulheres nos movimentos*:

*“Mas as questões feministas são também reivindicações e sociais - as creches, o direito à saúde, [a] forma pela qual a contracepção e o aborto são tratados. O próprio tema da violência visto como “feminista” é adotados pelos movimentos de mulheres.*

---

<sup>11</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. Movimentos sociais de mulheres. Igualdade e diferença. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991. P.209-276.

*As trajetórias e práticas das feministas se confundem com o movimento de mulheres...*<sup>12</sup>.

De outro lado, é possível constatar, dentre as questões priorizadas pelos movimentos em que a mulher esteve presente, a existência tanto de questões especificamente femininas, como de outras questões ligadas à esfera da reprodução (esfera tradicionalmente associada ao espaço feminino) mas que não têm como foco exclusivo a mulher, atingindo os trabalhadores urbanos pobres em seu conjunto. Assim, de certa forma, os temas priorizados pelas mulheres coincidem com as questões sociais debatidas naquele momento pela sociedade brasileira, o que ocorre também, na passagem da década de 70 para a de 80, no que diz respeito aos temas políticos postos pelos movimentos: anistia, democratização, participação, ampliação da cidadania, entre outros<sup>13</sup>.

Finalmente, caberia assinalar ainda a respeito dos movimentos sociais de que participaram as mulheres, tratem-se não apenas de movimentos originados em carências e centrados em reivindicações relativas às condições de vida e que identificam como interlocutor privilegiado o Estado - enquanto responsável pela implementação de políticas públicas - mas também o fato de que, através destes movimentos, as mulheres se constituíram como sujeitos coletivos na esfera pública, a partir da construção da noção de direitos. Mais do que isto. Como mostra Souza-Lobo, através destes movimentos, as mulheres articularam a esfera privada (a que

---

<sup>12</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. Questões a partir de estudos sobre o movimento de mulheres no Brasil. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991. P.241-246.

<sup>13</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990). In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991. P.263-275.

tradicionalmente estavam confinadas) à esfera pública (esfera de manifestação política e de construção de respostas aos problemas coletivos)<sup>14</sup>.

Através deste conjunto de manifestações, constituiu-se uma pauta de questões e de reivindicações, no início dos anos 80, que foi se redefinindo e agregando novos temas ao longo da década de 80 e nos anos 90, dentre os quais podem ser mencionados, por exemplo, os relativos à temática do meio ambiente e do desenvolvimento, às mulheres rurais e as meninas e adolescentes. Ao mesmo tempo, reafirmam-se outros temas, em função seja de sua não incorporação formal à ação do Estado, seja pela não aplicação integral de novas normas ou leis, como no caso do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher<sup>15</sup>.

No que se refere a demandas relativas a políticas públicas e à ação do Estado, podem ser identificadas as seguintes prioridades, identificadas a partir de demandas, denúncias e reivindicações de movimentos e organizações ligadas a gênero:

## 2.1. Violência

Criação de programas abrangentes que atendam as mulheres vítimas da violência doméstica e sexual, incluindo a atenção integral (jurídica, psicológica e médica), a criação de abrigos para as vítimas da violência e medidas ligadas à segurança pública - criação de delegacias especializadas e aplicação de medidas repressivas e preventivas mais efetivas (inclusive com alterações no direito penal). Embora a Constituição tenha inovado ao reconhecer a existência da violência de âmbito doméstico e propor mecanismos para coibi-la, reconhecendo também outras formas

---

<sup>14</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. Movimentos sociais de mulheres. Igualdade e diferença. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991. P.209-276. Parte III).

<sup>15</sup> BARSTED, Leila de A. Linhares. Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está a nossa cidadania? In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *op.cit.* p. 231-270.

de violência contra a mulher, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido da efetivação das propostas dos movimentos de gênero nos vários pontos do país.

## 2.2. Saúde

Implantação efetiva do PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, incluindo ações específicas para adolescentes, mulheres em idade fértil e na terceira idade, além de cuidados com a saúde mental e ocupacional da mulher. O PAISM inclui ainda ações voltadas ao controle de doenças sexualmente transmissíveis, de prevenção do câncer e na área do planejamento familiar. A respeito deste programa e de suas motivações é elucidativa a análise de Carranza<sup>16</sup>:

*“A atenção à saúde da mulher se caracterizou, até 1983, por encontrar-se fundida com a atenção a sua prole, em programas denominados de atenção materno-infantil.*

*A atenção prestada pelos programas do tipo tradicional se restringe aos períodos de gestação, parto e puerpério, sendo que um de seus principais objetivos é garantir a saúde da futura mãe e de seu filho. Ao limitar sua atenção às mulheres gestantes, torna-se evidente que estas ações de saúde excluem, por exemplo, mulheres em fase de climatério, adolescentes ou simplesmente mulheres que, mesmo encontrando-se em idades reprodutivas, estejam fora desses três períodos. É aqui onde o PAISM preencherá vazios, propondo, além da atenção destinada à gestação, parto e puerpério, um modelo de atenção integral - tanto educativo quanto clínico-preventivo - para mulheres desde a adolescência até a terceira idade. Este programa também propõe uma ação de controle das doenças de transmissão sexual, de câncer de mama e cérvico-uterino, sem deixar de lado as ações de planejamento familiar e as destinadas ao tratamento da esterilidade conjugal.”*

---

<sup>16</sup> CARRANZA, Maria. Saúde reprodutiva da mulher brasileira. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *op.cit.* p. 96-97.

Além de incorporar uma visão da mulher como ser integral, este programa responde também a uma demanda de movimentos feministas e de movimentos de mulheres, relativos à separação entre sexualidade e reprodução, ao incorporar o planejamento familiar como uma das dimensões do programa (como já mencionado, conquista também incorporada à Constituição), entendido como colocação à disposição das mulheres em idade fértil de informações sobre métodos de contracepção, além de recursos para acesso a diferentes métodos.

Segundo Carranza, a criação do PAISM reflete a mobilização das mulheres, seja através da reivindicação de seus direitos à saúde, seja através de sua participação direta na formulação de propostas específicas nesta área.

### **2.3. Meninas e adolescentes**

Reconhecimento de direitos de meninas e adolescentes, através de programas de atenção integral, com ênfase a meninas e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em situação de rua e vítimas de exploração sexual, vivendo na prostituição e expostas a drogas. Trata-se de uma proposta que supõe a articulação de diversas áreas de ação do governo, ao envolver a articulação com outras áreas como as de saúde e de segurança.

### **2.4. Geração de emprego e renda**

Apoio a projetos produtivos voltados à capacitação e organização das mulheres, à criação de empregos permanentes para o segmento feminino da população e ao incremento da renda familiar. Inclusão de atividades voltadas à população feminino em programas de geração de emprego e renda, tradicionalmente concebidos de forma a contemplar predominantemente a população masculina.

## **2.5. Educação**

Reformulação de livros didáticos e de conteúdos programáticos de forma a eliminar referência discriminatória sobre a mulher. Há ainda propostas de inclusão de conteúdos programáticos relativos, de um lado, à sexualidade, à contracepção, e, de outro, à própria discriminação.

## **2.6. Trabalho**

Garantia de direitos trabalhistas à mulher nos diversos níveis da administração pública e fiscalização do cumprimento das normas constitucionais pelo setor privado. Eliminação de tratamento diferenciado que implique discriminação na área da administração pública e fiscalização da discriminação no setor privado<sup>17</sup>.

## **2.7. Acesso a recursos públicos em programas sociais**

Diversos programas sociais destinavam os recursos tradicionalmente ao homem, o chefe da família. Em que pese as alterações constitucionais, reconhecendo a mulher como chefe de família, as alterações não são automáticas. Assim, em diversos programas habitacionais, de crédito agrícola e de apoio a pequenos negócios, as mulheres estavam excluídas, exercendo pressão por mudanças nos mecanismos de acesso a programas cuja implantação muitas vezes decorreu de movimentos de mulheres.

---

<sup>17</sup> A respeito de propostas para esta área no que se refere à administração municipal, ver : PINTO, Mara D. Biasi Ferrari. Trabalhando para mulheres. Apresentação. IN: IBAM. *Mulher e políticas públicas*. IBAM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1991. p.111-118.



## 2.8. Infra-estrutura urbana

Construção de equipamentos urbanos priorizados por mulheres, tais como creches e lavanderias<sup>18</sup>. Além dos equipamentos que atendem a necessidades das mulheres especificamente, como no caso das creches, que lhes possibilitam trabalhar fora de casa, é possível identificar como parte de uma agenda de prioridades que vem de encontro a necessidades das mulheres de baixa renda, todo um leque de equipamentos urbanos que beneficiam a família e que, no período de maior mobilização popular e de presença ativa dos movimentos sociais urbanos (final anos 70, início dos 80) no cenário político do país, constituíam as principais bandeiras destes movimentos. Assim, pode-se considerar como parte das reivindicações de mulheres temas como habitação, saneamento básico, transporte urbano, educação para os filhos, custo de vida, entre outros. Na verdade, como aponta Souza-Lobo, ao tratar da interpenetração da tradicional temática feminista às demandas vindas das mulheres inseridas nos movimentos sociais dos anos 70, *“no contexto dessas novas práticas em que a organização da vida privada, as melhores condições de vida para a família dependiam da ação nos espaços públicos e de lutas organizadas, a emergência das mulheres como personagens públicas era ao mesmo tempo acompanhada da descoberta de cada uma como mulher, como corpo sexuado, como pessoa, tanto quanto cidadã”*<sup>19</sup>.

As questões identificadas até aqui vêm sendo priorizadas nos debates e mobilizações relativos à questão de gênero, no que se refere à sua incorporação por políticas públicas. Certamente este conjunto de questões não esgota as questões postas pelos movimentos e organizações de gênero, mas delineiam os principais contornos de uma agenda para a formulação de políticas públicas que contemplem considerada a problemática de gênero.

---

<sup>18</sup> Uma das diretrizes de Seminário “Ação do Município na Promoção da Mulher”, promovido pelo IBAM e pela UNICEF em 1989.

<sup>19</sup> SOUZA-LOBO, Elisabeth. Mulheres: uma nova identidade. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991.p.248.

É preciso destacar, para finalizar, a tendência recente de se adotar como recomendação prioritária a relativa à incorporação da temática de gênero por todos os programas e ações de governo, de forma a que a perspectiva das mulheres seja contemplada toda vez que se formular e implementar uma política. No que diz respeito especificamente à administração municipal, diretrizes formuladas por ocasião de Seminário realizado em 1989, por iniciativa do IBAM e da UNICEF, com a participação do Conselho Nacional do Direito da Mulher e apoio da Fundação Ford, ilustram esta tendência<sup>20</sup>:

*“Diretrizes gerais*

*- reorientação do comportamento político-administrativo dos Governos Municipais de modo a formular e implantar políticas, programas e projetos em bases participativas, voltados para a incorporação das questões de gênero e equidade;*

*- incentivo à criação de grupos de mulheres, clubes de mães, movimentos femininos em partidos e demais entidades autônomas para discutir problemas e questões concernentes às mulheres, trabalhar a identidade feminina, aumentar a conscientização e a informação sobre seus direitos, estimular sua participação na luta política e na gestão municipal.”*

### 3. OS PROGRAMAS ANALISADOS

A análise desenvolvida a seguir se baseia, como já mencionado, em iniciativas de governo inscritas em 1996, no Programa Gestão Pública e Cidadania<sup>21</sup>. Analisam-se, em primeiro lugar, os programas que têm como foco a mulher, tendo sido consideradas as 629 iniciativas inscritas no 1º Ciclo do Programa. Procurou-se,

---

<sup>20</sup> PINTO, Mara D. Biasi Ferrari. Trabalhando para mulheres. Apresentação. IN: IBAM. *Mulher e políticas públicas*. IBAM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1991. p.116.

<sup>21</sup> Ver nota 1.

nesta análise, ter como referência a agenda relativa à questão de gênero apresentada anteriormente. Um segundo eixo de análise considera como universo os 100 semifinalistas do Ciclo de 1996, destacando aqueles que incorporam a questão de gênero, independente da área de ação governamental considerada.

As reflexões desenvolvidas baseiam-se em material informativo fornecido por ocasião da inscrição no *Gestão Pública e Cidadania*, complementado, em alguns casos, por informação adicional obtida por ocasião da presente pesquisa. Na maior parte dos casos, portanto, a referência à dimensão gênero ocorreu (ou não) de forma espontânea. Para os programas semifinalistas e finalistas no *Gestão Pública*, há informações mais aprofundadas, o que não é o caso dos demais programas (apenas inscritos), para os quais se dispunha apenas de uma caracterização relativamente sumária de cada iniciativa.

Tais considerações introdutórias têm por função alertar o leitor para o caráter preliminar das reflexões aqui expostas. Assim, por exemplo, a exclusão de determinados programas semifinalistas da análise não significa que a incorporação de gênero não ocorra naqueles programas, mas sim que não havia indicações explícitas de inclusão desta dimensão nas informações fornecidas ao *Gestão Pública*. Do mesmo modo, na análise de programas de determinada área, como a de saúde, por exemplo, alguns dos programas cuja abordagem aqui será apresentada como tradicional, poderão filiar-se a uma perspectiva mais inovadora, de atenção integral. No entanto, tais programas não forneceram elementos indicativos de tal perspectiva inovadora no âmbito da documentação analisada.

#### 4. PROGRAMAS DE GOVERNO COM FOCO NA MULHER

Dentre os programas inscritos em 1996 no *Gestão Pública e Cidadania*, num total de 629 iniciativas de governos municipais, estaduais e de organizações dos povos indígenas, 18 são dirigidos especificamente à mulher, representando 2,8% dos

casos<sup>22</sup>. Os programas são identificados a seguir, no quadro 1, em que também se resumem suas principais características. A descrição do tipo de ação desenvolvida por cada programa é apresentada no quadro 2. A descrição em detalhes de cada programa, por sua vez, é apresentada no anexo 2 deste relatório.

---

<sup>22</sup> Dois finalistas, três semifinalistas e 13 programas inscritos sem classificação no Ciclo de 1996 do Gestão Pública e Cidadania.

### Quadro 1

#### Caracterização geral dos programas com foco na mulher

Nº proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
1	382	<b>Casa Rosa Mulher (F)*</b>	Mulher	Municipal - Rio Branco (AC) - Sec. Trabalho Bem Estar Social	Atendimento integral a meninas, adolescentes e mulheres em situação de risco pessoal e social - vítimas de violência doméstica, de exploração sexual e da prostituição.	. ONG (Rede Acreana de Mulheres e Homens e Centro de Defesa dos Direitos Humanos... ) . Assoc. de Moradores . Sindicatos, Partidos, categ. Profissionais	-intersetorial ( Sec. Saúde,Fund.Cultura) -intergov.(gov.federal: Min. Cultura, Saúde, Comunidade Solidária, Univ. Fed. Acre)
2	262	<b>Meninas de Santos (F)</b>	Criança e Adolescente	Municipal - Santos (SP) - Sec.Ação Comunitária	Atendimento integral a crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de risco social e pessoal - vítimas de exploração sexual e da prostituição.	. setor privado (empresários locais, PUC-Santos)	-intersetorial (Sec. Saúde, Educação) -org. internacionais (UNICEF)
3	507	<b>EspaçoMulher - Centro de Treinam. e Atenção Integral à Saúde da Mulher (SF)</b>	Saúde	Municipal - Rio de Janeiro (RJ) - Sec. Saúde	Treinamento e capacitação de profissionais para ações técnicas e educativas na área de saúde da mulher	—	- interset. (saúde e educ.) - intergov. (gov. federal: Min. Saúde); gov. estadual: Sec. Saúde; gov. municipal: secr. de saúde de Niterói)
4	392	<b>Projeto Casulo (SF)</b>	Criança e Adolescente Mulher	Municipal - São José dos Campos (SP) - Sec. Saúde	Atendimento a gestantes e a recém-nascidos de risco visando diminuir a mortalidade infantil.	. ONG (Inst. C&A, Rotary, Lions, etc.) . setor privado (assoc. de empresas) . comunidade (Cons. Mun. da Criança e do Adolescente, Cons. Tutelares)	—

Obs.: Nos quadros será indicada a classificação dos programas no Gestão Pública e Cidadania: f- finalistas; sf - semifinalistas e i -inscritos, mas não classificados.

**Quadro 1 (continuação)****Caracterização geral dos programas com foco na mulher**

Nº proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
5	380	<b>Centro de Atendimento à Mulher (SF)</b>	Mulher	Municipal - Londrina (PR) - Coord. Especial da Mulher	Atendimento integral a mulheres vítimas de violência.	. ONG (Comitê da Ação e Cidadania contra a Fome) . Comunidade (Ass. Mulheres, Cons. Municipais de Ass. Social, Criança e Adolescente, Comissão de Gênero etc.)	- intersectorial (Poder Judiciário, Secr. Educação, Saúde, Abastecimento, Comitê Intersetorial de Saúde da Mulher) - intergov. (gov. estadual: Univ. de Londrina. Secr. de Justiça e Cidadania)
6	629	<b>Programa de Atenção à Saúde da Mulher - DST/AIDS (I)</b>	Saúde	Estadual - São Paulo (SP) - Secr. Saúde	Programa de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis, vinculado ao Programa de Saúde da Mulher	—	- intrasetorial (Coord. de Saúde da Mulher e Centro de Ref. DST/AIDS)
7	79	<b>Arte para Criar (I)</b>	Geração de Emprego e Trein. para o Trabalho	Municipal - Indaiatuba (SP) - Pref. Munic.	Programa de estímulo a novas alternativas de geração de renda, através de treinamento em pintura em tecido	—	—
8	383	<b>Coordenadoria Especial da Mulher (I)</b>	Mulher	Municipal - Angra dos Reis (RJ) - Pref. Munic.	Programa cujo objetivo é incorporar gênero às ações político-administrativas do governo e atuar junto a organizações de mulheres, estimulando discussões sobre a condição feminina.	. ONG - Grupo de Consciência Negra . Comunidade (Clube de Mães) . Pastoral da Igreja, Comissão da Mulher Advogada, Serviço de Paz e Justiça.	- intersectorial (Saúde, Educação, Habitação) - intergov. (estadual: Cons. dos Direitos da Mulher; intermunicipal: Forum Fluminense de Combate à Violência Contra a Mulher)

**Quadro 1 (continuação)****Caracterização geral dos programas com foco na mulher**

Nº proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
9	381	<b>Vídeo Educativo /Serviço de atendimento a mulheres vítimas de violência (I)</b>	Mulher	Municipal - Angra dos Reis (RJ) - Secr. De Habitação e Des. Social	Apoio psicossocial e orientação jurídica a mulheres vítimas de violência, utilizando um vídeo como estímulo ao debate sobre violência doméstica.	. Comunidade (Clube de Mães) . Comissão Permanente da Mulher Advogada	- intersectorial (Coord. de Mulheres) -intergov. (intermunicipal: Fórum de Combate à Violência do Litoral Sul Fluminense)
10	113	<b>Programa Meu Filho, Minha Vida (I)</b>	Mulher	Municipal - Escada (PE) - Pref. Mun.	Assistência médica à gestante e ao recém-nascido, com foco na população carente do município.	—	—
11	72	<b>Mulheres organizando suas vidas - associação produtiva artesanal (I)</b>	Mulher	Municipal - Olinda (PE) - Secr. De Educação	Estímulo à geração de renda, através de capacitação de mulheres e criação de associação produtiva - Associação Produtiva e Artesanal das Mulheres de Aguazinha (mães de “pequenos tropeiros” que sobreviviam do lixo de um bairro de Olinda)	- Comunidade (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes)	—
12	378	<b>Casa Eliane de Grammont (I)</b>	Mulher	Municipal - São Paulo (SP) - Coord. Especial da Mulher (Sec. de Governo)	Atendimento integral a mulheres em situação de violência (atendimento multiprofissional, prevenção, capacitação de profissionais que atuam com mulheres na adm. municipal)	—	—

**Quadro 1 (continuação)****Caracterização geral dos programas com foco na mulher**

Nº proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
13	384	<b>Casa da Mulher Bertha Lutz - Centro Integral de Atendimento à Mulher (I)</b>	Mulher	Municipal - Volta Redonda (RJ) - Secr. Saúde	Promoção de políticas públicas que promovam o fim da discriminação de gênero; elaboração do Plano Municipal de Direitos da Mulher (parte do Plano Diretor do Município); atendimento integral à mulher	- Comunidade - Grupos de Mulheres, Organização Popular de Mulheres.	- intersectorial - intergov. (estadual: Conselho dos Direitos da Mulher; federal: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher)
14	534	<b>Mãe Coruja (I)</b>	Mulher	Municipal - Joinville (SC) - Secr. Saúde	Programa de estímulo ao aleitamento materno, através de concurso sobre o tema promovidos em escolas (desenhos, frases, redações sobre o tema)	- Setor privado (bancos) - Comunidade (voluntários, alunos e professores de escolas públicas)	- intersectorial (Secr. Educação)
15	523	<b>Núcleo de Ensino, Assistência e Pesquisa na Reabilitação de Mastectomizadas (I)</b>	Saúde	Estadual - São Paulo - USP- Esc. De Enfermagem de Rib. Preto	Assistência integral à mulher com câncer mamário	—	- intergov. (municipal: Secr. Municipal de Saúde; federal: CNPQ)
16	437	<b>Maternidade Leila Diniz (I)</b>	Saúde	Municipal - Rio de Janeiro (RJ) - Secr. Saúde	Programa de assistência ao parto, que visa estimular a sua humanização.	—	intergov. (federal: Min. Saúde)



**Quadro 1 (continuação)****Caracterização geral dos programas com foco na mulher**

Nº proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
17	414	<b>Sistema de Vigilância à Saúde da Criança (I)</b>	Saúde	Municipal - Rio de Janeiro (RJ) - Secr. Saúde	Programa que visa reduzir a mortalidade infantil, atendendo recém-nascidos e crianças até os cinco anos.	—	—
18	3798	<b>Ações de contracepção (I)</b>	Mulher	Municipal - Rio de Janeiro (RJ) - Secr. Saúde	O programa visa propiciar às mulheres atendidas pela rede pública de saúde acesso a informações sobre métodos contraceptivos, possibilitando-lhes autonomia para decisão sobre planejamento familiar e sobre sua sexualidade.	—	—

## Quadro 2

### Características das ações desenvolvidas pelos programas

Nº proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco	Abordagem	Enfoque	Movimento social (no local)	Movimento social/agenda (Brasil)
1	<b>Casa Rosa Mulher (F)</b>	1994	- Violência (violência doméstica e sexual) - Prostituição	- Integral - Ass. jurídica, social, psicológica, saúde etc.	. Cidadania Ativa	Movimento de mulheres de Rio Branco data da década de 80. Em 1992, formula proposta de criação de uma Casa da Mulher, para vítimas de violência. Em 1993, denúncias de tráfico e prostituição de meninas levaram à instalação de uma Comissão de Inquérito na Câmara Municipal e de uma Comissão de Sindicância na Ass. Legislativa.	. Incorpora temas prioritários da agenda atual dos movimentos e organizações ligadas a gênero :  - violência  - meninas e adolescentes
2	<b>Meninas de Santos (F)</b>	1993	Crianças e adolescentes	Integral - Oficinas de beleza, sexualidade, ass. psicológica, artes e esporte, saúde, educação, capacitação, atend. à família	. Cidadania Ativa	Grupo de meninas e meninas de Santos (1991) - crianças em situação de rua	. Tema tradicional de movimentos de mulheres (políticas dirigidas a crianças) . Tema prioritário na agenda atual (crianças em situação de rua)
3	<b>Espaço Mulher (SF)</b>	1993	Saúde da Mulher	Dois setores: Saúde e Educação	Cidadania Ativa	_____	. Tema prioritário da agenda atual: saúde da mulher (ligado à implantação do PAISM)
4	<b>Projeto Casulo (SF)</b>	1994	Saúde Materno-Infantil	Unisetorial (focalização no setor e em grupo de risco)	Cidadania Ativa	_____	. Tema tradicional: saúde materno-infantil

**Quadro 2 (continuação)****Características das ações desenvolvidas pelos programas**

Nº proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco	Abordagem	Enfoque	Movimento social (no local)	Movimento social/agenda (Brasil)
5	<b>Centro de Atendimento à Mulher (SF)</b>	1993	Violência	Integral - Ass.jurídica,psico-pedagógica, social, capacitação,alfabetização, atenção a adolescentes e à terceira idade, apoio à organização das mulheres. - Documentação e pesquisa	Cidadania Ativa	Resposta a movimento de mulheres de Londrina.  Incorporação de organização de gênero no processo de implementação (Clube de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato).	Tema priorizado por movimentos ligados a gênero no Brasil desde o final dos anos 70:  - violência
6	<b>Programa de Atenção à Saúde da Mulher - DST/AIDS (SF)</b>	1995	Saúde da mulher	Unisetorial	Cidadania Ativa	—	A Saúde da mulher constituiu um dos temas prioritários do movimento de mulheres, desde o final dos anos 70. O programa foca-liza um problema específico (DST), mantendo a perspectiva de atenção integral, enfatizada pelas propostas dos movimentos.
7	<b>Arte para Criar (SF)</b>	1991	Geração de emprego e treinamento para o trabalho	Unisetorial -Treinamento em pintura em tecido  - Criação de mini-cooperativa	Cidadania Ativa	—	A capacitação de mulheres para geração de emprego e renda insere-se entre as reivindicações de mulheres no campo das políticas públicas. Questão polêmica: se o gênero de atividade selecionado (pintura em tecido) é emancipador.

**Quadro 2 (continuação)****Características das ações desenvolvidas pelos programas**

Nº proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco	Abordagem	Enfoque	Movimento social (no local)	Movimento social/agenda (Brasil)
8	<b>Coordenadoria Especial da Mulher (SF)</b>	1993	-Violência -Gênero e políticas públicas	Integral - Saúde (Integral) - Educação - Ass. a vítimas da violência (Integral)	Cidadania Ativa	—	Temas destacados na atual agenda dos movimentos de gênero: violência, saúde, educação (inclusão da di-mensão gênero na capacitação de professores e nos conteúdos transmitidos aos alunos).
9	<b>Vídeo Educativo/ Atendimento a mulheres vítimas de violência (SF)</b>	1994	Violência doméstica	Integral - Ass. Jurídica e psico-social	Cidadania Ativa	Mobilização de mulheres da região, no Forum Permanente de Combate à Violência do Litoral Sul Fluminense.	Tema prioritário na agenda atual dos movimentos e organizações ligadas a gênero: violência
10	<b>Programa Meu Filho, Minha Vida (SF)</b>	1995	Saúde materno-infantil	Unisetorial	Cidadania Passiva	—	Tema presente em movimentos sociais relativos a serviços públicos. Focaliza grupo de risco em saúde. Abordagem tradicional com relação à saúde da mulher.
11	<b>Mulheres organizando suas vidas - associação produtiva artesanal (SF)</b>	1993	Geração de emprego e renda	Unisetorial - Geração de atividades produtivas - Criação de associações de mulheres	Cidadania Ativa	—	Tema priorizado na agenda das organizações de gênero: criação de programas de geração de renda voltados à mulher. Reconhecimento do papel de chefe de família assumido por mulheres.

**Quadro 2 (continuação)****Características das ações desenvolvidas pelos programas**

Nº proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco	Abordagem	Enfoque	Movimento social (no local)	Movimento social/agenda (Brasil)
12	<b>Casa Eliane de Grammont (SF)</b>	1990	Violência	Integral - Atendimento integral (jurídico, psicológico etc.) - Capacitação de profissionais - Sensibilização da população	Cidadania Ativa	Movimento da sociedade civil surgido a partir de caso de violência doméstica que culminou na morte de Eliane de Grammont	Tema priorizado por movimentos e organizações de mulheres.
13	<b>Casa da Mulher Bertha Lutz - Centro Integral de Atendimento à Mulher (SF)</b>	1993	Violência Discriminação Saúde Gênero nas políticas públicas	Integral - Núcleo de Atend. à Mulher na Delegacia do Mun. - Form de Combate à Violência - Centro Municipal de Saúde da Mulher - Atend. Integral às vítimas de violência - Educação (or.sexual) - Plano Municipal de Direitos da Mulher	Cidadania Ativa	Organizações de mulheres na formulação e implementação do programa (Grupo de Mulheres, Organização Popular de Mulheres)	Diversas questões incluídas na agenda formulada por organizações e movimentos de mulheres (saúde, violência, sexualidade, discriminação, além de adotar a abordagem integral enfatizada atualmente e a proposta de incorporação de gênero pelas diversas políticas públicas:
14	<b>Mãe Coruja (SF)</b>	1995	Saúde infantil	Dois setores: saúde e educação	Cidadania passiva	—	Tema tradicional de movimentos sociais ligados a serviços públicos (saúde). Abordagem tradicional: saúde de recém-nascido. Mulher envolvida como responsável pelo aleitamento - foco do programa.

**Quadro 2 (continuação)****Características das ações desenvolvidas pelos programas**

Nº proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco	Abordagem	Enfoque	Movimento social (no local)	Movimento social/agenda (Brasil)
15	<b>Núcleo de Ensino, Assistência e Pesquisa na Reabilitação de Mastectomizadas (SF)</b>	1989	Saúde da mulher	- Integral - Assistência integral (saúde, psicológica, social)	. Cidadania Ativa	—	. Incorpora temas prioritários da agenda atual: atenção integral à saúde da mulher. - Embora com foco específico em uma doença, a abordagem é integral.
16	<b>Maternidade Leila Diniz (SF)</b>	1994	Saúde da mulher (gestante)	Unisetorial - “Humanização” do parto	. Cidadania Passiva	—	. Tema de saúde da mulher integra a pauta dos movimentos desde os anos 70. - Embora, ao focalizar a gestante, aproxime-se de abordagem tradicional na área de saúde da mulher, procura incorporar um enfoque “feminista” a este campo.
17	<b>Sistema de Vigilância da Saúde da Criança (SF)</b>	1995	Saúde materno-infantil	Unisetorial	Cidadania Passiva	—	- Tema tradicional: saúde materno-infantil
18	<b>Ações de contracepção (SF)</b>	1995	Saúde da Mulher - Oficinas de vivência e oferta de métodos contraceptivos.	Unisetorial (Mas integrado à atenção integral - PAISM)	Cidadania Ativa	—	. Tema atual: separação entre reprodução e sexualidade. Programa faz parte de implantação do PAISM - programa de atenção integral - reivindicação prioritária de movimentos de gênero.

Na análise dos programas dirigidos à mulher sobressai, em primeiro lugar, a predominância de iniciativas de governos municipais. Dos 18 programas com foco na mulher, 16 são programas municipais. Esta concentração das iniciativas dirigidas à mulher no âmbito municipal de governo segue tendência de descentralização de políticas públicas na área social a partir dos anos 80, referida anteriormente. Por outro lado, a presença elevada de iniciativas municipais, observada também para o conjunto de programas inscritos no Gestão Pública em 1996 decorre de fatores ligados ao calendário eleitoral: tratava-se do último ano de gestão nos governos municipais e de ano eleitoral, de maior interesse na divulgação das realizações dos governantes<sup>23</sup>.

#### **4.1. Programas de saúde**

Como pode ser visto no quadro 3, nove programas são da área de saúde, dos quais cinco focalizam a saúde materno-infantil e quatro, a saúde da mulher, voltando-se a problemáticas distintas das que têm como foco a mulher gestante. Como visto na análise da agenda formulada por movimentos e organizações ligadas a gênero, programas de saúde materno-infantil se inserem, em geral, numa perspectiva tradicional de abordagem da saúde da mulher, não considerando esta em todas as fases de sua vida e deixando de lado outras problemáticas relevantes enfrentadas pela mulher, na esfera da saúde, como por exemplo, sexualidade e contracepção.

Na documentação referente aos programas de saúde materno-infantil aqui analisados, não há referência a sua inserção em uma política de atenção integral à saúde da mulher. O que as informações disponíveis sugerem é que parte das iniciativas ainda se filia à concepção tradicional de saúde da mulher - exclusivamente voltada à saúde da mulher gestante e de sua prole.

---

<sup>23</sup> Ver FARAH, Marta Ferreira Santos. Que está mudando na gestão pública brasileira? In: BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez. A administração pública brasileira inovando a forma de governar. São Paulo, FGVSP, 1997. (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v.1)

Estes programas parecem ser, por outro lado, tributários da tendência à focalização das políticas sociais, através de programas dirigidos a grupos de risco, o que justificaria a ação privilegiada em programas do tipo materno-infantil, voltados prioritariamente à redução da mortalidade infantil. Tendo por referência a agenda dos movimentos de gênero, no entanto, tal ação “focalizada” - ainda que justificada em situações emergenciais, como a ligada a elevados índices de mortalidade infantil - deveria se articular a uma política mais abrangente, de atenção integral à saúde da mulher, que a atingisse em todas as etapas da vida e em toda a problemática que a afeta na área da saúde.

Dos demais programas da área da saúde, três consistem em ações específicas, um voltado ao combate de doenças sexualmente transmissíveis (*Programa de Atenção à Saúde da Mulher - DST/AIDS*), um na área de contracepção (*Ações de Contracepção*) e um programa de tratamento de mulheres portadoras de câncer (*Núcleo de Ensino, Assistência e Pesquisa na Reabilitação de Mastectomizadas*). O quarto é um programa voltado à preparação de profissionais para atuação na rede pública na área de saúde da mulher (*Espaço Mulher*). Embora os três primeiros caracterizem ações específicas, e o último, uma ação mais abrangente, em todos é explícita a vinculação das ações desenvolvidas a uma perspectiva de ação integral à saúde da mulher, tal como reivindicado por movimentos e organizações de mulheres. Todos consistem em ações articuladas ao propósito de implantação ou consolidação do PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, como ilustra trecho de documento do programa DST/AIDS<sup>24</sup>:

*“O atual perfil epidemiológico da AIDS em nosso país vem atingindo de forma crescente a população feminina. O Centro de Saúde Escola Barra Funda estabeleceu o Programa de prevenção às DST vinculado ao já existente Programa de Saúde da Mulher, entendendo que essa interface garante às mulheres uma*

---

<sup>24</sup> Texto que resume o programa, encaminhado ao Gestão Pública e Cidadania, por ocasião da inscrição no Ciclo de 1996.



*abordagem que insere as relações de gênero enquanto condicionante da vulnerabilidade feminina frente às DST.*

*A partir do contacto com a proposta de Abordagem Sindrômica do Ministério da Saúde, viemos procurando alternativas ao atendimento das mulheres, que garantisse quebrar com a cadeia de transmissão o mais rápido possível, **sem no entanto abandonar os princípios do PAISM**”<sup>25</sup>.*

Outro aspecto que merece destaque nestes programas diz respeito à temática que focalizam - doenças sexualmente transmissíveis, câncer de mama e contracepção - temas cuja inclusão na política de saúde da mulher vem sendo reivindicada por movimentos e organizações ligadas à questão de gênero.

Dos programas na área de saúde (nove), apenas dois envolvem articulação intersetorial, em ambos os casos consistindo esta articulação em vínculo com o setor da educação, mobilizado ora para o esforço de capacitação de profissionais (*Espaço Mulher*), ora para a sensibilização da população em campanha na área da saúde (*Mãe Coruja*). Nota-se, assim, que, em que pese a orientação para uma atenção integral à saúde da mulher, envolvendo equipes multiprofissionais em diversos programas, a área de saúde ainda atua de forma relativamente isolada. Para o conjunto dos programas (18), a articulação intersetorial é maior, ocorrendo em oito programas no total, aspecto que será retomado na análise de outras áreas e temáticas.

A articulação entre níveis de governo, por sua vez, ocorre em três dos nove programas da área saúde. É importante aqui uma observação: sabendo-se que a área de saúde funciona como um sistema, ao menos no que se refere à dependência das esferas subnacionais com relação a recursos federais, todos os programas da área de saúde têm alguma relação com a esfera federal. A articulação ocorre também, de forma indireta, através da filiação dos programas a diretrizes da política nacional de

---

<sup>25</sup> Grifo nosso.

saúde e seus subprogramas, como no caso dos quatro programas que consistem em tentativas de implantação do PAISM. No entanto, a articulação aqui registrada vai além desta vinculação indireta. Assim, no caso do programa *Espaço Mulher*, a iniciativa do governo municipal tem conexões com a esfera federal de duas maneiras, além das mencionadas: de um lado, através do credenciamento do programa como Centro de Referência pelo Ministério de Saúde e do apoio recebido através de equipamentos e material pedagógico; de outro, através do encaminhamento de profissionais do nível federal para treinamento no âmbito deste programa. O *Espaço Mulher* também se articula ao governo estadual, o qual é responsável pela seleção e encaminhamento de profissionais de saúde do Estado e ligados à esfera federal para treinamento pelo programa.

Outro programa que envolve a participação de outros níveis de governo é o *Núcleo de Ensino, Assistência e Pesquisa na Reabilitação de Mastectomizadas*, iniciativa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, que envolve convênio com a Secretaria de Saúde de Ribeirão Preto e conta com recursos do CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa, entidade federal. Um último programa explicitou participação da esfera federal - o *Maternidade Leila Diniz* (embora não tenha esclarecido em que consiste esta participação).

Dentre os programas da área de saúde analisados, não há registro de nenhum que tenha se originado de movimento social reivindicatório na localidade de sua implantação, envolvendo a comunidade atendida. No entanto, isto não significa que não respondam a uma pauta de questões posta por movimentos e organizações de mulheres, como visto anteriormente na análise dos programas orientados para a atenção integral à saúde da mulher. Por outro lado, em dois programas da área de saúde, registra-se a participação da sociedade civil na implementação do programa, como é o caso do *Projeto Casulo*, do qual participam o setor privado (que colabora através da doação de equipamentos), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (encaminhamento de entidades para treinamento no âmbito do programa) e conselhos tutelares (casos de negligência com recém-nascidos de risco

e de gestantes adolescentes). O programa *Mãe Coruja* também envolve a participação da comunidade e do setor privado. A campanha de aleitamento desenvolvida na rede pública de ensino é desenvolvida com a colaboração de voluntários que atuam lado a lado com os professores da rede. Uma instituição bancária, por sua vez, patrocinou a campanha. Como será visto adiante, a participação da sociedade civil é bem mais expressiva nos programas ligados à problemática da violência contra as mulheres.

Um outro aspecto que se procurou considerar nos programas dirigidos à mulher consiste no enfoque dos programas com relação à cidadania, no sentido de verificar em que medida constituem uma outorga ou concessão do Estado, aproximando-se do conceito de cidadania passiva, proposto por Benevides<sup>26</sup>, ou ainda do conceito de cidadania regulada, formulado por Santos<sup>27</sup> e em que medida estariam mais próximos do conceito de cidadania ativa. Neste caso, segundo Benevides, o cidadão é portador de direitos e deveres, sendo além disto criador de direitos, abrindo novos espaços de participação<sup>28</sup>. Assim, um programa se aproxima da noção de cidadania ativa à medida que envolve a participação do cidadão no processo de formulação, implementação e controle das políticas públicas. Pode se acrescentar ainda à caracterização da cidadania ativa a perspectiva emancipadora, isto é, os programas com esta orientação estimulariam a autonomia e emancipação do cidadão, contribuindo para que este tome decisões sobre seu próprio destino.

Dos nove programas da área de saúde, cinco se aproximam da perspectiva da cidadania ativa. Embora nenhum destes programas tenha resultado de movimentos

---

<sup>26</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. *Lua Nova*, n. 33, p. 5-17, 1994. p. 5-17 e \_\_\_\_\_. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo, Ática, 1991.

<sup>27</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro, Campus, 1987. 2ª edição.

<sup>28</sup> Ver análise desenvolvida por PINHO et alii sobre programas do Estado da Bahia inscritos no Gestão Pública e Cidadania em 1996, em que os autores se baseiam nos conceitos de cidadania passiva e ativa. Cf. PINHO, José Antonio Gomes, SANTANA, Mercejane Wanderley e CERQUEIRA, Margarida Bandeira. *Gestão pública em busca de cidadania: experiências de inovação em Salvador*. São Paulo, FGVSP, 1997. (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v.5).

sociais na localidade em que foram implantados, como visto anteriormente, ora respondem a demandas postas por movimentos e organizações de mulheres, de âmbito nacional ou regional, ora incorporam em sua implementação entidades da sociedade civil que passam a intervir nos rumos do programa. Mas a perspectiva da cidadania ativa está presente sobretudo pelo fato de estes programas incorporarem a perspectiva emancipadora: as mulheres atendidas não apenas recebem tratamento de saúde, mas também passam a ter acesso a um conjunto de informações que as capacita para tomarem decisões relativas a sua saúde, participando ativamente do processo de cura e de prevenção e, ampliando o campo da saúde, das opções relativas a sua sexualidade, à contracepção e ao planejamento familiar. Os projetos que, segundo o material analisado, parecem aproximar-se de tal perspectiva são: *Espaço Mulher, Projeto Casulo, DST/AIDS, Núcleo de Ensino, Assistência e Pesquisa na Reabilitação de Mastectomizadas e Ações de Contracepção*.

Nos demais programas não fica caracterizada seja a participação da sociedade civil e de mulheres na formulação ou implementação das iniciativas, seja o estímulo à emancipação das mulheres atendidas no programa, no sentido de se capacitarem para participarem ativamente das decisões associadas à saúde.

#### **4.2. Programas ligados à violência contra a mulher**

Dos 18 programas dirigidos à mulher, seis constituem iniciativas voltadas ao apoio a vítimas de violência contra a mulher - *Casa Rosa Mulher*, de Rio Branco (AC), *Centro de Atendimento à Mulher*, de Londrina (PR), *Coordenadoria Especial da Mulher* e *Vídeo Educativo*, de Angra dos Reis (RJ), *Casa Eliane de Grammont*, de São Paulo e *Casa Bertha Lutz*, de Volta Redonda (RJ). Todos estes programas são estruturados como programas de atenção integral a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, compreendendo assistência jurídica, social e psicológica.

A maior parte dos programas, no entanto, oferece mais que a assistência emergencial às vítimas de violência, incluindo também atendimento na área de saúde - como nos casos do *Casa Rosa Mulher*, do *Coordenadoria Especial da Mulher* e do *Casa da Mulher Bertha Lutz* - e na área de educação, com ênfase à capacitação das mulheres atendidas, visando à sua reinserção social, como no caso dos programas *Centro de Atendimento à Mulher*, da *Coordenadoria Especial da Mulher*, da *Casa Eliane de Grammont* e da *Casa Bertha Lutz*.

Uma das características importantes da estruturação dos programas na área da violência contra a mulher analisados neste trabalho consiste na criação de espaços de vivência e de convívio, em que as vítimas de situações de violência são acolhidas, podendo discutir seus problemas e receber orientação e apoio integral, não apenas de profissionais especializados, mas também de outras mulheres. Tais espaços parecem ser concebidos como lugares de recuperação da capacidade de inserção social das mulheres, em que estas recebem instrumentos que lhes possibilitem deixar a situação de vítima (violência doméstica) ou superar experiências traumáticas de violência sexual (estupro, por exemplo), recuperando sua auto-estima.

A violência contra a mulher constitui uma das questões priorizadas por movimentos feministas e por movimentos de mulheres no Brasil, desde os anos 70, fazendo parte do conjunto de propostas formuladas tendo em vista a implementação de políticas públicas ligadas à questão de gênero, desde então. Como visto, a criação de Delegacias da Mulher vem ocorrendo em todo o país, desde a iniciativa pioneira do governo do Estado de São Paulo em 1985, refletindo a importância desta questão para os movimentos ligados a gênero. Mas as propostas de enfrentamento da questão da violência não se resumem à criação de delegacias especializadas, incluindo também a implantação de abrigos - casas da mulher - em que estas possam

ser atendidas de forma integral e se protegerem de novas situações de violência, sobretudo no caso da violência doméstica<sup>29</sup>.

Constata-se, assim, que as iniciativas na área de violência contra a mulher, aqui analisadas, refletem a agenda atual dos movimentos e organizações de gênero no país. As iniciativas também refletem esta agenda no que diz respeito à abordagem integral que caracteriza todos os programas. Tal abordagem inclui o atendimento emergencial e uma perspectiva emancipadora, voltada à recuperação da auto-estima e à reinserção social das mulheres em um novo patamar, que lhes permita passar da condição de vítimas para a de cidadãs conscientes de seus direitos.

É importante assinalar que tais iniciativas são todas municipais, sugerindo a incorporação desta agenda pela esfera local de governo, passando a questão da violência contra as mulheres a integrar a ação dos municípios na área social.

Nos programas de proteção a vítimas da violência, observa-se, por outro lado, como característica importante a *intersetorialidade*. Assim, dos seis programas da área da violência, cinco envolvem articulação intersetorial, incluindo a participação não apenas da secretaria ou entidade responsável pela iniciativa, mas também de outras secretarias do governo municipal, cuja colaboração é crucial para viabilizar a abordagem integral pretendida<sup>30</sup>.

Assim, no caso da *Casa Rosa Mulher*, de Rio Branco (AC), a iniciativa da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social do município conta com o apoio da Secretaria da Saúde e da Fundação da Cultura, também municipais<sup>31</sup>. No *Centro de Atendimento à Mulher*, de Londrina (PR), além da Coordenadoria Especial da

---

<sup>29</sup> SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência de gênero no Brasil contemporâneo. In: SAFFIOTTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos- NIPAS, UNICEF, 1994. p. 151-187.

<sup>30</sup> Apenas a Casa Eliane de Grammont, de São Paulo(SP) não conta, segundo os documentos analisados, com participação intersetorial.

<sup>31</sup> Registram-se aqui as referências a outros órgãos e secretarias municipais existentes na documentação consultada. É possível que outras entidades estejam envolvidas no programa.

Mulher, estão envolvidos no programa o Poder **Judiciário**, as Secretarias da Educação, da Saúde e do Abastecimento, além do Comitê Intersetorial de Saúde da Mulher. O programa *Vídeo Educativo*, de Angra dos Reis (RJ), iniciativa da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Social, conta com a colaboração da Coordenadoria de Mulheres. A *Coordenadoria Especial da Mulher*, também de Angra dos Reis, promovido pela Prefeitura, envolve também as Secretarias da Saúde, de Educação e da Habitação e Desenvolvimento Social.

Este programa - a *Coordenadoria Especial da Mulher* - e a *Casa Bertha Lutz*, de Volta Redonda (RJ), iniciativa da Secretaria de Saúde, adotam uma perspectiva intersetorial num sentido distinto do verificado nos programas anteriores: assumem o papel de promotores da incorporação da dimensão gênero pelas diversas políticas públicas sob responsabilidade do governo municipal. Estes programas se destacam, assim, no conjunto dos 18 programas dirigidos à mulher analisados neste trabalho, por adotarem a perspectiva recomendada mais recentemente pelas organizações e movimentos de mulheres - a de que a questão de gênero não constitua apenas o foco de políticas específicas, mas sim que seja integrada pelas várias políticas públicas.

A articulação entre níveis de governo ou entre governos de mesmo nível é também uma constante nos programas ligados à problemática da violência. Dos seis programas analisados, cinco envolvem a colaboração entre diferentes níveis de governo ou a colaboração entre municípios<sup>32</sup>. Assim, a *Casa Rosa Mulher*, programa do município de Rio Branco (AC), é desenvolvido com o apoio do governo federal, estando envolvidos os Ministérios da Saúde e da Cultura e o programa Comunidade Solidária. O programa conta ainda com a colaboração da Universidade Federal do Acre. No programa de Londrina - *Centro de Atendimento à Mulher* - por sua vez, estão envolvidos a Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania e a Universidade Estadual de Londrina.

---

<sup>32</sup> Novamente, apenas o programa *Casa Eliane de Grammont*, de São Paulo, não parece envolver outros níveis de governo em sua implementação.

Os programas de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro - a *Coordenadoria Especial da Mulher e o Vídeo Educativo* - envolvem a participação de entidades intermunicipais - o Fórum Fluminense de Combate à Violência Contra a Mulher e o Fórum de Combate à Violência do Litoral Sul Fluminense. No caso da *Coordenadoria* há também a participação de um órgão estadual, o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Outro programa do Estado do Rio de Janeiro, a *Casa Bertha Lutz*, de Volta Redonda, também se articula ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Estes três últimos programas sugerem haver, neste Estado, articulação entre iniciativas de diferentes governos (locais e estadual) no combate à violência contra a mulher, o que possibilita a troca de experiências e o apoio recíproco, favorecendo a consolidação deste tipo de política naquela região.

Diferentemente dos programas da área de saúde, os programas ligados à violência contra a mulher nascem em geral de movimentos sociais nas localidades de sua implantação. Assim, o *Casa Rosa Mulher*, de Rio Branco (AC), foi implantado após um longo processo de mobilização, iniciado na década de 80, com a constituição de um movimento local de mulheres. Em 1992, este movimento formulou proposta de criação de uma Casa da Mulher, para vítimas da violência. No ano seguinte, denúncias na imprensa (nacional, local e internacional) relativas ao tráfico e à prostituição de meninas conduziram à instauração de comissões de investigação na Câmara de Vereadores de Rio Branco (Comissão de Inquérito) e na Assembléia Legislativa do Estado do Acre (Comissão de Sindicância). A criação da *Casa Rosa Mulher*, em 1994, faz parte deste processo de mobilização, em que se destaca a presença de movimentos e organizações de mulheres. Com a implantação do programa, a participação da sociedade civil tem continuidade, estando envolvidos na implementação do programa associações de moradores, sindicatos, partidos, categorias profissionais (em diversos casos, através de representações de mulheres nestas entidades), assim como as ONG: Rede Acreana de Mulheres e Homens e Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre.



O *Centro de Atendimento à Mulher*, de Londrina (PR), também constitui desdobramento de movimento de mulheres naquela cidade, o qual vinha denunciando o problema da violência contra mulheres. Em sua implementação estão envolvidos ainda, além de organizações como o Comitê da Ação e da Cidadania contra a Fome, os Conselhos Municipais de Assistência Social e da Criança e do Adolescente e organizações diretamente ligadas a gênero, como associações de mulheres e comissões de gênero como o Clube de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato.

Nos programas de Angra dos Reis - *Coordenadoria Especial da Mulher e Vídeo Educativo* - não há registro de mobilização no próprio município. No entanto, é provável que a mobilização de mulheres na região em torno da temática da violência contra as mulheres - a qual deu origem ao Fórum Permanente de Combate à Violência do Litoral Sul Fluminense e ao Fórum Fluminense de Combate à Violência Contra a Mulher - tenham exercido influência na criação destes programas. Por outro lado, sua implementação envolve a sociedade civil, através de uma série de entidades, como Grupo de Consciência Negra, Serviço de Paz e Justiça, clubes de mães, pastorais ligadas à igreja católica e Comissão da Mulher Advogada.

A *Casa Eliane de Grammont*, de São Paulo (SP), também se originou de movimento social, surgido em decorrência de caso de violência doméstica que culminou na morte de uma mulher (Eliane de Grammont). Não há registro na documentação pesquisada de que atualmente este programa, criado em 1990, envolva a participação da sociedade civil e de entidades ligadas à questão de gênero.

Finalmente, a *Casa Bertha Lutz*, constituiu-se por iniciativa da prefeitura de Volta Redonda (RJ), a partir da mobilização de organizações de mulheres (Grupo de Mulheres, Organização Popular de Mulheres), que participaram da formulação do programa e estão envolvidas em sua implementação.

Esta inserção num quadro de mobilização local se completa, no caso dos programas ligados à violência, por sua "aderência" à pauta de problemas e de proposições para políticas públicas formuladas por movimentos e organizações ligados à temática de gênero no país nos últimos anos, conforme a agenda identificada anteriormente neste trabalho.

Finalmente, ainda com relação aos programas de combate à violência, nota-se que, no que diz respeito à cidadania, todas as iniciativas podem ser entendidas como experiências que procuram instaurar a cidadania ativa, uma vez que vêm sua clientela como portadora de direitos e não como receptora passiva de concessões do Estado. O próprio envolvimento das mulheres e de suas organizações na formulação dos programas e em sua implementação já constituem sinais desta orientação. Mas esta perspectiva se reafirma na abordagem integral que marca tais programas, voltada à recuperação da auto-estima e da autonomia das mulheres atendidas.

### **4.3. Programa dirigido a crianças e adolescentes**

O programa *Meninas de Santos* consiste num programa dirigido a crianças e adolescentes que tem como foco meninas em situação de risco pessoal e social. Sua clientela consiste em crianças e adolescentes do sexo feminino, em situação de rua, expostas a drogas (e ao tráfico de drogas), vítimas de exploração sexual, vivendo na prostituição, as quais, em geral, abandonaram a escola e não têm perspectiva de inserção profissional e social. A atenção a crianças e adolescentes do sexo feminino pelas políticas públicas constitui reivindicação de movimentos ligados a gênero desde os anos 80. Esta reivindicação surgiu, de um lado, à medida que cresceu a preocupação, por parte de setores da sociedade brasileira, com a situação em que vive grande parte das crianças de baixa renda no país, acompanhada pela formulação de programas dirigidos a este segmento da população. De outro lado, as reivindicações ligadas a crianças e adolescentes do sexo feminino emergiram à medida que se reconheceu haver uma problemática específica que atinge as

meninas, ligada sobretudo à exploração sexual e à prostituição. O *Programa Meninas de Santos* é um dos pioneiros no país, tendo sido criado em 1993, influenciado pelas propostas dos movimentos de gênero.

Observa-se neste programa a ocorrência de articulação intersetorial: trata-se de iniciativa da Secretaria de Ação Comunitária da qual participam também a Secretaria da Saúde e a de Educação, de forma a garantir a abordagem integral proposta pelo programa. As meninas são atendidas tanto na própria rua, como em uma casa especial (Casa do Trem), em que recebem atendimento psicológico e participam de oficinas de beleza, de sexualidade, de artes e esportes, sendo reconduzidas à escola e tendo acesso a programas de capacitação que visam inseri-las no mercado de trabalho. O programa inclui ainda atendimento às famílias, visando à reintegração familiar. Também com relação à abordagem adotada - atenção integral - o programa é consistente com as propostas mais recentes de organizações de gênero, as quais, por sua vez, coincidem quanto a este aspecto com as reivindicações e diretrizes dos movimentos ligados à problemática geral de crianças e adolescentes. Este programa não envolve, por outro lado, articulação intergovernamental. Conta, no entanto, com o apoio da UNICEF.

Com relação à articulação com a sociedade civil, o programa, embora não responda diretamente a proposta de movimento social local, foi influenciado pela existência de movimento de crianças em situação de rua - o Grupo de Meninos e Meninas de Santos, fundado em 1991. Por outro lado, apesar da resistência inicial ao programa - que adota com relação à prostituição uma abordagem distinta da abordagem tradicional, de cunho repressivo - o *Meninas de Santos* passou a contar com o apoio do setor privado, que, através de empresários locais, passou a oferecer oportunidade de estágios e empregos para as adolescentes atendidas pelo programa (embora em 1996, fosse ainda pouco expressiva a oferta destas oportunidades). O programa contava ainda com a colaboração da PUC de Santos.

Este programa distancia-se da idéia da concessão de serviços pelo Estado, como mera outorga, instituída de cima para baixo, e, portanto, da perspectiva da cidadania passiva. Toda a orientação adotada se volta para a instituição de cidadãs, portadoras de direitos (e deveres), dentre os quais o de acesso ao atendimento estatal que as proteja dos riscos pessoais e sociais a que estão expostas e que as prepare para a autonomia enquanto cidadãs.

#### **4.4. Programas de geração de emprego e renda**

Dois dos 18 programas dirigidos à mulher são programas de geração de emprego e renda - o programa *Arte para Criar* e o *Mulheres Organizando suas Vidas* - de Indaiatuba, no interior de São Paulo e de Olinda, em Pernambuco, respectivamente.

O primeiro consiste no treinamento de mulheres em pintura em tecido, visando à criação de novas oportunidades de renda, incluindo ainda a criação de mini-cooperativas das novas artesãs. Em princípio, o programa parece atender a reivindicação de movimentos de mulheres no campo das políticas públicas, no sentido de se criarem oportunidades de emprego e renda para mulheres. No entanto, o material disponível sobre o programa não permite verificar que possibilidades efetivas tem a atividade selecionada de gerar renda ou, em outros termos, qual a viabilidade econômica da opção adotada. Se a perspectiva de sustentabilidade não existir, corre-se o risco de ter implantado um programa reprodutor de atividades tradicionalmente reservadas às mulheres, sem qualquer potencial emancipatório.

O programa *Mulheres Organizando suas Vidas*, por sua vez, consiste em iniciativa de geração de renda, através da capacitação de mulheres em atividades típicas do artesanato local da região de Olinda e da criação de associação produtiva - a Associação Produtiva e Artesanal das Mulheres de Aguazinha. A clientela deste programa é composta por mães de pequenos tropeiros, que viviam da coleta de material em "lixão" de um bairro de Olinda, atendidos por outro programa social da

prefeitura. Também neste caso, a iniciativa atende a demanda de movimentos de gênero, no sentido de se criarem oportunidades de trabalho para mulheres, em particular para mulheres de baixa renda. Por outro lado, um aspecto relevante não passível de verificação no âmbito do presente trabalho diz respeito à perspectiva de auto-sustentabilidade da associação produtiva criada pelo programa.

Nenhum dos dois programas de geração de emprego e renda envolve articulação intersetorial, consistindo em iniciativas isoladas num caso, da própria Prefeitura, e, no outro, da Secretaria da Educação. Tampouco ocorre participação de outros níveis de governo na promoção das iniciativas. A ausência de articulação entre diferentes políticas públicas contribui para reduzir as perspectivas de sustentabilidade dos programas, que correm o risco de permanecerem ativos apenas enquanto contarem com o apoio das entidades promotoras.

Não há registro de movimentos sociais na origem dos programas de geração de emprego e renda aqui analisados. No entanto, no caso do programa de Olinda, surgido a partir de programa dirigido aos pequenos tropeiros - catadores de lixo - há o envolvimento direto do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes. Neste caso, as crianças - os filhos - foram a "porta de entrada" para a problemática das mulheres (mães). Da abordagem integral conferida ao programa dirigido às crianças decorreu a atenção à situação das mães, em boa parte dos casos as únicas responsáveis pelas famílias, carecendo também de oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Com relação à cidadania, há programas de emprego e renda tradicionais que não assumem o caráter emancipador associado à noção de cidadania ativa. Aparentemente tal não é o caso dos programas aqui analisados que, além do treinamento em determinadas atividades, procuram criar condições de emancipação através da criação de cooperativas ou associações de produtoras. Mas tal emancipação só estará garantida à medida que os programas tiverem perspectiva de auto-sustentabilidade.

## 5. PROGRAMAS QUE INCORPORAM A QUESTÃO DE GÊNERO

Além dos programas dirigidos à mulher, o presente trabalho analisa também a incorporação da questão de gênero por outras políticas públicas promovidas por governos subnacionais. Com este propósito, foram considerados 100 programas semifinalistas no Ciclo de 1996 do *Gestão Pública e Cidadania*, dos quais 23 incorporam gênero<sup>33</sup>. Tais programas são apresentados no quadro 3 a seguir. O tipo de ação desenvolvida por estes programas e a forma como se dá a incorporação de gênero constam do quadro 4.

---

<sup>33</sup> Somados aos cinco programas semifinalistas (2 finalistas e 3 semifinalistas) que têm como foco a mulher, observa-se que um total de 28 programas envolvem a perspectiva de gênero, representando 28% dos programas.

### Quadro 3

#### Caracterização geral dos programas que incorporam a questão de gênero

Nº Proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
1 i*	004	<b>Pólo Agroflorestral (F)</b>	Reforma Agrária	Municipal - Rio Branco (AC) - Prefeitura Municipal	Reforma agrária municipal que consiste na destinação de áreas rurais subutilizadas da periferia da cidade a ex-seringueiros e ex-agricultores, possibilitando a volta ao campo, e, ao mesmo tempo fornecendo alimentos para o abastecimento da cidade. O programa procura ainda garantir um processo produtivo não agressivo ao meio ambiente amazônico.	. ONG (PESACRE) . Assoc. de Produtores do Pólo . Sindicato dos Pequenos Produtores e Assalariados de Rio Branco.	-intersectorial ( Sec. Agricultura e Abastecimento, Planejamento e Bem-Estar Social e EMATER) -intergov.(gov.federal: Min. Meio Ambiente, EMBRAPA, Com. Solidária, Univ. Fed. Acre, SUDAM)
2 i	107	<b>Programa de Geração de Emprego e Renda (F)</b>	Geração de Empregos e Treinamento para o Trabalho	Municipal - Quixadá (SP) - Sec. do Trabalho e Ação Social	Programa de apoio à formação e consolidação de pequenas unidades produtivas, através de crédito para montagem de pequenos negócios e de programas de capacitação para o gerenciamento de qualificação de mão-de-obra.	. ONG (GRET- França; GTZ – Alemanha) . SEBRAE . Associações para negócios comunitários, cooperativas de micro-empresários e artesãos)	-intersectorial (Secr. da Agricultura, Indústria e Comércio e Prefeitura) -intergov. (Banco do Estado do Ceará, SINE, Banco do Nordeste)
3 i	177	<b>Cidade Constituinte (F)</b>	Gestão e Planejamento	Municipal - Porto Alegre (RS) - Sec. de Planejamento	Planejamento participativo do desenvolvimento da cidade e de políticas públicas. Para tanto a cidade foi dividida em oito regiões, cujo planejamento é discutido por população e técnicos	. ONG (FASE e outras) . Forum de Movimentos Populares	. intersectorial (Câmara de Vereadores, Conselhos Municipais, Secr. do Trabalho, Cidadania e Ass. Social

Obs.: Adotou-se a numeração seguida de “i” para diferenciar estes projetos que incorporam gênero dos que têm como foco a mulher.

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização geral dos programas que incorporam a questão de gênero**

Nº proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
4 i	122	<b>Programa Nutrir (F)</b>	Saúde	Municipal - Apucarana (PR) - Sec. Saúde e Ação Social	Programa de combate à fome e à desnutrição infantil, composto por um conjunto de ações que incluem a produção e distribuição de alimentos de alto grau nutritivo (multimistura e leite de soja) e de medicamentos fitoterápicos.	. ONG (Inst. De Promoção Humana do Paraná, Centro de Prom. Hum. São Benedito, Inst. POLIS) . Pastoral da Criança	. intersectorial (Secr. Fazenda, de Obras e da Agricultura) . intergov. (estadual-IAPAR - Londrina)
5 i	234	<b>Comissão Permanente de Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul (F)</b>	Relações de trabalho	Estadual - Mato Grosso do Sul - Secretaria Estadual da Cidadania, Justiça e Trabalho	Fiscalização de condições de trabalho em carvoarias, usinas de álcool e açúcar e áreas de cultivo de algodão, erva-mate e braquiária, com o objetivo de acabar com a exploração do trabalho infantil e indígena e com condições subumanas de trabalho.	. ONG (Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Grupo Zumbi) . Cons. do Negro, Com. Pastoral da Terra, Pastoral das Migrações, CIMI) . Sind. e Federações de Trabalhadores, Assoc. Nac. de Procuradores, OAB, Univ. Católica Dom Bosco	- interset. (Ass. Legislativa, Secr. Educação, Saúde, Meio Ambiente, Fazenda, Planejamento, Agricultura, Pecuária e Des. Agrário) - intergov. (Min. do Trabalho, INSS, FUNDACENTRO, UFMS, FUNAI, IBAMA, Polícia Rodoviária Fed.)
6 i	353	<b>Projeto Bolsa-Escola (F)</b>	Educação	Iniciativa do: - Distrito Federal - Secret. da Educação	Garantia de acesso à escola e permanência na escola pública de crianças de 7 a 14 anos, em situação de carência material, combatendo a repetência e evasão. Famílias de renda até ½ s.m. recebem 1 s.m. por mês para manterem filhos na escola.	. Mov. de Meninos e Meninas de Rua do DF e entidades populares	- intrasectorial (Gabinete do governador, Fund. Educacional do DF, Adm. Regionais, Secr. Trabalho, Agricultura, Banco de Brasília, CODEPLAN)



**Quadro 3 (continuação)****Caracterização geral dos programas que incorporam a questão de gênero**

Nº proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
7 i	499	<b>Projeto São Pedro (F)</b>	Des. Urbano Integrado	Municipal -Vitória (ES) - Secr. Municipal de Ação Social	Erradicação da pobreza e melhoria de condições de vida de população que vive em região de Manguezal, através de políticas integradas (educação, saúde, habitação, infra-estrutura, geração de emprego e renda, etc.)	. ONG . Cons. Popular de Vitória , do Meio Ambiente, Cons, Tutelar de Vitória, Mov. de Mulheres . Pastoral São Pedro, Paróquia de São Pedro, Igrejas Evangélicas.	- intersectorial (Dep. de Projetos Habitacionais Especiais, Secr. Saúde, Educação, Esporte e Lazer, Seg. Pública, Transporte) - intergov. (CEF, Min. Bem-Estar Social Min. Integração Regional, Comp. Estadual de Saneamento)
8i	599	<b>Circo da Cidade (SF)</b>	Cultura, Lazer e Esporte	Municipal - Lages (SC) - Fundação Cultural de Lages	Centro cultural itinerante, montado em um circo, que se desloca de bairro para bairro, visando possibilitar acesso da população da periferia da cidade a atividades culturais e participação na produção cultural.	. Ass. de Moradores, Com. de Saúde, Grupos de Mães, de Terceira Idade, de Jovens.	. intersectorial (outras secretarias municipais)
9 i	575	<b>Programa Cidadão-Criança (SF)</b>	Assistência Social	Municipal - Vitória (ES) - Secr. de Ação Social	Atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, através de proteção integral (acesso a direitos básicos, capacitação etc)	. SENAI . Mov. nacional de Meninos e Meninas de Rua, Cons. Mun. da Criança e do Adolescente, Cons. Tutelar . Pastoral do Menor	. interset.(Secr. Saúde, Educação, Cultura e Turismo, Cidadania) . intergov. (Min. Público e Poder Judiciário, Pol. Militar do ES, Secr. Esta-dual da Justiça e da Cidadania, Min. Da Previdência, UFES, Vale do Rio Doce etc)

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização geral dos programas que incorporam a questão de gênero**

Nº proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
10 i	401	<b>Casa da Cidadão (SF)</b>	Cidadania e Direitos Humanos	Municipal - Vitória (ES) - Secr. da Cidadania	Reunião de diversos serviços públicos em um único local - serviços de ass. jurídica, de defesa do consumidor, fornecimento de documentos, SOS Racismo, Núcleo de Ass. à Mulher.	—	. intergov. (Procuradoria Geral de Justiça do Estado, Tribunal de Justiça UFES, Del. Regional do Trabalho, TRE, SUNAB, Secr. Nac. Ac. Econômico)
11 i	105	<b>Projeto Geração de Trabalho e Renda (SF)</b>	Geração de empregos e treinamento para o trabalho	Municipal - Betim (BG) - Secr. de Des. Social	Implantação de unidades produtivas autogestionadas, junto à população excluída do mercado de trabalho.	. ONG (Centro de Autodesenvolvimento de Betim) . Ass. de bairro . Entidades religiosas	—
12 i	302	<b>Jovem Cidadão Consciente e Participante em Sua Comunidade (SF)</b>	Criança e Adolescente	Estadual - São Vicente (SP) - Delegacia de Ensino da Secr. Estadual de Educação	Programa de formação para a cidadania, estimulando sua participação política, através da formulação de questões para representantes do Poder Legislativo da cidade.	—	. intersectorial (escola de 2º grau) . intergov. (Câm. de Vereadores)

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização geral dos programas que incorporam a questão de gênero**

Nº proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
13 i	38	<b>Programa Cidade Mãe</b>	Criança e Adolescente	Municipal - Salvador (BA)  (Fundação Cidade Mãe)	Integração social de crianças e adolescentes de baixa renda e em situação de rua, através de um conjunto de atividades voltados à educação para a cidadania (lazer, educação, iniciação profissional, orientação psico-pedagógica, atendimento familiar etc.)	. ONG (Projeto Axé) . Ass. Comunitárias, Grupos de Mães, Cons. Comunitários, Cons. Mun. da Criança e do Adolescente, Cons. Tutelares, . SENAI, Ass. Atlética Banco do Brasil	intergov. (Com. Solidária, Juizado da Infância de Juventude, UFBA, Min. Bem-Estar Social)
14 i	171	<b>Novos Modelos de Gestão do Estado</b>	Formas de gestão e planejamento	Estado - Rondônia - Secr. de Planejamento e Coordenação Geral	Implantação de nova forma de gestão, envolvendo parcerias entre gov. estadual, municípios e organizações sociais comunitárias. O programa cria conselhos municipais de desenvolvimento, como base do planejamento e da execução das políticas públicas.	. ONG (entidades filantrópicas) . ass. criadores de gado, de feirantes, ass. comerciais, de peq. prod. rurais) . ass. de pais e professores, coop. agrícolas, org. de mulheres, sindicatos, mov. estudantil, igrejas evangélicas e católica.	. intersectorial (Banco do Estado de Rond., EMATER) . intergov. (pref. Municipais, Câm. de Vereadores, Banco do Brasil, Fund., Nacional da Saúde)
15 i	183	<b>Um Novo Modelo de Gestão</b>	Formas de gestão e planejamento	Estadual - Rondônia - EMATER	Promoção do desenvolvimento agrícola sustentável do Estado, através de modelos de produção diversificados e integrados e da capacitação de produtores rurais e suas organizações.	. ONG . Organizações associativas de produtores rurais	. intersectorial (Secr. Agricultura) . intergov. (Prefeituras e Câmaras de Vereadores, EMBRAPA).

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização geral dos programas que incorporam a questão de gênero**

Nº proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
16 i	088	<b>FUNGER (SF)</b>	Geração de empregos e treinamento para o trabalho	Municipal - Teresina (PI)  - Secr. da Ind. e Comércio	Apoio financeiro a pequenas e microempresas, a profissionais autônomos, associações e cooperativas, visando à ativação da economia e a geração de empregos.	—	. intergov. (CEF)
17 i	552	<b>Microurbanização Integrada do Castelinho (SF)</b>	Habitação	Municipal - Fortaleza (CE) - IPLAN (Inst. de Planejam.)	Programa de produção de 50 moradias em regime de mutirão, articulação à geração de emprego e renda, através de hortas comunitárias e unidades de produção e da capacitação de trabalhadores.	.ONG (CEARAH Periferia, ADRAI, GRET) . Cons. de Moradores, Unid. Federativa de Mov. Popular,	. intersectorial (Secr. de Trabalho e Ação Social)
18 i	388	<b>Programa Intersecretarial de Atendimento à Terceira Idade (SF)</b>	Idoso	Municipal - São Paulo (SP) - Secr. de Saúde, Cultura e Esportes.	Programa que visa à melhoria da qualidade de vida do idoso, sua inserção social e o desenvolvimento de sua autonomia pessoal.	. Grupo da Terceira Idade “Alegria de Viver”	. intersectorial (iniciativa conjunta de três Secretarias)
19 i	061	<b>Orçamento Participativo (SF)</b>	Participação Popular	Municipal - Ipatinga (MG) - Secr. de Planejamento	Programa consiste no envolvimento da população no processo decisório relativo à alocação de recursos públicos no município (participação na elaboração do orçamento)	. ONG (Lyons, Rotary, etc. ) . Peq. micro e médias empresas, . Repr. da população, assoc. de moradores e mov. populares, clubes de mães e creches, cons. Setoriais	. intersectorial (Câmara Municipal )

**Quadro 3 (continuação)****Caracterização geral dos programas que incorporam a questão de gênero**

Nº proj.	Nº de inscrição	Nome do projeto	Área	Iniciativa/Município-Estado	Resumo	Sociedade Civil	Intergovernamental/intersectorial/org. internacionais
20 i	415	<b>Programa de Saúde da Família (SF)</b>	Saúde	Municipal - Campina Grande (PB) - Secr. de Saúde	Implantação de projeto-piloto de programa de saúde voltado à universalização do acesso e à integralidade das ações, envolvendo a participação popular e o planejamento estratégico no nível local.	. ONG (BENFAM, Projeto Nosso Irmão) . Clube de mães, assoc. de moradores.	. intersectorial (Secr. do Meio Ambiente e Serviços Urbanos) . intergov. (Fund. de Ação Comunitária, Comp. de Águas e Esgotos da Paraíba, Min. da Saúde, UFPB)
21 i	618	<b>Programa de Saúde do Trabalhador Rural (SF)</b>	Saúde	Municipal - Fagundes (PB) - Secr. de Saúde	Implantação de assistência de saúde para a população rural do município, orientado para uma perspectiva preventiva e integral.	. A. R. Saúde Consultoria . Conselho Municipal de Saúde	. intersectorial (Programa de Agentes Comunitários de Saúde)
22 i	424	<b>Programa Saúde da Família (SF)</b>	Saúde	Municipal - Joinville (SC) - Secr. de Saúde	Implantação de novo modelo de saúde, centrado em ações de proteção e prevenção à saúde, que envolve, além de atendimento ambulatorial, o atendimento domiciliar, com atenção à família.	. Assoc. de Moradores, Assoc. de Pais e Professores	Interssetorial (Secr. de Educação, de Des. Comunitário, de Serviços Públicos, Habitação e Saneamento) . Intergov. (Min. da Saúde)
23 i	058	<b>Programas Hortas Comunitárias (SF)</b>	Assistência Social	Municipal - Birigui (SP) - Secr. de Serviço Social e Fund. do Bem-Estar Social	Criação de hortas comunitárias em terrenos livres da prefeitura, possibilitando à população carente a produção e consumo de legumes e verduras.	—	—

### Quadro 4

#### Incorporação de gênero por programas de outras áreas

Nº Proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco da política pública	Enfoque	Incorporação de gênero	Movimento social (no local)	Movimento social (no Brasil)
1 i	<b>Pólo Agroflorestal (F)</b>	1993	Reforma Agrária	Cidadania Ativa	Programa desenvolve atividades dirigidas especificamente às mulheres. Há cursos sobre aproveitamento de alimentos, dirigidos às “mulheres do Pólo”, tendo sido implantada uma cozinha semi-industrial. No entanto, não há referência ao atendimento de famílias chefiadas por mulheres.	—	. Incorpora reivindicação relativa a geração de emprego e renda . Não parece incorporar reivindicação relativa às mulheres rurais, já incluída na Constituição (reconhecimento de direitos de mulheres rurais nos programas de reforma agrária)
2 i	<b>Programa de Geração de Emprego e Renda (F)</b>	1993	Geração de emprego e renda	Cidadania Ativa	Embora o programa não inclua explicitamente a problemática de gênero, ele incorpora a dimensão gênero, ao abrir espaço para a criação de negócios por mulheres, concedendo-lhes crédito e lhes oferecendo capacitação. Várias das micro-empresas constituídas a partir da criação do programa são chefiadas por mulheres.	—	. Incorpora a reivindicação de movimentos e organizações de gênero relativa à criação de políticas públicas que apoiem projetos produtivos orientados para a capacitação e organização de mulheres e a criação de empregos para o segmento feminino da população.
3 i	<b>Cidade Constituinte (F)</b>	1993	Planejamento municipal, governo local	Cidadania Ativa	Ao basear-se na participação da sociedade civil organizada, o programa abre espaço à incorporação de questões formuladas por organizações de mulheres.	—	—

**Quadro 4 (continuação)****Incorporação de gênero por programas de outras áreas**

Nº Proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco da política pública	Enfoque	Incorporação de gênero	Movimento social (no local)	Movimento social (no Brasil)
4 i	<b>Programa Nutrir (F)</b>	1994	Desnutrição Infantil	. Cidadania Ativa	A incorporação ocorre de duas maneiras. Em primeiro lugar, através da inclusão das gestantes como parte do público-alvo do programa. Em segundo lugar, as mulheres são incorporadas como “agentes” privilegiadas da alimentação e medicação dos filhos.	—	. A questão da saúde integra a pauta de reivindicações de movimentos sociais integrados por mulheres desde os anos 70, com ênfase à saúde dos filhos. O programa focaliza, no entanto, a saúde materno-infantil, parte da abordagem tradicional à saúde da mulher, que se pretende seja substituída pela atenção integral.
5 i	<b>Comissão Permanente de Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul (F)</b>	1993	Condições de trabalho e de vida do trabalhador	. Cidadania Ativa	1. O programa, para acabar com o trabalho infantil, oferece uma bolsa às famílias que mantiverem os filhos na escola. A bolsa é dada às mães. 2. A constituição do programa teve um impacto não previsto sobre a dimensão gênero: muitas carvoarias passaram a não aceitar mais famílias (pelos custos associados aos serviços que teriam que garantir), mas apenas trabalhadores do sexo masculino.	—	—
6 i	<b>Projeto Bolsa-Escola (F)</b>	1995	Educação	Cidadania Ativa	Incorporação da diferenciação de gênero, através da determinação de que a bolsa-escola seja entregue à mãe. Isto revela o reconhecimento do papel da mulher na educação dos filhos.	—	—

**Quadro 4 (continuação)****Incorporação de gênero por programas de outras áreas**

Nº Proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco da política pública	Enfoque	Incorporação de gênero	Movimento social (no local)	Movimento social (no Brasil)
7 i	<b>Projeto São Pedro (F)</b>	1989	Meio Ambiente, Habitação e Urbanização	. Cidadania Ativa	As mulheres, através do “Movimento de Mulheres”, têm participado do programa desde o início, inclusive influenciando o “desenho” do programa. Mobilizaram-se em torno da problemática da moradia, reivindicaram e participam da gestão do programa.	Movimento de mulheres, mobilizado em torno de condições de vida e do acesso a serviços públicos, participou da formulação do programa.	. Questões levantadas por mulheres, relativas ao cotidiano das populações pobres, desde os anos 70.
8 i	<b>Circo da Cidade (SF)</b>	1994	Cultura	. Cidadania Ativa	O programa não incluía gênero ao ser implantado. Atendendo a propostas da população, passou a desenvolver atividades dirigidas à mulher (oficinas reivindicadas por grupos de mães). Por outro lado, no subprograma de informação, incluem-se temas centrais para a problemática de gênero: doenças sexualmente transmissíveis, gravidez e planejamento familiar.	O programa não surgiu como resposta a movimento de mulheres, mas incorporou demanda de organizações de mulheres em seu desenvolvimento (áreas de cultura e de saúde)	Os temas do subprograma de informação fazem parte das prioridades propostas pela agenda ligada a gênero para a área de saúde. A reivindicação por equipamentos culturais se insere na demanda mais geral por equipamentos coletivos, com maior ênfase às necessidades de crianças e adolescentes.
9 i	<b>Programa Cidadão-Criança (SF)</b>	1994	Crianças e Adolescentes	Cidadania Ativa	Dentre os projetos e atividades que compõem o programa, alguns têm como foco meninas, tais como o “Abrigo Noturno para Meninas” e o “Lar da Menina II” (atendimento de adolescentes gestantes). O programa também se articula ao PAISM (saúde) e inclui a prostituição infantil entre os problemas principais a atacar.	Participaram da elaboração do programa o Conselho da Criança e do Adolescente, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua e outros.	Além do apoio a reivindicações relativas a crianças e adolescentes, movimentos de mulheres vêm destacando a necessidade de incorporação das especificidades da situação de meninas em situação de risco à formulação de políticas públicas.



**Quadro 4 (continuação)****Incorporação de gênero por programas de outras áreas**

Nº Proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco da política pública	Enfoque	Incorporação de gênero	Movimento social (no local)	Movimento social (no Brasil)
10 i	<b>Casa do Cidadão (SF)</b>	1994	Cidadania: acesso a serviços públicos	. Cidadania Ativa	Entre os serviços reunidos na Casa do Cidadão, inclui-se o “Núcleo de Assistência à mulher”, que oferece desde serviços de registro de nascimento de filhos, até apoio em casos de violência e discriminação racial.	—	. Além da problemática da violência e da discriminação à mulher e à mulher negra, em particular, os movimentos de mulheres também têm destacado a importância da inclusão de gênero como uma dimensão de todas as políticas públicas, o que ocorre na “Casa do Cidadão”.
11 i	<b>Projeto Geração de Trabalho e Renda (SF)</b>	1993	Geração de emprego e renda	. Cidadania Ativa	O apoio à constituição de unidades produtivas tem beneficiado mulheres que, assim, têm oportunidade de conseguir trabalho e renda para si e sua família. A população atendida é composta majoritariamente por mulheres (80%), seja para contribuir à renda familiar, seja porque são chefes de família.	—	A demanda por políticas públicas que criem oportunidades de emprego e renda para mulheres faz parte das prioridades da agenda atual ligada a gênero.
12 i	<b>Jovem Cidadão Consciente e Participante em Sua Comunidade (SF)</b>		Crianças e Adolescentes	Cidadania Ativa	Dentre os temas tratados nas aulas dadas aos estudantes, inclui-se a questão de gênero: preconceitos em relação à mulher, especialmente a mulher negra, crimes sexuais e passionais e violência doméstica.	—	Os temas tratados pelo programa incluem questões centrais colocadas pelos movimentos e organizações de gênero.

**Quadro 4 (continuação)****Incorporação de gênero por programas de outras áreas**

Nº Proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco da política pública	Enfoque	Incorporação de gênero	Movimento social (no local)	Movimento social (no Brasil)
13 i	<b>Programa Cidade Mãe</b>	1993	Crianças e Adolescentes	. Cidadania Ativa	O programa incorporou a perspectiva de gênero, em primeiro lugar, através da formação de grupos de mães para discussão de temas de interesse da mulher e para estímulo a atividades geradoras de renda. Em segundo lugar, há atendimento específico para meninas de rua - Casas de Acolhimento de Meninas e, em terceiro, há os Grupos de Mães que participam do programa, através dos Conselhos Comunitários.	—	A problemática das crianças e adolescentes é uma constante nas reivindicações de movimentos de mulheres ou nos movimentos sociais com presença significativa de mulheres. Mais recentemente, nos movimentos ligados a gênero, vem se destacando a problemática de meninas e adolescentes, sendo demandadas políticas públicas para este segmento.
14 i	<b>Novos Modelos de Gestão do Estado</b>	1995	Gestão pública: articulação intergovernamental e com soc. civil	. Cidadania Ativa	A problemática de gênero foi incorporada desde o início, em função da presença de movimentos e organizações de mulheres nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento, nova instância de formulação, implementação e controle das políticas públicas, criada pelo programa.	Embora não resulte de iniciativa de organizações de mulheres, o programa incorpora demandas de entidades de mulheres desde o início.	—
15 i	<b>Um Novo Modelo de Gestão</b>	1994	Desenvolvimento Rural	Cidadania Ativa	A incorporação se dá de forma direta através de subprograma “Apoio às organizações das mulheres”, o qual consiste em programa de orientação e assessoria técnica a mulheres rurais, estimulando a organização das mulheres rurais e sua participação no processo produtivo.	Embora não seja resposta a mov. de mulheres, o programa identificou segmento com necessidades específicas - as mulheres rurais e criou um módulo especial.	A criação de oportunidades de emprego e renda para mulheres rurais é item de destaque na agenda dos movimentos e organizações de mulheres nos anos 80 e 90.

**Quadro 4 (continuação)****Incorporação de gênero por programas de outras áreas**

Nº Proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco da política pública	Enfoque	Incorporação de gênero	Movimento social (no local)	Movimento social (no Brasil)
16 i	<b>FUNGER (SF)</b>	1993	Geração de emprego e renda	. Cidadania Ativa	Não se incorporou a dimensão gênero quando da criação do programa no final de 1993. No entanto, diante da demanda crescente por parte de mulheres, o programa incorporou de forma explícita a problemática das mulheres, através de decreto municipal de 9/01/97, que estabelece que 2/3 das unidades produtivas apoiadas pelo FUNGER devem ter mulheres como beneficiárias.	O programa não resulta de demandas de movimentos de mulheres. mas seu desenvolvimento reflete as necessidades e demandas de mulheres de Terezina que “ocuparam” o espaço criado pelo FUNGER.	A criação de oportunidades para mulheres é uma das recomendações prioritárias de organizações de mulheres no que se refere a políticas públicas.
17 i	<b>Microurbanização Integrada do Castelinho (SF)</b>	1994	Habitação Popular	. Cidadania Ativa	As mulheres fazem parte do público-alvo do programa (mulheres de baixa renda, inseridas no setor informal da economia). A mulher integra também o processo de ajuda-mútua, base da produção das moradias.	O programa resulta de movimento de luta por moradia. Neste movimento, em geral, a presença de mulheres é decisiva.	Dentre as reivindicações de movimentos sociais, desde a década de 70, em que a presença de mulheres é significativa, a questão da moradia se destaca.
18 i	<b>Programa Intersecretarial de Atendimento à Terceira Idade (SF)</b>	1990	Terceira Idade	Cidadania Ativa	De forma explícita, a incorporação se dá apenas no atendimento de saúde. Mas é provável que haja uma significativa presença de mulheres na clientela atendida, com reflexos sobre o desenho do próprio programa.	—	Dentre as propostas da área de saúde relativas à mulher, a proposta de atenção integral destaca a importância do atendimento integral à terceira idade.

**Quadro 4 (continuação)****Incorporação de gênero por programas de outras áreas**

Nº Proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco da política pública	Enfoque	Incorporação de gênero	Movimento social (no local)	Movimento social (no Brasil)
19 i	<b>Orçamento Participativo (SF)</b>	1989	Participação popular	. Cidadania Ativa	Incorporação não prevista no início do programa. No entanto, as mulheres começaram a participar ativamente do programa, através de suas organizações, assumindo inclusive postos de direção decididos em eleição.	Embora não resulte de propostas de mulheres, o programa responde a movimentos de mulheres, ao incorporar a representação de mulheres no processo decisório.	Não há uma demanda específica por orçamento participativo, mas sim uma reivindicação geral por abertura de espaço para as mulheres nas políticas públicas..
20 i	<b>Programa de Saúde da Família (SF)</b>	1994	Saúde	. Cidadania Ativa	A mulher é integrada de três formas, pelo menos: em primeiro lugar, como parte de um dos grupos de risco focalizados: o de gestantes. Em segundo lugar, as mulheres participam ativamente da gestão do Centro de Recuperação de Desnutridos, através do Clube de Mães. Finalmente, desenvolve-se atividade de orientação ao planejamento familiar, tendo como foco a mulher.	—	A atenção à saúde é reivindicação de movimentos sociais com participação de mulheres desde os anos 70. O foco no grupo materno-infantil - embora signifique a atenção a um grupo de risco - não parece vir acompanhado de uma atenção integral à saúde da mulher (demanda de organizações de gênero). Incorpora-se, por outro lado, a orientação ao pl. familiar, reivindicação destas organizações.
21 i	<b>Programa de Saúde do Trabalhador Rural (SF)</b>	1994	Saúde	Cidadania Ativa	A incorporação se faz aparentemente apenas através da inclusão da mulher em grupo de atendimento prioritário, o das gestantes.	—	Enquanto ação na área da saúde, atende demanda tradicional de movimentos sociais com participação expressiva de mulheres. No entanto, não há incorporação de abordagem de atenção integral, proposta por movimentos e organ. de mulheres, expressas no PAISM.

**Quadro 4 (continuação)****Incorporação de gênero por programas de outras áreas**

Nº Proj.	Nome do projeto	Ano de Início	Foco da política pública	Enfoque	Incorporação de gênero	Movimento social (no local)	Movimento social (no Brasil)
22 i	<b>Programa Saúde da Família (SF)</b>	1994	Saúde	Cidadania Ativa	A dimensão gênero é incorporada, em primeiro lugar, através da definição de alguns grupos de risco compostos por mulheres: gestantes e mulheres em idade fértil. Além disto, a mulher é mobilizada enquanto mãe, na prevenção e tratamento da desnutrição infantil.	—	As reivindicações por ações na área da saúde integra pauta de movimentos sociais com expressiva participação de mulheres. Por outro lado, a atenção à saúde da mulher, transcendendo a atenção à gestante é parte da proposta de saúde integral à mulher, refletida no PAISM.
23 i	<b>Programas Hortas Comunitárias (SF)</b>	1983	Alimentação	Cidadania Passiva	O programa não incorporou a questão de gênero quando foi implantado. Ao longo de seu desenvolvimento, abriu espaço para a participação de mulheres no cultivo das hortas, estabelecendo-se entre os envolvidos uma divisão sexual do trabalho.	—	—

Os programas que incorporam a perspectiva de gênero são em sua maioria programas municipais (18 em 23), repetindo a tendência geral de predominância de iniciativas municipais, referida anteriormente neste trabalho. No entanto, chamam a atenção, no que se refere à incorporação de gênero os programas estaduais, uma vez que dentre os 100 programas analisados (100 semifinalistas), apenas nove são iniciativas estaduais. Destes, quatro incorporam de alguma forma a perspectiva de gênero.

Com relação às áreas de intervenção dos programas que incorporam a perspectiva de gênero, há uma grande diversificação: quatro programas de saúde, três de geração de emprego e renda, três envolvendo novas formas de gestão e planejamento, duas iniciativas focalizando crianças e adolescentes, duas na área de assistência social e ainda programas de educação, habitação, desenvolvimento urbano, cultura, reforma agrária, cidadania, terceira idade e participação popular. Estas áreas de atuação são as indicadas pelas coordenações dos programas, sendo possível alguma agregação, como, por exemplo, a inclusão do programa *Cidade Constituinte*, classificado na área de participação popular, na área de Gestão e Planejamento. Mas, ainda que se façam agregações como esta, a tendência a dispersão permanece, não permitindo uma análise de corte setorial como a desenvolvida para os programas dirigidos à mulher. Optou-se, assim, por se considerar o conjunto dos projetos, com referência, em alguns casos, a subgrupos de programas.

Como pode ser visto no quadro 4, é expressiva a articulação intersetorial nos programas que incorporam gênero (17 em 23), os quais fogem, portanto, da perspectiva tradicional em que predomina a abordagem exclusivamente setorial das políticas públicas, perspectiva esta apontada por diversos trabalhos como um dos fatores do frequente insucesso destas políticas. Menos expressiva é a participação de mais de um nível de governo nestes programas: 14 em 23. No entanto, tal participação é bastante importante à medida que transcende o tradicional envolvimento do governo federal, através da simples concessão (ou controle) dos recursos financeiros. Como pode ser visto no caso da *Comissão Permanente de*

*Fiscalização das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul*, trata-se de um envolvimento integral do governo federal, através de diversas agências públicas (INPSS, IBAMA, Min. do Trabalho entre outros), na implementação do programa. Também no caso do *Cidadão-Criança*, de Vitória (ES), a participação de órgãos do governo estadual e federal (Polícia Militar do Espírito Santo, Ministério Público, etc.) é crucial para o andamento do programa. As entidades estaduais e federais são parte integrante do desenho da própria política pública implantada, embora a iniciativa seja, neste caso, do governo municipal.

Outro aspecto que chama a atenção nos programas que incorporam a dimensão gênero consiste no envolvimento da sociedade civil. Dentre os 23 programas analisados, 19 contam com a participação de entidades da sociedade civil em sua implementação. Em 13 há envolvimento de ONG:

- a) ONG locais, como é o caso de organizações envolvidas nos programas *Pólo Agroflorestal*, de Rio Branco (AC) - a PESACRE (Grupo de Pesquisa em Sistemas Agroflorestais) e no programa *Geração de Trabalho e Renda de Betim* (MG) - o Centro de Autodesenvolvimento de Betim;
- b) ONG de fora do país, como a GRET, organização francesa, e a GTZ - entidade alemã, envolvidas no *Programa de Geração de Emprego e Renda*, de Quixadá (CE);
- c) ONG estaduais, como o Instituto de Promoção Humana do Paraná, envolvido no *Programa Nutrir*, de Apucarana (PR);
- d) ONG nacionais, como a FASE, participante do programa *Cidade Constituinte* de Porto Alegre (RS).

A participação da sociedade civil envolve ainda:

a) sindicatos de trabalhadores e de produtores, como nos programas *Pólo Agroflorestal*, de Rio Branco (AC) e *Comissão de Investigação das Condições de Trabalho em Mato Grosso do Sul*;

b) associações de moradores, de produtores e de cooperativas e micro-empresas, participantes do *Circo da Cidade*, de Lajes - SC, do programa *Microurbanização Integrada do Castelinho*, de Fortaleza - CE, do *Orçamento Participativo*, de Ipatinga - MG, do *Novo Modelo de Gestão do Estado*, de Rondônia e do *Programa de Geração de Emprego e Renda*, de Quixadá (CE);

c) entidades e movimentos ligados a igrejas, como na *Comissão de Investigação, Programa Cidadão-Criança* (Vitória-ES), no programa *Novos Modelos de Gestão* (Rondônia);

d) movimentos de meninos e meninas de rua (*Projeto Bolsa-Escola*, do Distrito Federal, por exemplo);

e) conselhos setoriais como, por exemplo, o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que participa do *Programa Cidadão-Criança*, de Vitória (ES)

f) associações e entidades ligadas a gênero, como os grupos e clubes de Mães que participam do *Circo da Cidade*, de Lajes (SC) e do programa *Cidade-Mãe* de Salvador - (BA), *Orçamento Participativo*, de Ipatinga (MG) e *Programa Saúde da Família*, de Campina Grande (PB), organizações de mulheres, tais como a participante do *Novos Modelos de Gestão* (Rondônia), além do já mencionado Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Com relação à participação de mulheres e suas organizações nos programas analisados, esta parece ser mais generalizada do que a indicação de entidades da sociedade civil envolvidas sugere. Como pode ser visto no quadro 4, foram poucos



os programas que, ao apontarem as entidades envolvidas em seu desenvolvimento, discriminaram organizações de mulheres ou organizações que envolvem de forma explícita a temática de gênero (sete programas): *Projeto Bolsa-Escola* e *Programa Cidadão-Criança*, dos quais participa o Movimento de Meninos e Meninas de Rua; *Projeto São Pedro* (Movimento de Mulheres), *Circo da Cidade* e *Cidade Mãe* (grupos de mães), *Novos Modelos de Gestão do Estado* (organização de mulheres), *Orçamento Participativo* e *Programa de Saúde da Família*, de Campina Grande (PB) (clubes de mães).

Em diversos outros programas, no entanto, a presença das mulheres se faz sentir no próprio desenho do programa, que se redefine de forma a atender a necessidades colocadas por este segmento da população. Assim, por exemplo, nos programas de geração de emprego e renda de Quixadá (CE) e de Betim (MG), a incorporação da perspectiva de gênero sugere a presença ativa de mulheres que reivindicaram maior participação como beneficiárias do programa. Isto ocorreu de forma bastante explícita no *FUNGER*, de Teresina (PI), onde a demanda crescente da parte do segmento feminino da população por apoio a unidades produtivas chefiadas por mulheres, e a realidade municipal, onde um grande número de famílias é chefiado por mulheres, levaram a alterações no programa, através de um decreto municipal - o decreto n.3371, de 9/01/97, o qual estabelece que mulheres deverão ser as principais beneficiárias do programa:

*“Das unidades produtivas a serem apoiadas com recursos do FUNGER, 2/3 (dois terços) deverão ter as mulheres como beneficiárias, com prioridade para aquelas que sejam as responsáveis pela manutenção do orçamento familiar”.*<sup>34</sup>

Assim, uma das características importantes dos programas que incorporam a questão de gênero aqui analisados é sua abertura para a participação da sociedade civil, o que os faz permeáveis a demandas colocadas localmente, de baixo para cima,

---

<sup>34</sup> Informações fornecidas por ocasião da presente pesquisa, em resposta a roteiro específico relativo à questão de gênero.

abrindo espaço a necessidades não previstas inicialmente. Praticamente todos os programas parecem, de fato, orientar-se segundo uma perspectiva de cidadania ativa, promovendo a participação dos cidadãos no próprio programa, mas sobretudo estimulando a transformação da clientela dos programas em sujeitos, que passam a ter maiores oportunidades e condições de decidir sobre sua saúde, sobre seu trabalho, sua moradia, assim como participar das decisões sobre a alocação de recursos em sua cidade ou estado. Isto ocorreu entre outros na mobilização de mulheres por participação em programas na área de cultura (*Circo da Cidade*), de geração de emprego e renda ( de Quixadá, de Betim e de Teresina), de planejamento e gestão (*Orçamento Participativo*, de Ipatinga), entre outros. Em outros casos a abertura do programa já é evidente em sua formulação, havendo participação de mulheres e suas organizações desde a implantação da iniciativa, como por exemplo nos programas *Projeto São Pedro* (Vitória - ES) e *Novos Modelos de Gestão do Estado* (Rondônia). Apenas um dos programas analisados - *Hortas Comunitárias*, de Birigui (SP) - parece ser ainda tributário de uma perspectiva de cidadania passiva, não sendo capaz de propiciar a emancipação de sua clientela com relação ao próprio programa. Mas mesmo neste caso, o programa foi permeável a demandas não previstas quando de sua implantação, relativas ao envolvimento de mulheres na clientela a ser beneficiada.

A incorporação da perspectiva de gênero decorre também da influência no desenho de programas locais da agenda do movimento de gênero construída em âmbito nacional. Tal parece ser o caso, por exemplo, da inclusão do Núcleo de Assistência à Mulher na *Casa do Cidadão*, de Vitória (ES)<sup>35</sup>, que apóia vítimas de violência e dos programas que concedem bolsas para educação dos filhos diretamente às mães, reconhecendo, de um lado, seu papel na educação dos filhos e, de outro, na gestão do orçamento doméstico (*Projeto Bolsa-Escola*, do Distrito Federal, e *Comissão Permanente de Fiscalização das Condições de Trabalho no Mato Grosso do Sul*). Nos programas da área de saúde, finalmente, a inclusão da mulher como público-

---

<sup>35</sup> Estes processos não são estanques, sendo possível e provável que haja também movimentos locais ligados ao combate à violência contra a mulher em Vitória, não registrados na documentação disponível sobre o programa.

alvo ocorre em alguns dos programas numa perspectiva tradicional de focalização da atenção na saúde materno-infantil, não ocorrendo a incorporação da abordagem de atenção integral proposta por movimentos e organizações de mulheres e expressa no PAISM, no que diz respeito à atenção à mulher em todas as fases de sua vida. Ainda assim, há avanços, de um lado, porque, mesmo focalizando a mulher gestante, procura-se propiciar um atendimento integral que contemple não apenas a dimensão curativa mas também a preventiva e a de formação para a saúde. Os programas de saúde têm também em alguns casos agregado a questão do planejamento familiar, destacada por organizações de gênero como um aspecto central à cidadania da mulher.

Os programas apresentados nos quadros 3 e 4, aqui brevemente comentados, parecem ser um testemunho da problemática das mulheres no Brasil, sobretudo das mulheres de baixa renda, problemática esta que vem progressivamente sendo incorporada por políticas públicas subnacionais, em função da presença ativa de mulheres nos municípios e estados brasileiros, tanto através de organizações de gênero como através da presença de mulheres em organizações e movimentos ligados à esfera da reprodução. A abertura de espaços de participação na formulação e na implementação de políticas públicas está possibilitando que problemas que atingem as mulheres sejam considerados em setores até então pensados de forma indiscriminada, não considerando a diferenciação que caracteriza os cidadãos e o público-alvo das políticas públicas e programas governamentais.

## 6. CONCLUSÃO

Na análise desenvolvida neste trabalho sobre a incorporação da questão de gênero por políticas públicas promovidas por governos subnacionais no Brasil foram considerados tanto programas dirigidos especificamente à mulher como programas das mais diversas áreas de atuação que incorporam a dimensão gênero. O trabalho sugere, em primeiro lugar, que a questão de gênero enquanto foco específico de

políticas públicas representa uma porção pouco expressiva das ações governamentais (cerca de 2% do universo considerado na pesquisa). Por outro lado, parece estar ocorrendo um movimento de incorporação da perspectiva de gênero por políticas das mais diversas áreas (23% dos programas analisados sob este enfoque). A incorporação da dimensão de gênero ocorre, segundo sugerem os programas considerados neste trabalho, sob o impacto do processo de democratização e de descentralização, que abrem o processo de formulação e implementação de políticas e programas governamentais e a gestão pública à participação da sociedade civil. Esta abertura tem propiciado que organizações de mulheres ou que mulheres da comunidade atingida pelos programas de governo se mobilizem manifestando suas necessidades e reivindicando participação nos programas. Assim, há diversas iniciativas que passaram a incorporar a perspectiva de gênero ao longo do desenvolvimento do programa, sob a influência das mulheres da localidade de implantação do programa.

A incorporação da perspectiva de gênero ocorre também sob a influência das questões que vêm sendo colocadas por movimentos e organizações de gênero fora do âmbito local. Assim, diversos programas refletem, ao incorporarem a questão de gênero, a agenda construída em torno da questão de gênero desde os anos 70 no país. Os programas dirigidos especificamente à mulher considerados no trabalho revelam em geral esta “aderência” à pauta de problemas e de propostas formuladas por movimentos e organizações de mulheres.

Algumas questões sobressaem quando se consideram os dois grupos de programas. Em primeiro lugar, a questão da violência contra a mulher, levantada por movimentos de mulheres, tanto de caráter nacional, como de âmbito local. Esta questão tem se traduzido na formulação de programas específicos, dirigidos à mulher, com foco nesta temática. No entanto, a abordagem é uma abordagem integral, que supõe a colaboração entre diferentes setores de governo e o entendimento da mulher como ser global, o que exige uma atenção que vá além do atendimento de caráter emergencial de curto prazo.

A saúde constitui outro tema de destaque, havendo, de um lado, uma série de programas dirigidos especificamente à saúde da mulher e, de outro, a presença de módulos voltados à mulher em programas de saúde de caráter mais geral. A preocupação com a saúde constitui uma constante em movimentos sociais no Brasil desde os anos 70, nos quais a mulher era presença central. Por outro lado, no que se refere especificamente à mulher, já é tradicional no setor da saúde a inclusão entre os grupos de risco merecedores de programas específicos, o das mulheres gestantes e sua prole. Há vários programas entre os analisados com este enfoque na saúde materno-infantil. Não obstante, movimentos de gênero têm proposto a superação da tendência à concentração dos programas de saúde da mulher apenas na saúde materno-infantil, propondo que a mulher seja considerada em todas as fases de sua vida: adolescência, climatério, terceira idade e as mulheres em idade fértil em geral, ampliando-se o leque de questões consideradas, de forma a incluir temas como sexualidade, planejamento familiar, etc. Observou-se entre os programas analisados a inclusão desta nova perspectiva, mais abrangente, diversas iniciativas consistindo em tentativas de implantação efetiva do PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

Os programas de geração de emprego e renda constituem outra vertente relevante das iniciativas analisadas. Diversos programas incluem a mulher como segmento importante, quando não o privilegiado, na obtenção de apoio financeiro e técnico para implantação de unidades produtivas auto-gestionadas, capazes de propiciar capacitação, emprego e renda. Registra-se também, embora através de poucos casos, programas de apoio a mulheres rurais, através de assistência técnica e concessão de recursos, estimulando sua participação ativa no processo produtivo. A criação de programas de geração de emprego e renda, inclusive para as mulheres rurais, constitui demanda importante de movimentos de gênero no país, desde a década passada.

Outro tipo de programa identificado pelo trabalho consiste em programas da área de educação em que a mulher é mobilizada como elemento central. Trata-se do

programa do tipo bolsa-escola, em que se procura garantir a permanência na escola de crianças entre 7 e 14 anos. O que é inovador nestes programas, da perspectiva de gênero, é o reconhecimento do papel da mulher na educação dos filhos, mas, mais do que isto, o reconhecimento da importância de seu papel no controle do orçamento doméstico, sendo concedidos à mulher os recursos definidos pelo programa como bolsa a ser garantida à família enquanto o filho estiver na escola.

A dimensão gênero está presente também em programas dirigidos a crianças e adolescentes em situação de risco social e pessoal. Isto ocorre tanto através de programas especificamente voltados a meninas, como através de módulos para meninas em programas para crianças e adolescentes dos dois sexos. Em ambos os casos, reconhece-se haver uma problemática que atinge as meninas de forma específica - como prostituição infantil e violência sexual - o qual requer tratamento diferenciado.

A presença da perspectiva de gênero ocorre ainda em uma série de outros programas que dizem respeito à esfera da reprodução - programas de moradia, de desenvolvimento urbano. Tais programas refletem a mobilização de mulheres em torno de temáticas de seu cotidiano, as quais estão sempre presentes nos movimentos que reivindicam melhorias de condições de vida nos bairros das periferias das cidades. Não se trata, nestes casos, da incorporação de questões especificamente femininas, mas do atendimento de questões que atingem toda a família e pelas quais as mulheres têm se mobilizado a mais de uma década.

Programas ligados diretamente à forma de gestão pública, centrados na ampliação do leque de atores envolvidos no processo decisório, têm também incorporado a questão de gênero, ao propiciarem a manifestação de grupos organizados da população. Programas do tipo orçamento participativo têm este potencial, como um dos programas analisados tornou explícito.

Finalmente, alguns programas com foco na mulher têm como propósito uma atuação “horizontal”, voltada à sensibilização de todos os órgãos da administração para a problemática de gênero, refletindo uma das mais recentes recomendações de movimentos e organizações de gênero para as políticas públicas: a da integração da perspectiva de gênero em todas as políticas públicas.

Os casos aqui considerados sugerem que nos últimos anos está ocorrendo um processo ainda embrionário de incorporação da questão de gênero por políticas públicas no nível subnacional de governo. Este processo não parece ser “artificial”, uma espécie de “idéia fora do lugar”, resultado de imposição de agendas externas à realidade do país. Pelo contrário, os programas aqui analisados sugerem estar ocorrendo uma permeabilidade maior da gestão pública a questões relevantes para a população a ser atendida, processo em que vem à tona demandas de mulheres e de suas organizações, as quais têm sido gradual e progressivamente incorporadas por programas de governo.

## VI . BIBLIOGRAFIA

BARSTED, Leila de A. Linhares. Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está a nossa cidadania? In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos- NIPAS, UNICEF, 1994. p.231-270.

BELTRÃO, Ricardo Ernesto (org.) *A administração pública brasileira inovando a forma de governar. Ciclo de Premiação 1996*. São Paulo, FGV-SP, 1997 (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, volume 1).

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo, Ática, 1991.

- BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. Cidadania e democracia. *Lua Nova*, n. 33, p. 5-17, 1994. p. 5-17
- BRANDÃO, Margarida Luiza Ribeiro e BINGEMER, Maria Clara L. *mulher e relações de gênero*. São Paulo, Edições Loyola, 1994.
- CARRANZA, Maria. Saúde reprodutiva da mulher brasileira. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos- NIPAS, UNICEF, 1994. p. 95-150.
- COSTA, Bruno Lazzaroti, CARNEIRO, Carla Bronzo e VEIGA, Laura da. *Desafio e inovação em políticas públicas: programas para crianças e adolescentes em situação de risco*. São Paulo, FGV-SP, 1997 (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, volume 3).
- FARAH, Marta Ferreira Santos. *Governos locais e novas formas de provisão e gestão de serviços públicos no Brasil*. São Paulo, FGV-SP, 1997 (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, volume 4).
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Que está mudando na gestão pública brasileira? In: BELTRÃO, Ricardo Ernesto Vasquez. *A administração pública brasileira inovando a forma de governar*. São Paulo, FGVSP, 1997. (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v.1)
- HITA, Maria Gabriela. Gênero, ação e sistema: a reinvenção dos sumeitos. *Lua Nova*, n. 43, 1998, p.109-131.
- IBAM. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro, IBAM, 1991.



- MACHADO, Leda Maria Vieira. *Deve gênero ser incluído nas políticas públicas para áreas urbanas?* São Paulo, NPP-EAESP-FGV, 1996 (Relatório n. 12/1996).
- PINHO, José Antonio Gomes, SANTANA, Mercejane Wanderley e CERQUEIRA, Margarida Bandeira. *Gestão pública em busca de cidadania: experiências de inovação em Salvador.* São Paulo, FGVSP, 1997. (Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v.5).
- PINTO, Mara D. Biasi Ferrari. *Trabalhando para mulheres.* Apresentação. IN: IBAM. *Mulher e políticas públicas.* IBAM/UNICEF, Rio de Janeiro, 1991. p.111-118.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Mulher brasileira é assim.* Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos- NIPAS, UNICEF, 1994.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Violência de gênero no Brasil contemporâneo.* In: SAFFIOTTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *Mulher brasileira é assim.* Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos- NIPAS, UNICEF, 1994. p. 151-187.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira.* Rio de Janeiro, Campus, 1987. 2º edição.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. *Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990).* In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência.* São Paulo, Brasiliense, 1991. P.263-275.

- SOUZA-LOBO, Elisabeth. Movimentos sociais de mulheres. Igualdade e diferença. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991. P.209-276.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991. p. 219-228
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. Mulheres: uma nova identidade. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991.p.248.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. Questões a partir de estudos sobre o movimento de mulheres no Brasil. In: SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991. P.241-246.
- TOSCANO, Moema e GOLDENBERG, Mirian. *A revolução das mulheres: um balanço do feminismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Revan, 1992.

## VII. ANEXO 1 - ROTEIRO DE PESQUISA

### GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Atenção: Esta pesquisa procura verificar em que tipo de programas públicos a problemática da mulher tem se constituído como dimensão relevante para a população e para os responsáveis pelas políticas públicas. Sua resposta é muito importante, devendo contribuir para a elaboração de um retrato da realidade brasileira hoje com relação a este aspecto.*

### QUESTÕES

1. Na sua opinião, o tipo de problema que o programa sob sua responsabilidade procura equacionar atinge as mulheres de uma forma específica? (Se não) Procure explicar. (Se sim) Por favor, responda da forma mais completa possível, explicando porque e como.
2. A incorporação da problemática da mulher foi prevista quando o programa foi concebido?
3. (Se sim) Como ocorreu esta incorporação e por quê? (Houve a participação de grupo de mulheres neste processo?) O modo como esta incorporação se deu, mudou ao longo do período de existência do programa?
4. (Se não) Houve incorporação da problemática da mulher ao longo do processo de desenvolvimento do programa? Como e por quê?
5. Percentualmente, qual a distribuição de homens e mulheres no público-alvo de seu projeto, programa ou atividade?
6. Quantos homens e quantas mulheres participam diretamente da operação de seu programa, projeto ou atividade?

## VIII. ANEXO 2 - FICHAS ANALÍTICAS DOS PROGRAMAS

### RELAÇÃO DOS

#### PROGRAMAS COM FOCO NA MULHER

Projeto Casa Rosa Mulher (Rio Branco - AC) .....	87
Projeto Meninas de Santos (Santos - SP) .....	92
Centro de Treinamento em Atenção Integral à Saúde da Mulher - Espaço Mulher (Rio de Janeiro - RJ) .....	97
Projeto Casulo (São José dos Campos - SP) .....	101
Centro de Atendimento à Mulher - Coordenadoria Especial da Mulher (Londrina - PR) .....	105
Programa de Atenção à Saúde da Mulher - DST/AIDS (São Paulo - SP) .....	110
Arte para Criar (Indaiatuba - SP) .....	114
Coordenadoria Especial da Mulher (Angra dos Reis - RJ) .....	117
Vídeo Educativo - a História Comum dos Homens / Serviço de Atendimento a Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual (Angra dos Reis - RJ) ..	122
Programa Meu Filho, Minha Vida (Escada - PE) .....	126
Mulheres Organizando suas Vidas Associação Produtiva Artesanal (Olinda - PE) .....	129
Casa Eliane de Grammont (São Paulo - SP) .....	133
Centro Integral de Atendimento à Mulher - Casa da Mulher Bertha Lutz (Volta Redonda - RJ) .....	137

---

Mãe Coruja - Programa de Incentivo ao Aleitamento Materno (Joinville - SC) ...	142
Núcleo de Ensino, Assistência e Pesquisa na Reabilitação de Mastectomizadas (REMA) (Ribeirão Preto - SP) .....	146
Maternidade Leila Diniz (Rio de Janeiro - RJ) .....	149
Sistema de Vigilância à Saúde da Criança (Rio de Janeiro - RJ) .....	153
Ações de Contracepção na Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro - RJ) .....	156

### **PROGRAMAS QUE INCORPORAM A QUESTÃO DE GÊNERO**

Pólo Agroflorestal (Rio Branco - AC) .....	160
Programa de Geração de Emprego e Renda (Quixadá - CE) .....	165
Cidade Constituinte (Porto Alegre - RS) .....	170
Programa Nutrir (Apucarana - PR) .....	174
Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho em MS (MS) .....	179
Projeto Bolsa-Escola (Brasília - DF) .....	184
Projeto São Pedro (Vitória - ES) .....	190
Circo da Cidade (Lages - SC) .....	195
Programa Cidadão-Criança (Vitória - ES) .....	199
Casa do Cidadão (Vitória - ES) .....	204
Projeto Geração de Trabalho e Renda (Betim - MG) .....	208

---

Jovem Cidadão Consciente e Participante em sua Comunidade (São Vicente - SP) .....	212
Programa Cidade Mãe (Salvador - BA) .....	216
Novos Modelos de Gestão do Estado: Descentralização e Força dos Municípios (RO) .....	221
Um Novo Modelo de Gestão (RO) .....	225
Funger - Fundo de Geração de Emprego e Renda (Teresina - PI) .....	229
Microurbanização Integrada do Castelinho (Fortaleza - CE) .....	233
Programa Intersecretarial de Atendimento à Terceira Idade (São Paulo - SP) .....	237
Orçamento Participativo (Ipatinga - MG) .....	241
Programa de Saúde da Família (Campina Grande - PB) .....	246
Programa de Saúde do Trabalhador Rural de Fagundes (Fagundes - PB) .....	251
Programa de Saúde da Família (Joinville - SC) .....	255
Programa Hortas Comunitárias (Birigui - SP) .....	259

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **PROJETO CASA ROSA MULHER**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 382/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Rio Branco

ESTADO: Acre

CLASSIFICAÇÃO: Finalista (destaque)

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivo atender meninas, adolescentes e mulheres em situação de risco pessoal e social através de atendimento integral (social, jurídico e psicológico), visando resgatar sua valorização e auto-estima, rompendo o ciclo de violência de que são vítimas e reconstruindo a sua identidade de gênero. O público-alvo consiste em crianças adolescentes e mulheres de baixa renda, em situação de violência doméstica e que vivem da prostituição.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

( ) Estadual

( x ) Municipal      *Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social*

( ) Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

( x ) Sim

( ) Não

**(SE SIM)**

## 4. ( x ) GOVERNAMENTAIS

( x ) Mesmo nível *Secretaria Municipal da Saúde; Fundação Municipal da Cultura*

( x ) Outro nível *Ministério da Cultura; Ministério da Saúde; Conselho Comunidade Solidária; Universidade Federal do Acre*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

( ) Formulação/decisão

( x ) Implementação/execução

( ) Controle

( x ) Recursos financeiros

( ) Outros (especificar)

## 5. ( x ) DA SOCIEDADE CIVIL:

( x ) ONG *Rede Acreana de Mulheres e Homens; Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre*

( ) Setor privado

( x ) Comunidade *Associação de Moradores*

( x ) Outros *Sindicatos (Lavadeiras, Trabalhadores em Educação e Saúde), representantes de partidos políticos e de categorias profissionais (assistentes sociais e engenheiras), SESC*



## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação / decisão
- Implementação / execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES *UNICEF*

## 6.1. Tipo de participação destas Instituições

- Formulação / decisão
- Implementação / execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

1.636 atendimentos (1995) - 54,5 % da clientela potencial

## 9. RECURSOS

R\$ 239.935,10

Fontes:Orçamentários (município) 41,68%

Governo Federal 52%

Agências Internacionais 7%

**III - INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( x ) Sim

( ) Não

**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Violência contra a mulher (violência doméstica e sexual)

Prostituição (principalmente a prostituição infantil)

## 12. ESTRATÉGIAS DE AÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Atendimento Integral
  1. Assistência Jurídica;
  2. Assistência Social (discussão da situação da mulher, reestabelecimento de vínculos sociais e familiares, capacitação profissional);
  3. Saúde (prevenção a AIDS, educação sexual, planejamento familiar, amamentação).
- Sensibilização da População

## 13. ABORDAGEM

( ) Unisetorial

( x ) Multisetorial / integral

( ) Outro

#### 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa nasceu de uma iniciativa popular, havendo participação da sociedade civil em sua formulação e em sua implementação. Além disto, o programa procura propiciar a emancipação das adolescentes e mulheres atendidas, estimulando a reflexão crítica sobre sua situação e fornecendo instrumentos para que se tornem “sujeitos” de suas próprias vidas. O programa, ao lado do apoio de caráter imediato, oferece informações e elementos para discussão sobre direitos e identidade feminina, sobre saúde e capacitação profissional, estimulando a discussão e apropriação destes conteúdos pelas meninas e mulheres atendidas.

#### 15. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

- Sim

Ter um espaço de atendimento à mulher era uma proposta do movimento de mulheres em Rio Branco desde a década de 80, preocupado com os altos índices de violência física e sexual contra a mulher no município. Em 92, mulheres representando diversos segmentos sociais reuniram-se com o objetivo de discutir políticas públicas direcionadas à mulher e propuseram a criação de um Departamento de Apoio aos Direitos da Mulher que teria como uma de suas atribuições a criação de uma Casa da Mulher, para apoio às vítimas da violência.

- Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

A questão da violência contra a mulher integra, desde o final dos anos 70, a agenda dos movimentos de mulheres e do movimento feminista no Brasil, tendo dado origem às primeiras políticas públicas voltadas especificamente as mulheres no quadro de democratização do país (criação de Delegacias de Mulheres em diversos estados a partir de 1982). A situação de meninas de rua e a prostituição infantil constituem outro ponto priorizado por movimentos ligados a questão de gênero.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

***I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA***

NOME DO PROJETO: **PROJETO MENINAS DE SANTOS**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria da Ação Comunitária - Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 262/96

ÁREA: Criança e Adolescente

MUNICÍPIO: Santos

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

***II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA***

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivo atender crianças e adolescentes do sexo feminino, em situação de risco social e pessoal - vítimas de exploração sexual ou em risco de prostituição. Na sede onde se desenvolve, denominada de “Casa Trem”, essas adolescentes participam de Oficinas de Beleza, de Sexualidade, de Artes Plásticas e de Teatro, além de desenvolverem atividades esportivas. O programa procura reverter os altos índices de evasão escolar detectados entre esta população, promovendo acesso ou regresso à escola, permanência na escola e sucesso escolar. Através de atendimento às famílias, procura-se também propiciar a reintegração das meninas à família. Às adolescentes são oferecidos ainda cursos profissionalizantes que lhes possibilitem posteriormente ingressarem no mercado de trabalho.

Segundo informações do próprio programa, o principal objetivo do projeto é “valorizar a auto-estima com o objetivo de integrar as dimensões corporal, afetiva e intelectual. Esta valorização é imprescindível para o início do processo pedagógico e da elevação da condição feminina”. O programa tem por base a noção de direitos, procurando aplicar o Estatuto da Criança e do Adolescente no Município.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal      *Secretaria de Ação Comunitária*
- Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim
- Não

### **(SE SIM)**

#### 4. GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível      *Secretaria da Saúde e Secretaria da Educação*
- Outro nível

#### 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (Recursos materiais)

## 5. ( x ) DA SOCIEDADE CIVIL:

- ( ) ONG
- ( x ) Setor privado *Empresários locais, PUC-Santos*
- ( ) Comunidade
- ( ) Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- ( ) Formulação/decisão
- ( x ) Implementação/execução
- ( ) Controle
- ( ) Recursos financeiros
- ( ) Outros (especificar)

## 6. ( x ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES

*UNICEF*

## 6.1. Tipo de participação destas instituições

- ( ) Formulação/decisão
- ( ) Implementação/execução
- ( ) Controle
- ( x ) Recursos financeiros
- ( ) Outros (especificar)

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

**8. PÚBLICO-ALVO**

Crianças e adolescentes do sexo feminino em situação de risco pessoal e social.

Atendidas (1996) - 242 meninas

**9. RECURSOS**

R\$ 189.600,00

Fontes: orçamento municipal

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO****10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER**

( x ) Sim

( ) Não

**(SE SIM)****11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA**

Crianças e adolescentes (meninas)

**12. ESTRATÉGIA DE AÇÃO E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

- Atendimento integral
  - Oficina de Beleza, com busca à auto-valorização;
  - Oficina de Sexualidade;
  - Assitência psicológica;
  - atendimentos Familiares;
  - Artes plásticas;
  - Oficina de Teatro;
  - Atividades esportivas;



- Acompanhamento médico e odontológico;
- Acompanhamento escolar;
- Cursos profissionalizantes.

### 13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

### 14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

Porque o projeto procura capacitar meninas em situação de risco para o exercício da cidadania, transmitindo-lhes a noção de seus direitos e procurando reinseri-las socialmente de forma a que sejam capazes de “*deixar a situação de vítima, assumindo a de sujeito*”. Como resultado desta orientação, aumentou a frequência à escola, reduziu-se o uso de drogas, aumentou o convívio com as famílias e um número crescente de meninas passou a encaminhar reivindicações aos Conselhos Tutelares.

### 15. O programa responde a movimento social na localidade em que foi implantado?

- Sim

Em 1991, constituiu-se em Santos o primeiro grupo de meninos e meninas de Santos, iniciativa de cerca de duas dezenas de crianças e adolescentes em situação de rua então vivendo no município. O programa incorpora reivindicações deste grupo, procurando efetivar no município Estatuto da Criança e do Adolescente. Contribuiu também para a

implantação do Programa a articulação de profissionais das áreas de Saúde (incluindo o prefeito e o Secretário), Assistência Social e Educação, comprometidos com a filosofia da atenção integral.

( ) Não

16. O programa envolve questões colocados por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

A reivindicação de políticas públicas dirigidas a crianças sempre esteve presente nos movimentos de mulheres ou nos movimentos sociais em que a presença destas era expressiva (as mulheres nos movimentos). Além disto, mais recentemente, na pauta de reivindicações de movimentos ligados à questão de gênero inclui-se a relativa ao atendimento de meninas de rua (PINTO, Mara D. Biasi. Ferrari. Apresentação. *Trabalhando para mulheres*. In IBAM. Mulher e Políticas Públicas. Rio de Janeiro, IBAM / UNICEF, 1991. P.111-117)

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

***I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA***

NOME DO PROJETO: **CENTRO DE TREINAMENTO EM ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER - ESPAÇO MULHER**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 507/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

***II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA***

**1. RESUMO**

O programa é uma iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde com o objetivo de treinar e capacitar profissionais para ações técnicas e educativas na área de saúde da mulher, tendo como diretriz o PAISM - Programa de Ação Integral à Saúde da Mulher. O programa adota uma metodologia participativa, tanto nos cursos e treinamentos dirigidos às profissionais, como nas ações educativas voltadas às mulheres. Além de cursos e treinamento na área da saúde da mulher, o Espaço Mulher presta assessoria metodológica para instituições na área de saúde e educação, e supervisiona as unidades da rede municipal de saúde.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- Estadual  
 Municipal *Secretaria Municipal da Saúde*  
 Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

- Sim  
 Não

**(SE SIM)****4.  GOVERNAMENTAIS**

- Mesmo nível  
 Outro nível *Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde*

**4.1. Tipo de participação Governamental**

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros (especificar)

**5.  DA SOCIEDADE CIVIL:**

- ONG  
 Setor privado  
 Comunidade  
 Outros (especificar)

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

Atingidos até 1995 (dez) - 179 profissionais

## 9. RECURSOS

Informações não disponíveis

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde da Mulher

## 12. ESTRATÉGIA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Cursos e treinamento para profissionais que lidam com a saúde da mulher;
- Assessoria metodológica para instituições da área da saúde e educação; e
- Supervisão das unidades da rede municipal de saúde.

## 13. ABORDAGEM

- ( ) Unisetorial
- ( ) Multisetorial/integral
- ( x ) Outro *O programa atua predominantemente no setor da saúde, mas envolve também atividades na área de educação.*

## 14. ENFOQUE

- ( ) Assistencialista
- ( ) Cidadania passiva
- ( x ) Cidadania ativa

Por que?

Porque, incorpora a noção de direitos de cidadania, tem como foco uma questão priorizada por movimentos de mulheres a atenção integral - e adota uma metodologia participativa. Através da capacitação de profissionais, pretende ter uma orientação “emancipatória”, que enfatize a transformação das mulheres em sujeitos.

## 15. Programa resulta de movimento social?

- ( ) Sim
- ( x ) Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

O atendimento integral à saúde da mulher inclui-se entre as prioridades dos movimentos e organizações ligadas a gênero, mais recentemente definindo-se como meta a implantação efetiva do PAISM. O programa analisado se insere na perspectiva de implantação do PAISM, ao se voltar à capacitação de profissionais para a atenção integral à saúde da mulher.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **PROJETO CASULO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 392/96

ÁREA: Criança e Adolescente e Mulher

MUNICÍPIO: São José dos Campos

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivos diminuir a mortalidade materno-infantil; humanizar o atendimento à gestante de risco, através do apoio multidisciplinar; criar um banco de coleta, transporte e armazenamento do leite materno; estimular o aleitamento materno precoce e sua manutenção pelo maior tempo possível; identificar o recém-nascido de risco, desenvolvendo um trabalho educativo junto às mães, no pós-parto imediato; sensibilizar, capacitar e atualizar os profissionais e usuários para aprimorar a qualidade do atendimento à gestante, à puérpera e ao bebê. Para atingir tais objetivos, foram criados: (1) Casa da gestante; (2) Centro de lactação; (3) Banco de leite; (4) Vigilância ao recém-nascido de risco; e (5) Núcleo de apoio multiprofissional à gestação, parto e puerpério.



## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual  
 Municipal *Secretaria da Saúde*  
 Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível  
 Outro nível

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONG *Instituto C&A de Desenvolvimento, Rotary, Lions, Lojas Maçonicas, etc.*
- Setor privado *Grupo Empresarial de Assessoria (GEA), representando diversas entidades empresariais - Associação de Construtores, das Empresas de Contabilidade etc e entidades não-governamentais ligadas ao setor privado (ver ONG)*
- Comunidade *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; Conselhos Tutelares*
- Outros *OAB*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES:

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

Clientela da rede pública de saúde (mulheres e crianças)

## 9. RECURSOS

R\$ 436.400,00 (anual)

Fontes: Município - 63,76%

União - 36,24%

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde materno-infantil

## 12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Incentivo à lactação, criação de um banco de leite, vigilância ao recém-nascido de risco e apoio multiprofissional à gestação, parto e puerpério.

## 13. ABORDAGEM

Unisetorial

Multisetorial/integral

Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

Assistencialista

Cidadania passiva

Cidadania ativa

Por que?

Porque procura estimular a participação no processo de redução da mortalidade materno-infantil.

## 15. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não Embora integre diversas entidades da sociedade civil em sua implementação, incluindo o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

O programa incorpora uma reivindicação importante dos movimentos sociais em que a presença das mulheres se destaca (a mulher nos movimentos), relativa à saúde das crianças. Mas ainda é tributário de uma abordagem tradicional da saúde da mulher, com foco no atendimento materno-infantil (embora com um enfoque preventivo), não incorporando as propostas de atenção integral à saúde da mulher.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **CENTRO DE ATENDIMENTO À MULHER -  
COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura do Município

Nº DE INSCRIÇÃO: 380/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Londrina

ESTADO: Paraná

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O Centro de Atendimento à Mulher, programa da Coordenadoria Especial da Mulher, busca, por intermédio de serviços especializados de apoio psicopedagógico, social e jurídico, diminuir o índice de violência contra a mulher e garantir o pleno exercício de seu papel de cidadãs. O programa se dirige especialmente a mulheres pobres, moradoras da periferia e da zona rural, tendo em vista o resgate de sua integridade e sua valorização. O Centro de Atendimento investe ainda na organização de mulheres “*como forma de enfrentamento dos graves problemas gerais vividos pela comunidade e dos oriundos da discriminação de gênero*”. \*

---

\* Documento produzido pelo Centro de Atendimento para o Programa Gestão Pública e Cidadania.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- Estadual  
 Municipal *Coordenadoria Especial da Mulher*  
 Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

- Sim  
 Não

**(SE SIM)****4. ( x ) GOVERNAMENTAIS**

- Mesmo nível *Autarquia do Serviço Municipal de Saúde, Poder Judiciário, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Ação Social, Secr. Municipal de Agricultura e Abastecimento, Comitê Intersetorial de Saúde da Mulher e outras Secretarias.*
- Outro nível *Universidade Estadual de Londrina, Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania*

**4.1. Tipo de participação Governamental**

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros (Recursos materiais)

## 5. ( x ) DA SOCIEDADE CIVIL:

( x ) ONG *Comitê da Ação e da Cidadania contra a Fome e a Miséria*

( ) Setor privado

( x ) Comunidade *Clube das Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Conselho Municipal do Trabalho e Desenvolvimento, Comissão de Gênero, Comitê da Ação e da Cidadania contra a Fome e a Miséria, Associações de Moradores, Associações de Trabalhadoras, entre outros.*

( x ) Outros *Sindicatos, Associações de Classes*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

( x ) Formulação/decisão

( x ) Implementação/execução

( ) Controle

( ) Recursos financeiros

( ) Outros (especificar)

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

Atendimento mensal: 570 mulheres

Mulheres de baixa renda

**9. RECURSOS**

R\$ 352.479,79 (1985)

Fontes: Município - 98,91% (0,38% da receita orçamentária)

Estado - 1,09%

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO****10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER**

( x ) Sim

( ) Não

**(SE SIM)****11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA**

Violência contra a mulher

**12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

- Atenção Integral
  - a) Assistência Jurídica;
  - b) Apoio Psicopedagógico;
  - c) Apoio Social.
  - d) Apoio à organização das mulheres
  - e) Cursos Profissionalizantes
  - f) Alfabetização de Adultos
  - g) Oficina de Tecelãs
  - h) Centro de Documentação e Pesquisa da Mulher
  - i) Oficina de Serigrafia
  - j) Núcleo de Estudos de Gênero
  - k) Atenção à Mulher Adolescente
  - l) Atenção à Mulher na 3ª Idade



## 13. ABORDAGEM

- Unisetorial  
 Multisetorial/integral  
 Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa procura, através da atenção integral à mulher, capacitá-la para exercer plenamente a cidadania, rompendo sua situação de vítima da violência e discriminação, sem, no entanto, conduzi-la à condição de tutelada. Por outro lado, o programa consiste em “*resposta aos antigos anseios e lutas da população feminina*”, e procura incorporar entidades da sociedade civil em sua implementação, dentre as quais algumas diretamente ligadas à problemática de gênero, como o Clube de Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato.

## 15. Programa resulta de movimento social na localidade em que foi implantado?

- Sim

Documento do programa afirma que este constitui resposta a luta de mulheres de Londrina.

- Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

A questão da violência contra a mulher tem mobilizado as mulheres e constituído uma das prioridades de movimentos ligados a gênero no Brasil desde o final dos anos 70.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA DE ATENÇÃO À SAÚDE DA MULHER -  
DST/AIDS**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Estadual da Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 629/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: São Paulo

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O Programa de Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis está vinculado ao Programa de Saúde da Mulher e tem por objetivo “garantir às mulheres uma abordagem que insere as relações de gênero enquanto condicionantes da vulnerabilidade feminina frente às DST”. Procura-se “quebrar a cadeia de transmissão o mais rápido possível”, aproveitando-se a estrutura de atendimento já existente para realização de diagnóstico, prevenção e encaminhamento para tratamento.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- ( x ) Estadual *Centro de Saúde Escola Barra Funda*
- ( ) Municipal
- ( ) Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

Sim

Não

**(SE SIM)****4.  GOVERNAMENTAIS**

Mesmo nível *Coordenadoria de Saúde da Mulher e Centro de Referência DST/AIDS*

Outro nível

**4.1. Tipo de participação Governamental**

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros

**5.  DA SOCIEDADE CIVIL:**

ONG

Setor privado

Comunidade

Outros (especificar)

**5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil**

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: (especificar)

7. ANO DE INÍCIO

1995

8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres atendidas pelo Centro de Saúde.

9. RECURSOS

Não há informações disponíveis.

### **III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( x ) Sim

( ) Não

**(SE SIM)**

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde da mulher

12. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Realização de exames ginecológicos;
- Orientação médica;
- Atividades de orientação e reflexão como estratégia de prevenção.

## 13. ABORDAGEM

- Unisetorial  
 Multisetorial/integral  
 Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

O programa procura garantir o direito à saúde e possibilitar às mulheres interferirem no ciclo de transmissão de doenças transmissíveis sexualmente a partir do acesso a informações e da realização de grupos de orientação e reflexão.

## 15. Programa resulta de movimento social na localidade de sua implantação?

- Sim  
 Não

## 16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

O programa responde a questões relativas à saúde da mulher e à sexualidade. Embora de foco restrito (focalização é atribuída à oportunidade de “quebrar a cadeia de transmissão” das DST), procura manter a filosofia e os princípios da atenção integral, expressos no PAISM. O alcance é limitado por se restringir a um único Centro de Saúde.

- Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **ARTE PARA CRIAR**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 079/96

ÁREA: Geração de Empregos e Treinamento para o Trabalho

MUNICÍPIO: Indaiatuba

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa visa, por intermédio do trabalho sócio-educativo, a estimular novas opções de geração de renda a partir do desenvolvimento de potencial dos indivíduos através de orientações básicas e técnicas de pintura em tecido.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- ( ) Estadual  
( x ) Municipal  
( ) Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

- ( ) Sim  
( x ) Não<sup>36</sup>

---

<sup>36</sup> Em função desta resposta negativa as questões de 4 a 6 foram eliminadas.

## 7. ANO DE INÍCIO

1991

## 8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres de baixa renda

## 9. RECURSOS

Não há dados disponíveis

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

 Sim Não**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda e treinamento para o trabalho

## 12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Orientações básicas e ensino de técnicas de pintura em tecido;
- Criação de mini-cooperativa de pintura em tecido;
- Venda dos trabalhos para a comunidade.



## 13. ABORDAGEM

- Unisetorial  
 Multisetorial/integral  
 Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

O programa incorpora parcialmente um discurso emancipador e envolve a criação de cooperativas, prevendo a autonomia posterior da clientela atendida. A questão que precisaria ser verificada diz respeito ao potencial efetivamente emancipador das atividades selecionadas - atividades manuais tradicionais, ligadas ao papel feminino.

## 15. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

- Sim  
 Não

## 16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

Uma das propostas do Seminário sobre políticas públicas municipais e a questão de gênero, realizado em 1989, consistia na de relativa à necessidade de se apoiarem programas de capacitação e organização de mulheres, visando a criação de empregos permanentes e o incremento da renda familiar.(PINTO, Mara D. Biasi. *op.cit.*)

- Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **COORDENADORIA ESPECIAL DA MULHER**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal (Gabinete do Prefeito)

Nº DE INSCRIÇÃO: 383/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Angra dos Reis

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem o objetivo de elaborar e executar ações político-administrativas sob a ótica de gênero no âmbito do governo e junto à organização das mulheres no município, objetivando incrementar alguns serviços existentes bem como realizar trabalhos sócio-educativos que promovam discussões sobre a condição feminina e os seus direitos na sociedade. O programa tem por finalidade atuar junto às Secretarias de Educação, Saúde e Habitação e Desenvolvimento Social, elaborando projetos e colaborando em ações governamentais que melhorem a qualidade de vida das mulheres.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- ( ) Estadual  
( x ) Municipal      *Gabinete do Prefeito*  
( ) Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

Sim

Não

**(SE SIM)****4.  GOVERNAMENTAIS**

Mesmo nível *Secretarias da Saúde, Educação e Habitação e Desenvolvimento Urbano*

Outro nível *CEDIM - Conselho dos Direitos da Mulher, do governo do Estado do Rio de Janeiro, Fórum Sul Fluminense de Combate à Violência Contra a Mulher (entidade intermunicipal)*

**4.1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO GOVERNAMENTAL**

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (Recursos materiais)

**5.  DA SOCIEDADE CIVIL**

ONG *Grupo de Consciência Negra Yla-Dudu*

Setor privado

Comunidade *Clube de Mães*

Outros *Comissão Permanente da Mulher Advogada/OAB, Serviço de Paz e Justiça, Pastoral da Igreja Católica*

**5.1. TIPO DE PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

**6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES**

- Sim
- Não

**7. ANO DE INÍCIO**

1993

**8. PÚBLICO-ALVO**

População feminina do município (não há dados mais precisos)

**9. RECURSOS**

Dados não disponíveis

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO****10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER**

- Sim
- Não

**(SE SIM)****11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA**

Políticas públicas e gênero (Saúde, Educação, Segurança)

Violência

Direitos da mulher

**12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS****• ATUAÇÃO INTEGRADA E MULTISSETORIAL**

- Saúde da mulher (atenção integral - PAISM):
  - 1.- Criação do Comitê de Mortalidade Infanto-Juvenil;
  - 2.- Campanha de prevenção do câncer de mama e uterino;
  - 3.- Reforço das ações educativas referentes ao PAISM;
- Educação
  - 1.- Projeto de orientação sexual na rede municipal de ensino;
  - 2.- Capacitação da educação diferenciada de gênero;
- Combate à violência
  1. - Campanha educativa de combate à violência contra a mulher;
  2. - Articulação do Fórum da Região Sul Fluminense de Combate à Violência Contra a Mulher;
  3. - Assistência Judiciária
  4. - Articulação de instituições públicas como Delegacias de Polícia e órgãos do Poder Judiciário
- Atividades junto a grupos de mulheres ( projeto: “Mulher Cidadã: Saúde, Educação e Trabalho”)
- Palestras

## 13. ABORDAGEM

- Unisetorial  
 Multisetorial/integral  
 Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

Porque inclui a mulher na formulação e implementação do programa. Além disto, a Coordenadoria Especial da Mulher pretende contribuir para a extensão de direitos da mulher através da inclusão da questão de gênero em políticas públicas do município. O programa procura estimular ainda a emancipação das mulheres através de trabalhos com grupos de mulheres (*objetivando... realizar um trabalho sócio-educativo no sentido de promover uma discussão sobre a condição feminina e os seus direitos em nossa sociedade*).

## 15. Programa responde a movimento social na localidade em que foi implantado?

- Sim  
 Não

## 16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim *Violência, Saúde, Educação*  
 Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **VÍDEO EDUCATIVO - A HISTÓRIA COMUM DOS  
HOMENS/ SERVIÇO DE ATENDIMENTO A  
MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA  
DOMÉSTICA E SEXUAL**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social

Nº DE INSCRIÇÃO: 381/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Angra dos Reis

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa procura oferecer apoio psicossocial e orientação jurídica às mulheres que vivenciam situações de violência, bem como realizar trabalhos sócio-educativos que possam ampliar a discussão sobre o tema em questão. O vídeo se destina a apresentar o serviço e estimular o debate sobre violência doméstica, trazendo esta questão para a esfera pública.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual  
 Municipal *Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Social*  
 Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Coordenadoria de Mulheres*  
 Outro nível *Forum Permanente de Combate à violência da Região do Litoral Sul Fluminense (intermunicipal)*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros (Recursos materiais)

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONG  
 Setor privado  
 Comunidade *Clube de Mães*  
 Outros *Comissão Permanente da Mulher Advogada/OAB*



## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

## 6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES

- Sim
- Não

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres do município (Não há dados adicionais).

## 9. RECURSOS

Dados não disponíveis

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Violência doméstica

## 12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

## • IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTO

- Realização do vídeo “ A História Comum dos Homens”

## 13. ABORDAGEM

( ) Unisetorial

( x ) Multisetorial/integral *Assistência jurídica e psicossocial*

( ) Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

( ) Assistencialista

( ) Cidadania passiva

( x ) Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa visa prestar atendimento à mulher vítima da violência doméstica e suscitar discussões que abordem valores, preconceitos e crenças sobre a questão, estimulando, portanto, uma postura ativa por parte das mulheres. Pretende ainda sensibilizar outras instituições que lidam com esta temática para de fato criarem mecanismos que combatam a violência contra a mulher.

15. Programa responde a movimento social na localidade em que foi implantado?

Sim *Forum Permanente de Combate à Violência do Litoral Sul  
Fluminense*

Não

16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Dentre as questões priorizadas por movimentos ligados a questão de gênero, inclui-se a da violência doméstica.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA MEU FILHO, MINHA VIDA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 113/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Escada

ESTADO: Pernambuco

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

Programa de assistência média à gestante e ao recém-nascido, destinando-se à população carente do Município. Parte das mulheres atendidas pelo programa, já com vários filhos, nunca tinham tido acesso a exame pré-natal. O programa conseguiu reduzir em 19,54% a mortalidade infantil no Município de Escada.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- ( ) Estadual
- ( x ) Municipal *Prefeitura Municipal*
- ( ) Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

( ) Sim

( x ) Não<sup>37</sup>

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

Gestantes e recém-nascidos que integram a população carente do município ( a maior parte se situa abaixo da linha da pobreza).

## 9. RECURSOS

Não há informações disponíveis.

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( x ) Sim

( ) Não

**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde materno-infantil

---

<sup>37</sup> Em função desta resposta negativa as questões de 4 a 6 foram eliminadas.

## 12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Realização de exames pré-natais e de ultrassonografia;
- Aplicação de vacinas;
- Auxílio alimentar;
- Auxílio para a aquisição de enxoval e de berço;
- Orientação sobre o aleitamento materno;
- Realização de campanhas preventivas.

## 13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva

Por que?

Porque está baseado em uma relação assimétrica, em que a população é simples destinatária dos serviços.

Por outro lado, introduz benefícios evidentes para a população-alvo, reduzindo a mortalidade infantil.

- Cidadania ativa

## 15. Programa resulta de movimento social na localidade em que foi implantado?

- Sim
- Não

16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

A saúde da mulher e de seus filhos integra pauta de movimentos reivindicatórios de mulheres desde os anos 70 e faz parte também da agenda de movimentos ligados à questão de gênero definida a partir dos anos 80. Mas o programa em questão ainda se insere na abordagem tradicional dos programas de saúde da mulher, que “*restringe a atenção aos períodos de gestação, parto e puerpério*”, não incorporando a filosofia do PAISM - Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, criado em 1986 (CARRANZA, Maria. *Saúde reprodutiva da mulher brasileira*. IN: SAFFIOTTI, Heleieth I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos/NIPAS; Brasília, UNICEF. p.96)

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **MULHERES ORGANIZANDO SUAS VIDAS**

**ASSOCIAÇÃO PRODUTIVA ARTESANAL**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Educação

Nº DE INSCRIÇÃO: 072/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Olinda

ESTADO: Pernambuco

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa visa implementar e assegurar ações da Associação Produtiva e Artesanal das Mulheres de Aguazinha tendo em vista a busca de alternativas de produção que atendam às necessidades de sobrevivência digna de mulheres e suas respectivas famílias. As mulheres atendidas são mães de “pequenos tropeiros” que sobreviviam do “lixão” de Aguazinha, bairro de Olinda.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

( ) Estadual

( x ) Municipal      *Secretaria da Educação*

( ) Outros (especificar)



**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

Sim

Não

**(SE SIM)****4.  GOVERNAMENTAIS**

Mesmo nível

Outro nível

**4.1. Tipo de participação Governamental**

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (Recursos materiais)

**5.  DA SOCIEDADE CIVIL:**

ONG

Setor privado

Comunidade *Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Olinda*

Outros

**5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil**

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES: (especificar)

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

Mães de crianças atendidas por programa anterior “Reciclando com crianças”, destinado aos “pequenos tropeiros” que viviam do lixão de Aguazinha.

Atendidas pelo programa: 25 mulheres.

9. RECURSOS

Informações não disponíveis.

### **III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

Sim

Não

**(SE SIM)**

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda

## 12. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Introdução de atividades produtivas (como alimentos, estamperia e artesanato);
- Criação de uma associação de mulheres.

## 13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa procurou envolver as mulheres desde a estruturação da associação, até a realização efetiva de atividades geradoras de renda, permitindo o exercício de sua cidadania.

## 15. Programa resulta de movimento social na localidade de sua implantação?

- Sim
- Não

## 16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

Os movimentos ligados à questão de gênero têm destacado a importância do reconhecimento do trabalho da mulher, inclusive de suas atividades não domésticas.O

programa, ao se voltar à geração de renda de mulheres, responde a esta questão. Mas reflete outra questão posta pelos movimentos ligados à questão de gênero, relativo à feminização da pobreza: sendo parte significativa da população de baixa renda é composta por mulheres e seus filhos, composição que os programas sociais tradicionais não reconheciam, excluindo as “mulheres chefes de família” do atendimento estatal.

(    ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **CASA ELIANE DE GRAMMONT**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal do Governo

Nº DE INSCRIÇÃO: 378/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: São Paulo

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivos:

- 1) Oferecer atendimento multiprofissional (social, psicológico e jurídico) às mulheres em situação de violência;
- 2) Atuar em uma linha preventiva e de sensibilização da população para a questão da violência contra a mulher;
- 3) Promover processos de formação, treinamento e reciclagem de profissionais da Administração Municipal que atuem com mulheres.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

Estadual

Municipal *Coordenadoria Especial da Mulher da Secretaria do Governo*

Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

Sim

Não<sup>38</sup>

**7. ANO DE INÍCIO**

1990

**8. PÚBLICO-ALVO**

Mulheres adultas em situação de violência

**9. RECURSOS**

Informações não disponíveis

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO****10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER**

Sim

Não

---

<sup>38</sup> Em função desta resposta negativa as questões de 4 a 6 foram eliminadas.

**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Violência contra a mulher

## 12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Atendimento multiprofissional através de abordagens individuais ou grupais;
2. Sensibilização da população através de seminários, debates e publicação de cartilhas e folhetos;
3. Formação, treinamento e reciclagem de profissionais da administração municipal que atuam no atendimento a mulheres.

## 13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva
- Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa se baseia em um atendimento multiprofissional que oferece às mulheres a possibilidade de refletirem sobre as situações de violência a que estão expostas, inclusive a violência doméstica, de forma a que estas possam encontrar alternativas que lhes garantam a recuperação da dignidade. Trata-se de um programa que, além do apoio emergencial a vítimas de violência, procura garantir-lhes condição de superação da situação em que a violência emerge.

15. Programa resulta de movimento social na localidade em que foi implantado?

Sim

Movimento da sociedade civil surgido a partir de um caso de violência doméstica que culminou na morte de uma mulher (Eliane de Gramont).

Não

16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Programa volta-se à questão da violência contra as mulheres, uma das prioridades do movimento ligado a gênero no país.

Não



**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **CENTRO INTEGRAL DE ATENDIMENTO À MULHER - CASA DA MULHER BERTHA LUTZ**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 384/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Volta Redonda

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa procura melhorar a qualidade de vida das mulheres do município através da formulação, execução e coordenação de políticas públicas que promovam o fim da discriminação e a igualdade entre homens e mulheres. A casa Bertha Lutz desenvolve ações de assistência, organização e prevenção nas áreas de saúde, violência e sexualidade, além de procurar garantir no plano diretor do município a incorporação da questão de gênero, através do “Plano Municipal de Direitos da Mulher”.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

( ) Estadual

( x ) Municipal      *Secretaria Municipal de Saúde*

( ) Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

Sim

Não

**(SE SIM)****4.  GOVERNAMENTAIS**

Mesmo nível

Outro nível (*CEDIM - Conselho dos Direitos da Mulher - Governo do Estado do Rio de Janeiro e CNDM - Conselho Nacional dos Direitos da Mulher*)

**4.1. Tipo de participação Governamental**

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (Recursos materiais)

**5.  DA SOCIEDADE CIVIL:**

ONG

Setor privado

Comunidade (*Grupos de Mulheres, Organização Popular de Mulheres*)

Outros (especificar)

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES: (especificar)

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres do município

## 9. RECURSOS

Informações não disponíveis

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Discriminação contra a mulher

Violência contra a mulher

Saúde da mulher

Incorporação da questão de gênero pelas políticas públicas

## 12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Instalação do Núcleo de Atendimento à Mulher em Delegacia de Polícia do Município;
- Instalação do Fórum de Combate à Violência contra à Mulher da Região Sul Fluminense;
- Criação do Centro Municipal de Saúde da Mulher;
- Realização de encontros e debates sobre diversos temas;
- Atendimento social, psicológico e jurídico;
- Orientação sexual para adolescentes;
- Garantia do “Plano Municipal de Direitos da Mulher”.

## 13. ABORDAGEM

( ) Unisetorial

( x ) Multisetorial/integral

( ) Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

( ) Assistencialista

( ) Cidadania passiva

( x ) Cidadania ativa

Por que?

Porque o programa, baseado no tripé “assistência - organização - prevenção”, baseia-se claramente na noção de direitos da mulher e se volta ao resgate destes direitos, envolvendo a participação das mulheres no próprio programa e nas decisões relativas a cada uma das áreas que focaliza (violência, saúde, etc.)

15. Programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

Sim

O que é sugerido pela presença de organizações de mulheres na formulação e implementação do programa.

Não

16. Programa responde a questão levantada por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

O programa integra diversas das questões incluídas na agenda dos movimentos ligados a gênero no país. Em primeiro lugar, inclui temas críticos, como saúde e violência. Em segundo incorpora uma abordagem integral, proposta também pelos movimentos e, finalmente, adota uma perspectiva de incorporação da questão de gênero às diversas políticas públicas, tendência mais recente na área.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **MÃE CORUJA - PROGRAMA DE INCENTIVO AO  
ALEITAMENTO MATERNO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal da Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 534/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Joinville

ESTADO: Santa Catarina

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa é fruto de uma iniciativa conjunta das Secretarias Municipais de Saúde e Educação e tem por finalidade colocar em prática um sistema de estímulo ao aleitamento materno. Professores das escolas públicas e voluntários foram treinados para levar informações sobre o aleitamento materno às salas de aula. Para motivar os alunos, foi lançado o concurso “Mãe Coruja” de desenhos, frases e redações sobre a amamentação. A partir da escola, toda a cidade foi mobilizada pelo programa, que atingiu resultados excelentes: 96% das mães passaram a amamentar seus filhos (51% é o índice de amamentação exclusiva ao seio para crianças até 4 meses - sendo de 30% o índice nacional; e 27% o índice de aleitamento exclusivo até 6 meses - sendo de 6% o índice nacional).

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual  
 Municipal *Secretaria da Saúde*  
 Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Maternidade Darcy Vargas (iniciativa) e Secretaria da Educação*  
 Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros (especificar)

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONG  
 Setor privado *Instituição bancária*  
 Comunidade *Alunos de Escolas Públicas Municipais*  
 Outros (especificar)

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

Gestantes

## 9. RECURSOS

Informação não disponível

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde infantil



## 12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Campanha de Estímulo ao aleitamento materno
  1. Treinamento de professores e voluntários para a divulgação do programa;
  2. Promoção de concursos de frases e desenhos sobre o aleitamento materno;
  3. Acompanhamento.

## 13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro Articula dois setores: Saúde e Educação

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva

Por que?

A proposta de estímulo ao aleitamento decorre do reconhecimento do direito à saúde por parte da população infantil. O programa envolve, por outro lado, profissionais de educação e alunos da rede pública como agentes de divulgação dos benefícios do aleitamento. No entanto, trata-se de uma iniciativa do Estado voltada à “educação da população”, que recebe um conteúdo já pronto, numa relação de caráter ainda do tipo da mulher e da criança”vertical”.

- Cidadania ativa

## 15. Programa resulta de movimento social na localidade de sua implantação?

- Sim
- Não

16. Programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( ) Sim

( x ) Não

O programa, embora diga respeito a uma esfera de preocupação prática de movimentos de mulheres no país - Saúde dos filhos - não corresponde a uma questão colocada por movimento de mulheres ou por movimentos feministas. Na verdade, o programa tem um caráter tradicional ao restringir-se a uma dimensão isolada da saúde infantil ou materno-infantil, sem a abordagem integral proposta pelos movimentos feministas tanto no que se refere à Saúde da Mulher como à atenção à criança e ao adolescente.

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **NÚCLEO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA E PESQUISA NA  
REABILITAÇÃO DE MASTECTOMIZADAS (REMA)**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Universidade de São Paulo - Escola de Enfermagem  
de Ribeirão Preto

Nº DE INSCRIÇÃO: 523/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Ribeirão Preto

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem como objetivo prestar assistência à mulher com câncer mamário, estimulando seus papéis e habilidades dentro de seu contexto familiar e social.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- ( x ) Estadual *Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto - USP*  
( ) Municipal  
( ) Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

Sim

Não

**(SE SIM)****4.  GOVERNAMENTAIS**

Mesmo nível

Outro nível *Secretaria Municipal de Saúde de Ribeirão Preto, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq*

**4.1. Tipo de participação Governamental**

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

**5.  DA SOCIEDADE CIVIL:**

ONG

Setor privado

Comunidade

Outros (especificar)

**6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR**

## 7. ANO DE INÍCIO

1989

## 8. PÚBLICO-ALVO

Mulheres portadoras de câncer mamário, pacientes da rede municipal de saúde.

## 9. RECURSOS

Informação não disponível

Fontes: Secretaria Municipal de Saúde e CNPq (pesquisa)

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

 Sim Não**(SE SIM)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde da Mulher

## 12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Assistência integral à mulher com câncer ginecológico e mamário.

## 13. ABORDAGEM

 Unisetorial Multisetorial/integral Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa

Por que?

Porque, embora não envolva a participação das mulheres atendidas no próprio programa, está orientado para o estímulo à sua inserção social e familiar, resgatando sua autoestima e sua autonomia.

## 15. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

- Sim  
 Não

## 16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

O programa, embora tenha seu foco restrito a uma doença específica, procura incorporar a abordagem integral proposta pelo PAISM, transcendendo o mero tratamento clínico e cirúrgico do câncer, envolvendo também atividades na área psicológica e social.

- Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **MATERNIDADE LEILA DINIZ**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 437/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa visa oferecer um novo modelo de assistência ao parto, estimulando a humanização deste, através da alteração do espaço físico de atendimento à gestante e do estímulo a uma nova postura por parte dos médicos.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

( ) Estadual

( x ) Municipal      *Secretaria Municipal de Saúde*

( ) Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

Sim

Não

**(SE SIM)****4.  GOVERNAMENTAIS**

Mesmo nível

Outro nível *Ministério da Saúde*

**4.1. Tipo de participação Governamental**

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

**5.  DA SOCIEDADE CIVIL:**

ONG

Setor privado

Comunidade

Outros (especificar)

**6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR****7. ANO DE INÍCIO**

1994



**8. PÚBLICO-ALVO**

Mulheres gestantes, atendidas no Hospital Paula Souza

**9. RECURSOS**

Dados não disponíveis

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO****10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER**

( x ) Sim

( ) Não

**(SE SIM)****11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA**

Saúde da Mulher

**12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

Alteração do espaço físico

Orientação ao corpo médico

**13. ABORDAGEM**

( x ) Unisetorial

( ) Multisetorial/integral

( ) Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva

Por que?

O programa visa atender um direito básico da mulher buscando oferecer um tratamento mais humano e digno para as gestantes no momento do parto. Não estimula, no entanto, a participação das mulheres.

- Cidadania ativa

## 15. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

- Sim  
 Não

## 16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

Embora trate-se de um programa de alcance restrito a uma única ação de saúde dirigida à mulher, ao parto, e neste sentido, aproxime-se das abordagens mais tradicionais de tratamento da saúde da mulher, com foco na gestante, o programa parece, segundo o documento do programa, incorporar um enfoque feminista ao atendimento ao parto, incorporando uma perspectiva das mulheres ao tratamento que lhes é dado por ocasião do parto. ades na área psicológica e social.

- Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS****FICHA ANALÍTICA****I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **SISTEMA DE VIGILÂNCIA À SAÚDE DA CRIANÇA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 414/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA****1. RESUMO**

O programa é de iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde para atender e acompanhar recém-nascidos e crianças até os cinco anos de idade, a fim de diminuir a mortalidade infantil. Dentre os instrumentos utilizados incluem-se a pasta do bebê, o “diploma”, a cartilha sobre o aleitamento materno, folders de orientação e o sistema de vigilância ao recém-nascido de risco.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- ( ) Estadual  
( x ) Municipal      *Secretaria da Saúde*  
( ) Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

( ) Sim

( x ) Não<sup>39</sup>

## 7. ANO DE INÍCIO

1995

## 8. PÚBLICO-ALVO

Crianças de 0-5 anos: 25.000 crianças ao ano;

Gestantes: 15.000 ao ano.

## 9. RECURSOS

Dados não disponíveis.

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( x ) Sim

( ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde Materno-Infantil

---

<sup>39</sup> Em função desta resposta negativa as questões de 4 a 6 foram eliminadas.

## 12. ESTRATÉGIA E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Orientação ao aleitamento materno
- Vigilância aos recém-nascidos de risco

## 13. ABORDAGEM

- Unisetorial
- Multisetorial/integral
- Outro

## 14. ENFOQUE

- Assistencialista
- Cidadania passiva

Por que?

Porque, embora se baseie na noção de direitos, não envolve a mulher no programa e não parece estimular a autonomia do público alvo.

- Cidadania ativa

## 15. O programa responde a movimento social na localidade de sua implantação?

- Sim
- Não

## 16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

- Sim

O programa responde a demanda clássica de movimentos sociais - a área da saúde. No entanto, é tributário da abordagem tradicional da saúde da mulher, ao focalizar exclusivamente a saúde materno-infantil. Não parece ter a perspectiva de atenção integral proposta pelo PAISM.

- Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **AÇÕES DE CONTRACEPÇÃO NA SECRETARIA  
MUNICIPAL DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 379/96

ÁREA: Mulher

MUNICÍPIO: Rio de Janeiro

ESTADO: Rio de Janeiro

CLASSIFICAÇÃO: Inscrito

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

Diante das dificuldades enfrentadas pelas mulheres de baixa renda para regular adequadamente sua fertilidade, em função da falta de conhecimento de seu próprio corpo, da dificuldade de acesso a informações relativas à contracepção e aos próprios métodos anticoncepcionais, a Secretaria da Saúde decidiu implantar um programa tendo como foco ações de contracepção.

O programa se propõe a propiciar às mulheres atendidas pela rede pública de saúde do município acesso a informações sobre métodos contraceptivos, assim como colocar os diversos tipos de anticoncepcionais à sua disposição. Através de oficinas de vivência, o programa *“permite a troca de experiências, propõe o auto-conhecimento, além de*

*propiciar a discussão sobre métodos (contraceptivos), com a perspectiva de que essas (as mulheres) desenvolvam consciência crítica que lhes possibilite maior autonomia”.*

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- ( ) Estadual  
( x ) Municipal      *Secretaria Municipal de Saúde*  
( ) Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- ( ) Sim  
( x ) Não<sup>40</sup>

## 7. ANO DE IMPLANTAÇÃO

1991

## 8. PÚBLICO-ALVO

Até 1995, o programa fora implantado em 57 das 73 Unidades Básicas de Saúde, tendo participado dos grupos educativos 13580 mulheres.

## 9. RECURSOS

Não há informações disponíveis

---

<sup>40</sup> Em função desta resposta negativa as questões de 4 a 6 foram eliminadas.

### III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

#### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**

#### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde da mulher

#### 12. ESTRATÉGIAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Realização de oficinas de vivência, que permitem a troca de experiências e o auto-conhecimento.
- Oferta de métodos contraceptivos diversificados

#### 13. ABORDAGEM

- Unisetorial  
 Multisetorial/integral  
 Outro (articula mais de um setor, embora não integral)

Obs. Embora unisetorial (saúde), o programa se insere em um programa de caráter integral (dentro da área de saúde) - o PAISM - Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, que tem como objetivo central a “integralidade” das ações de atendimento à mulher.

#### 14. ENFOQUE

- Assistencialista  
 Cidadania passiva  
 Cidadania ativa



Por que?

Porque o programa propicia a discussão sobre métodos anticoncepcionais com a perspectiva de desenvolvimento de uma consciência crítica que possibilite uma maior autonomia às mulheres. Como se lê em documento do programa, a disponibilidade dos vários métodos permite que as mulheres “*façam suas escolhas considerando os seus diferentes momentos de vida, vivências de sexualidade e singularidades*”.

Assim, embora não haja envolvimento das mulheres na concepção e implementação do programa, este se aproxima do que se entende por Cidadania Ativa, pois se orienta para a formação de cidadãs capazes de tomar decisões relativas à reprodução e sexualidade.

15. Programa responde a movimento social na localidade de implantação do programa?

( ) Sim

( x ) Não

16. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

A superação de uma abordagem da saúde da mulher restrita a programas materno-infantis é uma reivindicação formulada por movimentos de mulheres desde os anos 70. Dentre as propostas dos movimentos, incluía-se a separação entre reprodução e sexualidade e a atenção específica e integral à saúde da mulher. A criação do PAISM, em 1986, resultou em parte deste movimento. O programa analisado consiste em iniciativa de implantação do PAISM.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **PÓLO AGROFLORESTAL**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 004/96

ÁREA: Reforma Agrária

MUNICÍPIO: Rio Branco

ESTADO: Acre

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O projeto tem como principal objetivo possibilitar que famílias de ex-seringueiros e ex-agricultores retornem ao campo (processo inverso ao do êxodo rural) para ocupação de áreas rurais subutilizadas. Para isso, foi realizada uma reforma agrária municipal e cada família beneficiada passou a produzir alimentos para o abastecimento da cidade de Rio Branco, minimizando, assim, a dependência da cidade com relação à importação de alimentos oriundos de outras regiões e gerando uma renda média mensal para as famílias entre dois e três salários mínimos.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- ( ) Estadual  
( x ) Municipal *Prefeitura Municipal*  
( ) Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

( x ) Sim

( ) Não

**(SE SIM)**

## 4. ( x ) GOVERNAMENTAIS

( x ) Mesmo nível *Secretarias Municipal da Agricultura e Abastecimento, de Planejamento e do Bem-Estar Social*

( x ) Outro nível *Ministério do Meio Ambiente, EMBRAPA, UFAC, SUDAM, EMATER, Comunidade Solidária.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

( x ) Formulação/decisão

( x ) Implementação/execução

( ) Controle

( x ) Recursos financeiros

( x ) Outros (especificar) *Apoio técnico*

## 5. ( x ) DA SOCIEDADE CIVIL:

( x ) ONG *PESACRE*

( ) Setor privado

( x ) Comunidade *Associação dos Produtores do Pólo Agroflorestal*

( x ) Outros *Sindicato dos Pequenos Produtores e Assalariados de Rio Branco, CPT*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- ( ) Formulação/decisão  
( x ) Implementação/execução  
( ) Controle  
( ) Recursos financeiros  
( x ) Outros *Assistência Técnica, Cursos e Treinamentos, Monitoramento, Pesquisa*

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

200 famílias de ex-seringueiros e de ex-produtores rurais da periferia de Rio Branco.

## 9. RECURSOS

R\$ 96.000,00 anuais

Fontes: Ministério do Meio Ambiente, SUDAM e prefeitura.

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- ( ) Sim  
( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Reforma Agrária

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim

O programa desenvolve algumas atividades dirigidas especificamente às mulheres. São oferecidos cursos sobre aproveitamento de alimentos “*para as mulheres do Pólo*”, tendo sido inaugurada em fevereiro de 1996 uma cozinha semi-industrial, destinada sobretudo às mulheres. Trata-se de atividades que se baseiam nas funções tradicionalmente assumidas pelas mulheres.

Não há referência nos documentos do programa ao atendimento de famílias chefiadas por mulheres, reivindicação dos movimentos de mulheres no Brasil e “conquista” assegurada pela Constituição de 88.

 Não

## 12.A. O programa atinge de forma específica a mulher?

 Sim

Vide questão anterior

 Não

## 13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

 Sim Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

O programa incorpora demandas relativas à criação de programas de geração de emprego e renda. Mas não há elementos na documentação consultada que permita verificar se o acesso à terra e a recursos é concedido diretamente às mulheres, como previsto pela Constituição de 88, respondendo a demandas do momento feminista.

*“Posteriormente [anos 80], o movimento feminista ampliou essas demandas legislativas para incluir:*

- *reconhecimento de direitos relativos às mulheres rurais, nas políticas de distribuição de terras e nos planos de colonização e reforma agrária...”.* (BASTERD, Leila de A. Linhares. *Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está a nossa cidadania?* In: SAFFIOTI, Heleieth I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro, Brasília, Rosa dos Tempos/UNICEF, 1994).

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

***I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA***

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal / Secretaria do Trabalho e Ação Social

Nº DE INSCRIÇÃO: 107/96

ÁREA: Geração de empregos e treinamento para o trabalho

MUNICÍPIO: Quixadá

ESTADO: Ceará

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

***II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA***

**1. RESUMO**

O projeto tem por objetivo geral reduzir o desemprego e estabelecer uma política global integrada e participativa de geração de emprego e renda, tendo como foco as famílias de baixa renda excluídas da atividade produtiva. Para isto, a Administração Pública local dá apoio à formação e à consolidação de pequenas unidades produtivas, bem como acesso a crédito para montagem ou ampliação de pequenos negócios, com a preocupação de garantir eficácia ao programa e estimular o desenvolvimento local. São desenvolvidos programas de capacitação para o gerenciamento e de qualificação de mão-de-obra. O programa inclui ainda o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo, voltados à constituição de negócios comunitários.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal *Secretaria do Trabalho e Ação Social*
- Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim
- Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Prefeitura do Município de Quixadá, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de Quixadá.*
- Outro nível *Banco do Estado do Ceará, SINE - Sistema Nacional de Emprego, Banco do Nordeste.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros



## 5. ( x ) DA SOCIEDADE CIVIL:

- ( x ) ONG *GRET (França) - qualificação da mão-de-obra; GTZ (Alemanha) - capacitação de técnicos do programa.*
- ( x ) Setor privado *SEBRAE - cursos profissionalizantes;*
- ( x ) Comunidade *Associações para negócios comunitários; cooperativas de micro-empresários e artesãos (ramos: agricultura, pedreiras, entalhe em pedra, confecções entre outros)*
- ( ) Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- ( x ) Formulação/decisão
- ( x ) Implementação/execução
- ( ) Controle
- ( ) Recursos financeiros
- ( x ) Outros *Arrecadar e administrar os recursos*

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

População de baixa renda desempregada ou exercendo atividade informal: “desempregados, sub-empregados, biscateiros, trabalhadores autônomos e micro-empresários informais”. Atendidos, até 1996, 196 micro-empresários (784 pessoas), 40% da clientela potencial.

## 9. RECURSOS

Valor: R\$245.921,00,26

Fontes: a. orçamento municipal- 20% dos recursos totais;

b. Banco do Nordeste - cerca de 60%;

c. Outras fontes - 20%.

## III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

### 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( ) Sim

( x ) Não

### (SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)

### 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda

### 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

( x ) Sim

A mulher é atingida pelo programa, embora a questão de gênero não seja explicitada como um de seus focos privilegiados. Várias das micro-empresas surgidas a partir da criação do programa são chefiadas por mulheres. É significativo que em documento encaminhado ao “Gestão Pública”, os dois depoimentos de participantes de um dos cursos oferecidos à população (Criação de Novos Negócios) sejam depoimentos de mulheres: 1) “*Através desse curso é que serei capaz de montar o negócio*”; 2) “*A criação de um negócio abre, para mim, uma nova perspectiva de vida*”. Também nas fotos enviadas como exemplos de negócios já implantados a presença de micro-empresárias se destaca (dos 4 exemplos, três são de mulheres).

O que parece é que o programa, embora sem ênfase específica na questão de gênero, tem flexibilidade para incorporar necessidades e demandas de clientelas específicas, o que se traduz na abertura de espaço para mulheres, tradicionalmente excluídas do acesso a crédito e a oportunidades de capacitação.

( ) Não

12.A. O programa atinge de forma específica as mulheres?

( x ) Sim

a) ( ) Registro feito pelo programa

b) ( x ) Impacto inferido

Ver questão 12.

( ) Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

( ) Sim

( x ) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

A geração de emprego e renda é uma questão presente na agenda dos movimentos de gênero, no que diz respeito a políticas públicas. Em Seminário “Ação do Município na Promoção da Mulher”, organizado pelo IBAM em 1989 (em parceria com Fundação Ford, Conselho Nacional do Direito da Mulher, e a UNICEF), uma das diretrizes gerais propostas pelos participantes consistia no “*apoio a projetos produtivos visando à capacitação e organização das mulheres, a criação de empregos permanentes para o segmento feminino da população e o incremento da renda familiar*”. (IBAM, P.117).

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **CIDADE CONSTITUINTE**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal / Secretaria Municipal do  
Planejamento

Nº DE INSCRIÇÃO: 177/96

ÁREA: Gestão e planejamento

MUNICÍPIO: Porto Alegre

ESTADO: Rio Grande do Sul

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O projeto tem como objetivos básicos: (1) democratização das relações entre Estado e Sociedade, (2) redistribuição de renda na cidade, (3) priorização de políticas públicas em favor dos marginalizados e excluídos e (4) apropriação da cidade por seus moradores e usuários. Seu trabalho é fundamentalmente de mobilização e de "tradução" de posicionamentos de diversos agentes, procurando apontar soluções negociadas para os problemas da cidade, de longo e curto prazos. Neste sentido, a cidade foi dividida em oito áreas e a população de cada uma delas discute com os técnicos o planejamento e o desenvolvimento da região onde moram.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- Estadual  
 Municipal *Secretaria Municipal de Planejamento*  
 Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

- Sim  
 Não

**(SE SIM)****4.  GOVERNAMENTAIS**

- Mesmo nível *Câmara de Vereadores, Conselhos Municipais, Secretaria do Trabalho, Cidadania e Assistência Social etc.)*  
 Outro nível *NORIE -UFRGS, FAUFRGS, Trensurb, Metroplan etc*

**4.1. Tipo de participação Governamental**

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros (especificar)

**5.  DA SOCIEDADE CIVIL:**

- ONG *FASE e outras*  
 Setor privado  
 Comunidade *Forum Movimentos Populares - Fracab, Associações de Moradores*  
 Outros *CREA, OAB etc.*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- ( x ) Formulação/decisão
- ( x ) Implementação/execução
- ( x ) Controle
- ( ) Recursos financeiros
- ( ) Outros (especificar)

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

População de Porto Alegre

## 9. RECURSOS

R\$ 18.900,00

Fontes: orçamento municipal

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- ( ) Sim
- ( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Planejamento municipal, governo local.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

De forma indireta, ao basear-se na participação da sociedade civil organizada, o programa abre espaço à incorporação de questões formuladas por movimentos de mulheres. Não há registro formal desta incorporação, porém, existem indícios na documentação analisada.

Não

## 12.A. O programa tem impacto específico sobre as mulheres?

Sim

Não

## 13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICAS**

***I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA***

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA NUTRIR**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 122/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Apucarana

ESTADO: Paraná

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

***II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA***

**1. RESUMO**

O programa Nutrir é um programa de combate à fome e à desnutrição infantil, baseado no princípio preventivo de ação na área da saúde. O programa possibilita à população de baixa renda do município acesso gratuito a alimentação de alto valor nutritivo. Para isso, estrutura-se como um conjunto de ações integradas, incluindo a produção e distribuição de alimentos e de medicamentos fitoterápicos e a recuperação de desnutridos. Os principais módulos do programa são 1) produção de fitoterápicos ("Farmácia de Manipulação de Fitoterapêuticos"); 2) criação da "Casa da Farinha" (onde se fabrica um tipo de farinha com alto grau nutritivo - multimistura - e leite de soja aromatizado), 3) ônibus de alimentação alternativa ("Ônibus Cozinha Experimental", que ensina a população como melhor utilizar a farinha) e 4) Centro de Recuperação de Desnutridos.



## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual  
 Municipal *Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social*  
 Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Secretaria de Agricultura, Secretaira da Fazenda,  
Secretaria de Obras*  
 Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros *Assistência Técnica*

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONG *Instituto de Promoção Humana do Paraná, Centro de Promoção  
Humana São Benedito, Instituto Polis*  
 Setor privado  
 Comunidade  
 Outros *IAPAR - Londrina, Pastoral da Criança*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (Suporte Técnico)

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. TEMPO DE EXISTÊNCIA

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

Crianças em idade escolar, gestantes e desnutridos de 0 a 6 anos.

## 9. RECURSOS

R\$ 99.600,00 (anual)

Fonte: Município (repasse ou recursos do SUS)

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Desnutrição Infantil

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim

O programa tem como parte de seu público-alvo as gestantes. Além disto, as mulheres são um foco privilegiado das ações promovidas pelo programa, pois são as mães as principais responsáveis pela alimentação e medicação dos filhos, sendo elas que recebem nos postos de saúde, tanto a multimistura como os fitoterápicos. Além disto, o programa também procura orientar as mulheres, através do "Ônibus Cozinha Experimental", a utilizarem produtos alternativos para a alimentação, de forma a maximizar o aproveitamento de diversos gêneros alimentícios.

 Não

## 12.A. O programa tem impacto específico sobre as mulheres?

 Sim*Vide questão anterior.* Não

## 13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

 Sim Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

A questão da saúde, em particular da saúde dos filhos, integra a pauta de reivindicações de movimentos de mulheres no Brasil desde os anos 70.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **COMISSÃO PERMANENTE DE INVESTIGAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO EM MS**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Estadual de Cidadania, Justiça e Trabalho / DRT / INSS

Nº DE INSCRIÇÃO: 234/96

ÁREA: Relações de trabalho

MUNICÍPIO: Vários

ESTADO: Mato Grosso do Sul

CLASSIFICAÇÃO: Finalista (destaque)

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

Em resposta às denúncias de escravidão, trabalho infantil, exploração de trabalhadores indígenas e péssimas condições de vida e de trabalho em carvoarias e destilarias do Estado do Mato Grosso do Sul, órgãos governamentais estaduais e federais, juntamente com entidades não-governamentais, constituíram, em 1993, a Comissão Permanente de Investigação e Fiscalização das Condições de Trabalho naquele estado. A comissão tinha como objetivo inicial fiscalizar as carvoarias (8.000 trabalhadores) e usinas de álcool e açúcar (12.000 trabalhadores), passando posteriormente a fiscalizar também as áreas de cultivo de algodão, erva-mate e braquiaria (mais 10.000 trabalhadores,

aproximadamente). O objetivo da Comissão é acabar com a exploração do trabalho infantil e indígena e com condições subumanas de trabalho, através de ações de prevenção, fiscalização e erradicação. Estão envolvidas na Comissão 19 entidades governamentais e 19 não-governamentais (11 e 16, no início do programa, respectivamente), sendo a presidência, vice-presidência e secretaria executiva cargos eleitos em assembléia. Em 1996, a presidência era ocupada por uma ONG (Comissão Pastoral da Terra) e a vice-presidência por uma entidade governamental (Secretaria da Justiça e do Trabalho). A Comissão realiza visitas de inspetoria, apresenta relatórios a autoridades e à imprensa, sugere medidas corretivas às partes envolvidas e acompanha as melhorias introduzidas.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual *Secretaria Estadual da Cidadania, da Justiça e do Trabalho*  
 Municipal  
 Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

### **(SE SIM)**

#### 4. GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Assembléia Legislativa, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Secretaria da Fazenda, Secretaria do Planejamento, Secretaria de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário.*

- ( x ) Outro nível      Governo Federal: *Departamento Regional do Trabalho (Min. do Trabalho), INSS, FUNDACENTRO, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, FUNAI, IBAMA, Polícia Rodoviária Federal.*

#### 4.1. Tipo de participação Governamental

- ( x ) Formulação/decisão  
( x ) Implementação/execução  
( x ) Controle  
( x ) Recursos financeiros  
( x ) Outros *Apoio legislativo*

#### 5. ( x ) DA SOCIEDADE CIVIL:

- ( x ) ONG      *Centros de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, Pastoral das Migrações, CIMI, Grupo Zumbi, Conselho do Negro*
- ( x ) Setor privado      *Universidade Católica Dom Bosco*
- ( x ) Comunidade
- ( x ) Outros      *Sindicatos e Federações de Trabalhadores, Associação Nacional de Procuradores, OAB/MS.*

#### 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- ( x ) Formulação/decisão  
( x ) Implementação/execução  
( x ) Controle  
( x ) Recursos financeiros  
( x ) Outros      *Assistência técnica, jurídica e logística, orientação sobre segurança*

6. ( x ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: *OIT*

6.1. Tipo de participação destas instituições

- ( ) Formulação/decisão
- ( ) Implementação/execução
- ( ) Controle
- ( x ) Recursos financeiros
- ( ) Outros (especificar)

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

30.000 trabalhadores e suas famílias

9. RECURSOS

R\$ 2.500,00 - Estaduais (16,36% da receita orçamentária da SCJT)

R\$ 4.000,00 - Federais

R\$ 9.000,00 - OIT/CPT

### **III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- ( ) Sim
- ( x ) Não



**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Condições de trabalho e condições de vida de família de trabalhadores.

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Com o intuito de conseguir acabar com a exploração do trabalho infantil, passou-se a oferecer, às famílias que mantivessem seus filhos na escola, uma “mesada”, quantia esta que é entregue para à mulher, a mãe das crianças.

Não

## 12.A. O programa tinge de forma específica a mulher?

Sim

a)  Registro feito pelo programa

b)  Impacto inferido

O programa prevê não apenas acabar com a exploração dos trabalhadores, mas também levar até eles serviços públicos, como emissão de documentos, atendimento médico e odontológico, melhoria de condições de moradia, além de educação para as crianças. O programa interfere em questões que atingem a mulher diretamente em seu cotidiano e que têm constituído pauta da agenda dos movimentos de mulheres desde os anos 70. Chama atenção, no entanto, a inexistência, de referência ao trabalho da mulher (e às condições em que este trabalho é exercido) nos documentos sobre o programa.

Há indícios de que o cumprimento das recomendações da Comissão está tendo também um impacto sobre as mulheres (e sobre os homens) que

pode se tornar negativo. Trata-se da decisão de muitas carvoarias de não aceitar mais famílias (provavelmente, pelos custos envolvidos na garantia de condições mínimas de vida - habitação, saúde, educação etc.), mas apenas trabalhadores do sexo masculino, ficando as famílias nas cidades. O que acontecerá com estas famílias (e com as mulheres)? Serão reforçadas as cidades-satélites, novos bolsões de miséria “fora” do espaço das empresas?

13. O programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

( ) Sim

( x ) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( ) Sim

( x ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: NOME DO PROJETO: **PROJETO BOLSA-ESCOLA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria de Educação

Nº DE INSCRIÇÃO: 353/96

ÁREA: Educação

MUNICÍPIO/ESTADO: Distrito Federal

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivo garantir o acesso à escola e a permanência na escola pública de crianças com idade entre 7 e 14 anos completos, em condições de carência material e precária situação social e familiar, combatendo a repetência e a evasão. Para isso, o governo do Distrito Federal paga um salário-mínimo, mensalmente, a famílias com renda per-capita mensal de meio salário-mínimo residentes há pelo menos cinco anos no Distrito Federal e que mantiverem na escola todos os filhos da faixa etária mencionada. Concomitantemente, o projeto inclui a Poupança-Escola, que dá a cada aluno aprovado nos estudos um crédito no valor de um salário-mínimo. A metade deste valor é liberada com a abertura de uma poupança nominal quando o aluno conclui as 4ª e 8ª séries, e o restante quando completa o 2º grau.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal
- Outros *Governo do Distrito Federal: Secretaria da Educação*

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim
- Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Representante do Gabinete do governador do DF, Fundação Educacional do DF, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, Movimentos de Meninos e Meninas de Rua do DF, Administrações Regionais, Secretaria do Trabalho do DF, Secretaria da Agricultura, Banco de Brasília e Codeplan (prestadora de serviço na área de informática)*
- Outro nível *EMATER*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão *Partido, Governador e Secretaria da Educação.*
- Implementação/execução *A gestão se dá através de Comissão executiva da Secretaria da Educação, da qual participam representantes de diversos dos órgãos governamentais citados.*

- Controle *Comissão Local de cada Região Administrativa, envolvendo a Divisão Regional de Ensino e Entidade Popular.*
- Recursos financeiros
- Outros: *Banco de Brasília e Codeplan, Secretaria de Agricultura e EMATER; Secretaria do Trabalho -*

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONG
- Setor privado
- Comunidade *Movimento de Meninos e Meninas de Rua do DF e entidades populares*
- Outros (especificar)

5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução. *A gestão se dá através de Comissão executiva da Secretaria da Educação, da qual participam representantes da comunidade: Movimento de Meninos e Meninas de Rua do DF e entidades populares de cada Região Administrativa).*
- Controle *Através da participação nas Comissões Locais.*
- Recursos financeiros
- Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 8. PÚBLICO-ALVO

População de baixa renda e crianças em idade escolar

28.672 crianças ( 14.786 famílias - 1996 / aproximadamente 22.939 famílias em 1997)

## 9. RECURSOS

R\$ 21.400.000,00 anuais - 0,5% do orçamento

Fonte: orçamento do Distrito Federal

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

 Sim Não**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Educação

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim

*O programa incorpora a diferenciação de gênero ao determinar que a bolsa-escola seja entregue à mãe. Esta determinação decorre de duas ordens de consideração: a) do entendimento que é a mãe a responsável na família pelo acompanhamento da educação*

*dos filhos ( da “vida escolar dos filhos”) e b) da constatação da presença significativa de famílias compostas por mulheres e seus filhos, em que estas são as únicas provedoras. Lê-se em documento do programa a este respeito: “O requerente deve ser a mãe, prioritariamente, podendo ser o pai ou responsável legal, em casos de comprovada incapacidade, ausência ou morte da mesma”.*

Dados significativos:

- a) 51,57% das famílias inscritas no Programa são monoparentais e têm a mulher como única provedora;
- b) apenas 3,51% dos requerentes são homens (em função das próprias regras do programa).

12.A. O programa tem impacto específico sobre as mulheres?

(..x..) Sim

*Ver questão anterior*

**Obs:** O programa não previu a incorporação da questão de gênero desde o início. À medida que ocorria a implantação, no entanto, a importância da incorporação da mulher para o sucesso do programa foi considerada, pelos fatores mencionados anteriormente.

( ) Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação

( ) Sim

( x ) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

A questão da educação dos filhos constitui uma das prioridades de movimentos sociais em que a presença de mulheres é expressiva (as mulheres nos movimentos).

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

***I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA***

NOME DO PROJETO: **PROJETO SÃO PEDRO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 499/96

ÁREA: Desenvolvimento Urbano Integrado

MUNICÍPIO: Vitória

ESTADO: Espírito Santo

CLASSIFICAÇÃO: Finalista

***II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA***

**1. RESUMO**

O projeto tem por objetivo possibilitar a melhoria direta e indireta das condições de vida da população que vive em São Pedro, região carente de Vitória, e a preservação e recuperação do manguezal e do ecossistema desta região. Além disso, o programa visa possibilitar o desenvolvimento de políticas setoriais articuladas para atender integralmente às necessidades da população e erradicar a pobreza e a marginalidade na área atendida (sendo desenvolvidas atividades nas áreas de educação, saúde, habitação, infra-estrutura, lazer, cultura e esportes, transportes públicos e geração de emprego e renda). O projeto é administrado não apenas através da articulação intersetorial mas também através da participação da população organizada da cidade.



## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual  
 Municipal *Secretaria Municipal de Ação Social*  
 Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Departamento de Projetos Habitacionais Especiais, Secretarias da Saúde, da Educação, de Esporte e Lazer, Segurança Pública, Transporte entre outras*  
 Outro nível *Caixa Econômica Federal, Ministério do Bem Estar Social e Ministério da Integração Regional, Companhia Estadual de Saneamento*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

## 5. ( x ) DA SOCIEDADE CIVIL:

( x ) ONG *não indicadas*

( ) Setor privado

( x ) Comunidade *Conselho Popular de Vitória, Conselho Municipal do Meio Ambiente (órgão da política municipal do meio ambiente), Conselho Tutelar de Vitória*

( x ) Outros *Pastoral São Pedro, Paróquia de São Pedro, Igrejas Evangélicas*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

( x ) Formulação/decisão

( x ) Implementação/execução

( x ) Controle

( ) Recursos financeiros

( ) Outros (especificar)

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1989

## 8. PÚBLICO-ALVO

50.000 pessoas (a - recuperação do ecossistema);

14.800 pessoas (b - manguezal)

**9. RECURSOS**

R\$ 5.000.000,00 anuais

Fontes:

Própria: 30%

Governo federal: 70% (CEF)

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO****10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER**

( ) Sim

( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)****11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA**

Meio Ambiente e Urbanização

**12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

( x ) Sim

As mulheres através do “Movimento de Mulheres” têm participado do projeto desde o início, tendo sido envolvidas no próprio “desenho” do programa. Estavam diretamente envolvidas com a problemática das moradias, caracterizada por sua inserção em região desprovida de infra-estrutura, com enormes problemas de saneamento básico e pela carência de serviços. Mobilizaram-se, reivindicaram, e têm participado da “gestão” do projeto. Não há referência explícita a questões especificamente feministas.

( ) Não

12.A. O programa tem um impacto específico sobre as mulheres?

Sim

Vide questão anterior

Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Havia, anteriormente ao projeto, um “movimento de mulheres”, mobilizado em torno das condições de vida na área e do acesso a serviços públicos. Quando do início do programa, este movimento participou das discussões que conduziram à formulação do projeto, continuando a participar da gestão do programa.

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Trata-se aqui também de questões levantadas pelas mulheres relativas ao cotidiano das populações pobres, rementendo ao que Elizabeth Souza-Lobo designava por “as mulheres nos movimentos”, em que as mulheres deixam o espaço privado, doméstico, levantando bandeiras relativas a serviços públicos. dentre os quais se destacou sempre a questão da moradia.(SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo. Brasiliense, 1991. *Parte III - Movimentos sociais e mulheres. Igualdade e diferença*)

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **CIRCO DA CIDADE**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal / Fundação Cultural

Nº DE INSCRIÇÃO: 599/96

ÁREA: Cultura, Lazer e Esporte

MUNICÍPIO: Lages

ESTADO: Santa Catarina

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivo possibilitar à população das regiões periféricas da cidade o acesso a bens culturais e a participação na produção cultural. O projeto, montado em um circo, caracteriza-se como um centro cultural itinerante, deslocando-se de bairro para bairro, permanecendo em cada local por dois meses. O programa é composto por três subprogramas: um, de formação de leitores, um, de valorização do artista local - composto por diversas oficinas de arte - e um subprograma de informação. Este último é desenvolvido através de palestras, cursos e prestação de serviços sobre diversos temas, escolhidos pelos moradores do local, os quais incluem temas ligados à saúde e aos direitos do consumidor entre outros.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- Estadual  
 Municipal *Prefeitura Municipal; Fundação Cultural de Lages*  
 Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

- Sim  
 Não

**(SE SIM)****4.  GOVERNAMENTAIS**

- Mesmo nível *Outras secretarias municipais (variando de bairro para bairro)*  
 Outro nível

**4.1. Tipo de participação Governamental**

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros (especificar)

**5.  DA SOCIEDADE CIVIL:**

- ONG  
 Setor privado  
 Comunidade *Associação de Moradores, Comissões de Saúde, Grupos de Mães, Grupo de Terceira Idade, Grupos de Jovens*  
 Outros (especificar)

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- ( x ) Formulação/decisão
- ( x ) Implementação/execução
- ( x ) Controle
- ( ) Recursos financeiros
- ( ) Outros (especificar)

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

População de bairros periféricos da cidade

## 9. RECURSOS

R\$ 70.000,00

Fontes: recursos municipais

**III - INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- ( ) Sim
- ( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Cultura

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim

Embora em sua concepção o programa não incorporasse originalmente a dimensão de gênero, ao longo de seu desenvolvimento, à medida em que se abriu às sugestões da população atendida, o programa incorporou a questão de gênero em alguma das atividades desenvolvidas. Assim, atendendo a grupos de mães, definiu algumas oficinas de seu interesse (tapeçaria, tecelagem, etc...). Entre os temas do subprograma de informação, por outro lado, destacam-se alguns em que a dimensão de gênero é central: doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar e gravidez.

 Não

## 13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

 Sim

O programa, embora não constitua resposta a movimento de mulheres, incorpora sugestões de participantes mulheres tanto na área de cultura propriamente dita, como na área de saúde.

 Não



14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

Os temas incluídos ao programa de informação na área de saúde estão presentes na pauta de reivindicações do movimento de mulheres relativos à área de saúde. Não há, por outro lado, na agenda do movimento feminista ou do movimento de mulheres ênfase a equipamentos culturais, a não ser como parte de demanda por equipamentos para crianças e adolescentes.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

***I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA***

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA CIDADÃO-CRIANÇA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Ação Social

Nº DE INSCRIÇÃO: 575/96

ÁREA: Assistência Social

MUNICÍPIO: Vitória

ESTADO: Espírito Santo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

***II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA***

**1. RESUMO**

O programa se destina ao atendimento de crianças e adolescentes sob situação de risco pessoal e social, especialmente dos que vivem em situação de rua. Seus objetivos, baseados na doutrina de proteção integral, são: (1) possibilitar às crianças e aos adolescentes a saída da rua e o retorno à família e a sua comunidade; (2) assegurar-lhes o acesso aos direitos básicos: saúde, educação, alimentação, moradia, aprendizagem para o trabalho; (3) oferecer-lhes condições para a socialização e a construção da cidadania e; (4) prepará-los para a inserção no mercado de trabalho. Os projetos básicos que compõem o programa são: Abordagem de Rua, Praça Viva, Casa Aberta do Cidadão-Criança, Espaço de Convivência Sócio-Educativo, Abrigo Noturno para Meninos, Abrigo Noturno para Meninas, Lar da Menina II, Implantação do 1º Conselho Tutelar, Fortalecimento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de

Vitória - CONCAV, Fundo para Infância e Adolescência - FIA, Casa do Adolescente Trabalhador, Circo-Escola, Projeto Brincando e Aprendendo, Apoio ao Adolescente Trabalhador e Aprendendo e Produzindo.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- ( ) Estadual  
( x ) Municipal *Secretaria Municipal de Ação Social*  
( ) Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- ( x ) Sim  
( ) Não

### (SE SIM)

#### 4. ( x ) GOVERNAMENTAIS

- ( x ) Mesmo nível *Secretaria de Saúde, Secretaria de Educação, Secretaria de Esportes, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria Municipal de Cidadania.*
- ( x ) Outro nível *Ministério Público e Poder Judiciário, Polícia Militar do Estado do ES, Secretaria Estadual de Justiça e Cidadania, Secretaria de Assistência Social-Ministério da Previdência e Assistência Social, Universidade Federal do ES, Companhia Vale do Rio Doce, SEBRAE, Datapro.*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONG
- Setor privado *SENAI*
- Comunidade *Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Tutelar de Vitória, Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua*
- Outros (especificar) *Pastoral do Menor*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (Cursos de Iniciação Profissional)

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

**8. PÚBLICO-ALVO**

Atendimento; 350 crianças e adolescentes (90% do universo).

**9. RECURSOS**

R\$ 450.000,00

Fontes: Municipais: 80%

Companhia Vale do Rio Doce: 20%

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO****10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER**

( ) Sim

( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)****11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA**

Crianças e Adolescentes

**12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

( x ) Sim

Como?

Dentre os projetos que compõem o programa, incluem-se dois destinados a meninas: a) "Abrigo Noturno para meninas", um abrigo temporário que oferece ambiente seguro, de modo a desenvolver a auto-estima, a confiança, a expectativa de futuro e hábitos de convívio social e b) "Lar da Menina II", uma moradia "alternativa" que acolhe adolescentes, preparando-as para uma vida autônoma, com inserção no mercado de trabalho. Este projeto prioriza o atendimento às adolescentes gestantes. A incorporação da questão de gênero é evidenciada ainda pela articulação com o Programa de Atenção

Integral à Saúde da Mulher (PAISM), da Secretaria da Saúde, e pela inclusão da prostituição infantil entre os problemas principais a serem atacados pelo programa.

( ) Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

( x ) Sim

O programa surgiu de proposta elaborada por equipe da Prefeitura, com a participação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de representantes do Movimento Nacional de Meninos e **Meninas** de Rua e da Pastoral do Menor.

( ) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

Além do apoio de movimentos de mulheres a reivindicações relativas a direitos de crianças e adolescentes, em geral, houve sempre a preocupação de destacar as especificidades da situação das meninas e a necessidade de incorporação dessas especificidades à formulação de políticas públicas. O movimento feminista, desde o final dos anos 70, incluía, entre as demandas relativas à legislação brasileira, a relativa aos direitos de **meninas e adolescentes**. (Na Constituição de 88, no entanto, não há explicitação das especificidades relativas às meninas e adolescentes) (BARSTED, Leila de A. Linhares. *Mulheres, direitos humanos e legislação: onde está a nossa cidadania*. In: SAFFIOTI, Heleieth, I.B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos, NIPAS/UNICEF, 1994). Em 1989, em Seminário sobre a ação dos municípios com relação aos direitos da mulher, entre as propostas apresentadas, inclui-se uma relativa à formulação de programas voltados às meninas de rua. (PINTO, Mara D. Biasi Ferrari. *Trabalhando para mulheres. Apresentação*. IN: IBAM. Mulher e políticas públicas. Rio de Janeiro, IBAM, 1991).

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

***I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA***

NOME DO PROJETO: **CASA DO CIDADÃO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 401/96

ÁREA: Cidadania e Direitos Humanos

MUNICÍPIO: Vitória

ESTADO: Espírito Santo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

***II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA***

**1. RESUMO**

O programa tem como objetivo primordial propiciar à população - em espaços abertos ao cidadão - conhecimento de seus direitos fundamentais e colocar à sua disposição meios eficazes de exercício desses direitos, removendo obstáculos para o acesso à Justiça. Seus objetivos específicos são - através da interação entre as diversas instâncias do poder público (níveis federal, estadual e municipal) - prestar serviços de orientação e assistência jurídica e de defesa do consumidor, prestar serviços de documentação (carteira de trabalho, RG, etc) e proporcionar ao cidadão atendimento eficaz. A Casa do Cidadão reúne no mesmo local vários serviços públicos, como PROCON, assistência jurídica gratuita, Núcleo de Assistência à Mulher, SOS Racismo, Juizado de Pequenas Causas e serviço de documentação, com atendimento permanente de emissão de Carteira de Trabalho e eventual emissão de Carteira de Identidade e de Título de Eleitor. A

característica principal do programa é a busca da interação entre os diversos níveis de governo e entre diversos órgãos públicos, de forma a que o serviço seja oferecido de forma integrada e no mesmo espaço físico.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual  
 Municipal *Secretaria Municipal da Cidadania*  
 Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

### **(SE SIM)**

#### 4. GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível  
 Outro nível *Procuradoria Geral da Justiça do Estado do ES, Tribunal de Justiça do Estado do ES, Universidade Federal do ES, Delegacia Regional do Trabalho do Estado do ES, Tribunal Regional Eleitoral, SUNAB, Secretaria Nacional de Acompanhamento Econômico.*

#### 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros



## 5. ( ) DA SOCIEDADE CIVIL:

- ( ) ONG
- ( ) Setor privado
- ( ) Comunidade
- ( ) Outros (especificar)

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

População de Vitória, especialmente a população carente.

Atendidos:

1995 - 50.515 pessoas

## 9. RECURSOS

R\$ 345.708 (1996)

Fontes: recursos orçamentários municipais.

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- ( ) Sim
- ( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Cidadania: acesso a serviços públicos

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Como?

Entre os serviços prestados pela Casa do Cidadão, existe um intitulado "Núcleo de Assistência à Mulher", citado pelo relatório enviado ao Programa Gestão Pública e Cidadania, sinalizando uma preocupação do programa em disponibilizar um serviço de atendimento a questões relativas à mulher (direitos e deveres, proteção contra a violência, etc). Relatório relativo a atendimentos e serviços prestados no primeiro trimestre de 1996 indica atendimentos relativos à discriminação racial e à agressão física (minoritários), ao lado de serviço de registro de nascimento (47% dos casos), entre outros.

Não

## 13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Não (Não há informações a este respeito)

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

Dentre as propostas de movimentos de mulheres, incluem-se as relativas a apoio jurídico, médico e sócio-psicológico a mulheres vítimas de agressão física. Por outro lado, uma das tendências mais recentes nos movimentos ligados à questão de gênero consiste na proposta de inclusão da especificidade da questão feminina nas diversas políticas públicas, o que parece que a criação de um Núcleo de Atendimento à Mulher no âmbito de um programa como a Casa do Cidadão vem atender.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS****FICHA ANALÍTICA****I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **PROJETO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

Nº DE INSCRIÇÃO: 105/96

ÁREA: Geração de empregos e treinamento para o trabalho

MUNICÍPIO: Betim

ESTADO: Minas Gerais

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA****1. RESUMO**

O programa tem por objetivo implantar unidades produtivas autogestionadas, junto à população excluída do mercado de trabalho e desprovida de qualificação profissional. Através desta iniciativa, o programa criar formas alternativas de enfrentamento da pobreza, estabelecendo novas relações de trabalho, propiciando melhoria de condições de vida para a população atendida, integrando-a ao processo político e social. O programa fornece matéria-prima e empresta equipamentos para a produção, além de promover cursos de qualificação de mão-de-obra, adequados a cada tipo de unidade produtiva.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

( ) Estadual

( x ) Municipal      *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Betim*

( ) Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível

Outro nível

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG *Centro de Autodesenvolvimento de Betim*

Setor privado

Comunidade *Associações de bairro*

Outros *Entidades Religiosas*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

**8. PÚBLICO-ALVO**

Cerca de 2600 desempregados em Betim.

Atendidos: 100 pessoas

**9. RECURSOS**

R\$ 71.229,00 - não incluídos gastos com recursos humanos

Fonte: Prefeitura

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO****10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER**

( ) Sim

( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)****11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA**

Geração de emprego e renda

**12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

( x ) Sim

Com essa política de implantação de unidades produtivas apoiadas pela prefeitura ou entidades parceiras, através do empréstimo de equipamentos e do repasse da matéria-prima, as mulheres têm a oportunidade de conseguirem trabalho e renda para si e para sua família. É o caso da unidade piloto de costura, implantada em Vianópolis, que emprega 12 mulheres (1993). É importante notar, no entanto, tratar-se, neste caso (único exemplo citado nos documentos de inscrição) de uma atividade tradicionalmente reservada às mulheres, não havendo aparentemente abertura de frentes “inovadoras”

incorporando mulheres. De qualquer modo, segundo informações obtidas junto ao programa, a maior parte da população-alvo é composta por mulheres, que precisam contribuir para a renda familiar ou que assumem sozinhas a chefia das famílias. Da população efetivamente atendida (100), 80% são mulheres e 20%, homens.

( ) Não

12.A. O projeto atinge de forma específica a mulher?

( x ) Sim

a) ( x ) Registro feito pelo programa

Ver questão 12.

b) ( ) Impacto inferido

( ) Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

( ) Sim

( x ) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

A abertura de programas de emprego e renda que atendam as mulheres é uma demanda de movimentos ligados à questão de gênero.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

***I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA***

NOME DO PROJETO: **JOVEM CIDADÃO CONSCIENTE E PARTICIPANTE EM  
SUA COMUNIDADE**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Delegacia de Ensino - SEE

Nº DE INSCRIÇÃO: 302/96

ÁREA: Criança e Adolescente

MUNICÍPIO: São Vicente

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

***II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA***

**1. RESUMO**

O programa, implantado em uma escola do 2º grau, tem por objetivo ampliar a participação e a vivência dos jovens nos movimentos e nas decisões políticas e sociais em sua cidade. Através de uma ação sensibilizadora, pretende conduzir o jovem a uma ação atuante e participativa diante das problemáticas políticas, sociais e econômicas que se apresentam em sua comunidade, desenvolvendo assim suas potencialidades como agente fiscalizador de medidas adotadas pela administração pública e que de alguma forma contrariem os interesses comunitários. As aulas ministradas aos jovens têm por objetivo estimular sua participação efetiva e consciente como cidadãos, levando-os ao questionamento junto ao Legislativo de sua cidade.



**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- Estadual *Delegacia de Ensino da Secretaria Estadual da Educação*
- Municipal
- Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

- Sim
- Não

**(SE SIM)****4.  GOVERNAMENTAIS**

- Mesmo nível *E.E. P. S. G. "Afonso Schmidt" - local de implantação*
- Outro nível *Câmara Municipal de Cubatão*

**4.1. Tipo de participação Governamental**

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros

**5.  DA SOCIEDADE CIVIL:**

- ONG
- Setor privado
- Comunidade
- Outros (especificar)

## 6. OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

## 8. PÚBLICO-ALVO

alunos do segundo grau, período diurno, da escola de implantação do programa.

## 9. RECURSOS

não há gastos específicos associados ao programa.

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

 Sim Não**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Formação política de jovens - formação para a cidadania

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim

Como?

As aulas ministradas têm entre seus sub-temas, que envolvem também de forma central a questão do meio ambiente, a questão de gênero: preconceitos em relação à mulher,

especialmente a mulher negra, crimes sexuais e passionais. Inclui além disto a violência na família, contra a criança e o adolescente.

( ) Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

( ) Sim

( x ) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

Os temas abordados pela programa de formação de jovens incluem algumas das principais temáticas destacadas por movimentos de mulheres e pelo movimento feminista no Brasil, desde o final dos anos 70. Além disto, o programa enquanto tal responde a uma reivindicação do movimento feminista ligada diretamente a conteúdos de programas escolares. Assim, no Seminário “Ação do Município na Promoção da Mulher”, organizado pelo IBAM, em conjunto com a UNICEF e o Conselho Nacional do Direito da Mulher, em 1989, entre as diretrizes para políticas públicas então formuladas, inclui-se a reformulação de livros didáticos e conteúdos programáticos, de forma a retirar o conteúdo discriminatório sobre a mulher. Mais recentemente, as reivindicações relativas à área da educação têm evoluído para a inclusão de conteúdos específicos, relativos à temática de gênero.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

***I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA***

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA CIDADE MÃE**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Fundação Cidade Mãe

Nº DE INSCRIÇÃO: 038/96

ÁREA: Criança e adolescente

MUNICÍPIO: Salvador

ESTADO: Bahia

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

***II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA***

**1. RESUMO**

O projeto tem por objetivo integrar socialmente crianças e adolescentes, através de um sistema de ações articuladas de educação para a cidadania. O programa inclui: a) atendimento de crianças e adolescentes de baixa renda, através de uma proposta de educação para a cidadania, iniciação profissional, atividades de esporte, cultura e lazer; b) orientação às famílias das crianças e adolescentes atendidos, estimulando sua participação no processo psico-pedagógico dos filhos, a integração e o desenvolvimento do núcleo familiar; c) atendimento de meninos e meninas em situação de risco pessoal e social, que vivem nas ruas, oferecendo-lhes infra-estrutura para higiene pessoal, alimentação e atividades lúdico-pedagógicas, voltadas à socialização, readaptação a espaços fechados e ao retorno à família ou outra alternativa de moradia.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal *Fundação Cidade Mãe*
- Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim
- Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível
- Outro nível *Comunidade Solidária, Juizado da Infância e Juventude, Universidade Federal da Bahia, Ministério do Bem Estar Social (extinto)*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros *Apoio Técnico*

## 5. ( x ) DA SOCIEDADE CIVIL:

- ( x ) ONG *Projeto Axé*
- ( ) Setor privado
- ( x ) Comunidade *Associações Comunitárias, Grupos de Mães - Conselhos Comunitários; Conselho Municipal da Defesa da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares*
- ( x ) Outros *SENAI, Associação Atlética Banco do Brasil*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- ( x ) Formulação/decisão
- ( x ) Implementação/execução
- ( x ) Controle
- ( ) Recursos financeiros
- ( x ) Outros *Assistência Técnica*

## 6. ( x ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES

*UNESCO e UNICEF*

## 6.1. Tipo de participação destas instituições

- ( ) Formulação/decisão
- ( ) Implementação/execução
- ( ) Controle
- ( x ) Recursos financeiros
- ( x ) Outros *Assistência Técnica*

## 7. ANO DE INÍCIO

1993

**8. PÚBLICO-ALVO**

2.500 crianças e adolescentes em 1994 e 1995

**9. RECURSOS**

1995: R\$ 8.772.750,00

Fontes: Município - 47%

Federal - 34%

Inst. Internacionais - 17%

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO****10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER**

( ) Sim

( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)****11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA**

Crianças e Adolescentes

**12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

( x ) Sim

Como?

Existem vários aspectos do programa em que se nota a incorporação da questão de gênero.

Primeiramente, houve a formação de grupos de mães para discussão de temas de interesse da mulher e estímulo ao desenvolvimento de atividades geradoras de renda. Em segundo lugar, no atendimento de crianças e adolescentes em situação de rua, há um atendimento específico para meninas de rua - as Casas de Acolhimento de Meninas (para

passarem a noite). Nestas Casas, são desenvolvidas atividades específicas que contemplam a condição feminina (capacidade para 60 meninas/tarde). Além disso, os Grupos de Mães de cada bairro participam da organização e acompanhamento do programa, através dos Conselhos Comunitários.

( ) Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

( ) Sim

( x ) Não (Segundo informações fornecidas pela coordenação do programa)

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

A problemática das crianças - acesso a educação, saúde, e, de forma menos explícita, a criação de alternativas à “situação de rua” - é uma constante nas reivindicações de movimentos de mulheres ou nos movimentos em que a mulher é uma presença significativa. Por outro lado, na temática do movimento feminista, mais centrada em questões específicas da mulher, esteve presente desde o final dos anos 70, a problemática das meninas e adolescentes (sexualidade, prostituição, etc.) (BARSTED, P.244).

( ) Não



**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **NOVOS MODELOS DE GESTÃO DO ESTADO:**

**DESCENTRALIZAÇÃO E FORÇA DOS MUNICÍPIOS**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Sec. do Estado do Planejamento e Coordenação Geral

Nº DE INSCRIÇÃO: 171/96

ÁREA: Formas de gestão e planejamento

MUNICÍPIO: Diversos

ESTADO: Rondônia

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivo fortalecer e consolidar parcerias entre o governo Estadual, Municipal e Organizações Sociais Comunitárias, delegando competências, otimizando recursos e ampliando as ações necessárias e fundamentais ao desenvolvimento social, econômico e ambiental, beneficiando de forma mais direta as comunidades locais e promovendo maior participação e controle social das ações governamentais. Amplia-se a participação da sociedade civil organizada nos processos de gestão dos recursos públicos, estabelecendo, nos municípios envolvidos, Conselhos Municipais de Desenvolvimento, a base do planejamento, coordenação e execução de políticas públicas.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual *Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral*  
 Municipal  
 Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Banco do Estado de Rondônia, EMATER*  
 Outro nível *Prefeituras Municipais, Câmaras de Vereadores, Banco do Brasil, Fundação Nacional da Saúde*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros (especificar)

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONG *Entidades filantrópicas*  
 Setor privado *Associação de criadores de gados, associação de feirantes, associações comerciais, associações de pequenos produtores. rurais*

- ( x ) Comunidade *Associações de pais e professores, cooperativas agrícolas, organizações de mulheres,*
- ( x ) Outros *Sindicatos, movimento estudantil, igrejas evangélicas, igreja católica (pastorais), OAB*

#### 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- ( x ) Formulação/decisão
- ( x ) Implementação/execução
- ( x ) Controle
- ( x ) Recursos financeiros
- ( ) Outros (especificar)

#### 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

#### 7. ANO DE INÍCIO

1995

#### 8. PÚBLICO-ALVO

10 municípios do Estado, selecionados a partir dos critérios do Programa Comunidade Solidária, de concentração da população sem serviços públicos básicos garantidos.

#### 9. RECURSOS

R\$ 185.994,00

Fontes: Estado, Municípios e organizações da sociedade civil envolvidas

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( ) Sim

( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

*Gestão pública - articulação Estado-Sociedade Civil; articulação entre níveis de governo.*

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

( x ) Sim

Como?

A problemática de gênero está incorporada desde o início ao programa, através da presença de organizações e movimentos de mulheres nas novas instâncias de decisão, implementação e controle criadas - os Conselhos Municipais de Desenvolvimento. A documentação disponível sugere que a participação de entidades de mulheres nos Conselhos ocorre em função da existência de movimentos de mulheres na localidade de implantação do programa. A participação ocorre quer através da presença de entidades de mulheres no Conselho, como no caso da composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento de Nova Mamoré, que inclui uma representante do Movimento de Mulheres, quer através da presença de movimento de mulheres em entidades representativas de categorias como produtores rurais - no caso de Nova Brasilândia, por exemplo, o Grupo Associativismo de Mulheres participa de decisões da Associação Rural - quer, ainda, como cidadãs que integram as demais entidades representadas no Conselho.

( ) Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

O programa integra movimentos de mulheres nas localidades em que é implantado, assim como outras organizações da sociedade civil. Não resulta, no entanto, enquanto programa, de um movimento de mulheres.

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **UM NOVO MODELO DE GESTÃO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: EMATER - RO\*

Nº DE INSCRIÇÃO: 183/96

ÁREA: Formas de gestão e planejamento

MUNICÍPIO: Vários

ESTADO: Rondônia

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivo contribuir com o desenvolvimento agrícola sustentável do Estado de Rondônia, mediante implantação de modelos de produção diversificados e integrados, horizontal e verticalmente, e a promoção de capacitação para produtores rurais e suas organizações, em tecnologias agropecuárias, gerenciais e organizacionais. A base de sustentação deste programa é a busca da auto-sustentabilidade dos produtores rurais, suas famílias e suas organizações.

---

\* Empresa Pública Estadual

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- Estadual *EMATER - RO / Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia*
- Municipal
- Outros

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

- Sim
- Não

**(SE SIM)****4.  GOVERNAMENTAIS**

- Mesmo nível *Secretaria da Agricultura, Plano Agropecuário*
- Outro nível *Prefeituras, Câmaras Municipais, EMBRAPA e outros*

**4.1. Tipo de participação Governamental**

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar) *Divulgação*

**5.  DA SOCIEDADE CIVIL:**

- ONG *não discriminados*
- Setor privado *Organizações Associativas de Produtores Rurais*
- Comunidade *Conselhos Municipais de Política Agrícola, Associações, etc.*
- Outros (especificar)

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- ( ) Formulação/decisão  
( x ) Implementação/execução  
( x ) Controle  
( ) Recursos financeiros  
( ) Outros

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

O produtor rural, sua família (mulher, filhos) e sua organização social rural, as unidades produtivas. Objetivo: 36.500 unidades.

## 9. RECURSOS

R\$ 15.700,00

fonte: Estado 70%

BIRD 14%

União 10%

Próprios 6%



**III - INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( ) Sim

( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Desenvolvimento rural

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

( x ) Sim

Em resposta a consulta feita pela pesquisa, constatou-se a existência de um subprograma “Apoio às organizações das mulheres” . Este consiste em programa de orientação e assessoria técnica às mulheres rurais e à família rural, visando às mulheres como seu público alvo. Com este programa, estimula-se a organização de mulheres rurais e sua participação no processo produtivo.

( ) Não

## 13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

( x ) Sim

Ao longo do desenvolvimento do programa, identificou-se um segmento com necessidades específicas - o das mulheres rurais - criando-se um módulo específico para atendê-lo. Não há informação sobre se as organizações de mulheres, estruturadas como tal, precedem o programa ou surgem junto com este.

( ) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

Dentre as recomendações do movimento de mulheres na área de políticas públicas, inclui-se, de um lado, a relativa à criação de oportunidades de geração de emprego e renda para mulheres e, de outro, a relativa ao reconhecimento dos direitos relativos às mulheres rurais (ênfatiza-se, em geral as políticas de distribuição de terras). (BARSTED, Leila A. Linhares. *op.cit.*)

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **FUNGER - FUNDO DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal / Secretaria Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 088/96

ÁREA: Geração de empregos e treinamento para o trabalho

MUNICÍPIO: Teresina

ESTADO: Piauí

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivos (1)Fomentar as iniciativas nos diversos setores da economia, através do apoio financeiro às pequenas e microempresas estabelecidas, e profissionais autônomos, grupos, associações e cooperativas de produção; (2)Fortalecer a ampliação de empregos oferecidos em Teresina, através do apoio direto à produção e comercialização de produtos manufaturados e artesanais, além do estímulo ao trabalhador autônomo; (3)Disseminar uma mentalidade produtiva, que permita mudanças de expectativas no seio da comunidade.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual  
 Municipal *Secretaria Municipal da Indústria e Comércio*  
 Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim  
 Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível  
 Outro nível *Caixa Econômica Federal*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONG  
 Setor privado  
 Comunidade  
 Outros (especificar)

6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

7. ANO DE INÍCIO

1993

8. PÚBLICO-ALVO

Unidades produtivas formais e informais, profissionais autônomos, cooperativas e associações de profissionais, micro-empresas.

9. RECURSOS

R\$ 675.533,00 -1995

Fontes: Municipais

### **III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( ) Sim

( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Geração de emprego e renda

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Por que?

O programa não incorporava a questão de gênero quando de sua concepção. No entanto, ao longo de seu desenvolvimento, manifestou-se grande demanda por parte de mulheres. Segundo informações complementares encaminhadas pelo programa, nos primeiros seis meses do programa, em 1994, este atendeu somente a demanda de unidades produtivas dirigidas por mulheres, da área textil. Centenas de mulheres são responsáveis, em Terezina, pelo sustento da família, sendo as chefes de família. Diante disto, o programa, recentemente incorporou explicitamente a questão de gênero, através do decreto municipal n. 3.371, de 09/01/97, o qual estabelece, em seu artigo 8: “Das unidades produtivas a serem apoiadas com recursos do FUNGER, 2/3 (dois terços) deverão ter as mulheres como beneficiárias, com prioridade para aquelas que sejam as responsáveis pela manutenção do orçamento familiar”.

Não

## 13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

Embora o programa não resulte de um movimento local, seu desenvolvimento reflete reivindicações de mulheres, como afirmam os responsáveis pelo programa:

*“Esta participação de gênero foi decorrente não só da realidade local (predomínio de mulheres na população de Terezina), bem como das diversas visitas às vilas e bairros da cidade, às reuniões repletas de público feminino.. onde elas reivindicavam maior participação nos recursos e obras municipais de geração de renda, bem como em outras atividades”*.

Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

Dentre as recomendações do movimento de mulheres na área de políticas públicas, inclui-se a relativa à criação de oportunidades de geração de emprego e renda para mulheres.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **MICROURBANIZAÇÃO INTEGRADA DO CASTELINHO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Instituto de Planejamento do Município - IPLAN

Nº DE INSCRIÇÃO: 552/96

ÁREA: Habitação

MUNICÍPIO: Fortaleza

ESTADO: Ceará

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivo a produção de 50 moradias em regime de ajuda-mútua ou mutirão, em continuidade a Programa de Inovações para a Moradia Popular. O programa procura também propiciar a geração de emprego e renda, através do desenvolvimento de atividades produtivas como hortas comunitárias e unidades de produção, e capacitar servidores da Prefeitura e moradores envolvidos no programa.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

( ) Estadual

( x ) Municipal      *IPLAN - Instituto de Planejamento do Município*

( ) Outros (especificar)



## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Secretaria do Trabalho e Ação Social do Município*

Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (Assistência técnica)

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG *CEARAH Periferia (ONG local), ADRAI (ONG belga) e GRET (ONG francesa)*

Setor privado

Comunidade *Conselho de Moradores do Sto. Antonio do Castelinho , UCGF - entidade federativa do movimento popular, Conselho de Moradores*

Outros (especificar)

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- ( x ) Formulação/decisão
- ( x ) Implementação/execução
- ( x ) Controle
- ( x ) Recursos financeiros
- ( x ) Outros (Assistência Técnica)

## 6. (    ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

## 9. RECURSOS

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- (    ) Sim
- ( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Habitação popular

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

Sim

Como?

O projeto inclui a mulher na caracterização de seu público-alvo, considerando a sua inserção no mercado de trabalho (setor informal, inserção irregular - “faxineiras, lavadeiras ou domésticas”) ao analisar a situação das famílias atendidas. Além disto, a mulher é integrada ao processo de ajuda-mútua.

Não

## 13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

Sim

O programa constitui resposta a uma demanda da população, conforme se lê em documento do programa: “O Projeto Castelinho nasceu em consequência de uma solicitação da União das Comunidades da grande Fortaleza, entidade do movimento popular, dirigida ao GRET..... para implementação de um projeto de moradia para 50 famílias que haviam ocupado um terreno próximo ao Castelo...” . Embora não haja referência a mulheres no documento, em geral a presença de mulheres em movimentos de luta por moradia é significativa, caracterizando o que Elizabeth Souza-Lobo designa por as mulheres **nos** movimentos.

Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

Sim

Dentre as reivindicações de movimentos sociais ocorridos desde o final dos anos 70, em que a presença de mulheres foi expressiva, destacam-se as relativas à moradia.

Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA INTERSECRETARIAL DE ATENDIMENTO  
À TERCEIRA IDADE**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretarias Municipais de Saúde, Cultura e Esportes

Nº DE INSCRIÇÃO: 388/96

ÁREA: Idoso

MUNICÍPIO: São Paulo

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivos (1)Incentivar a participação do idoso na sociedade através de suas organizações e entidades representativas; (2)Melhorar a qualidade de vida do idoso, através de promoção de atividades físicas, culturais e sociais, incentivando o convívio social; (3)Diminuir a morbidade de doenças físicas e psíquicas, através de ações preventivas das doenças crônicas degenerativas e (4)Desenvolver a autonomia pessoal e grupal, através do resgate da auto-estima, da potencialidade e da capacidade crítica de cada participante.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal *Secretarias Municipais da Saúde, Cultura e Esporte*
- Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim
- Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Secretaria de Cultura e Esporte (considerando-se a de Saúde a que deu início ao processo)*
- Outro nível

## 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (Recursos humanos)

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

- ONG
- Setor privado
- Comunidade *Grupo da 3ª Idade "Alegria de Viver", constituído ao longo do programa*
- Outros (especificar)

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1990

## 8. PÚBLICO-ALVO

Pessoas acima de 50 anos, de ambos os sexos.

Atendidas: 200 pessoas.

## 9. RECURSOS

Não orçado.

Não há recursos públicos envolvidos. Atividades são desenvolvidas com recursos gerados com atividades realizadas pelo próprio grupo, além de contribuição mensal dos próprios participantes (R\$ 2,00).

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- Sim
- Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Terceira Idade

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim

Como?

Entre os beneficiados por este programa estão homens e mulheres. Não se dispõe de dados sobre o percentual de mulheres no grupo atendido, mas deve ser expressiva esta participação, pela maior esperança de vida entre as mulheres no Brasil, por um lado, e, por outro, por maior tendência de adesão a programas como o analisado por parte de mulheres. Os documentos do programa se referem apenas a uma atividade específica na área de saúde, em particular ao atendimento ginecológico. Não se dispõe de dados sobre a tratamento de outras dimensões específicas à mulher durante as atividades do programa.

 Não

## 13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

 Sim Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

 Sim

Dentre as propostas de movimentos de mulheres relativa à área de saúde, inclui-se, no âmbito de programas de assistência integral à saúde da mulher, a relativa à criação de programas específicos para a Terceira Idade.

 Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria do Planejamento/Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 061/96

ÁREA: Participação popular

MUNICÍPIO: Ipatinga

ESTADO: Minas Gerais

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa Orçamento Participativo consiste num instrumento de participação da população no processo decisório de alocação dos recursos públicos do município, através do qual os cidadãos participam da discussão e da elaboração do Orçamento Municipal. A intenção é democratizar a relação poder público-cidadão. A cidade é dividida em oito regiões, cada uma das quais escolhe delegados (um para cada 1000 habitantes) para os Conselhos Regionais do Orçamento, responsáveis pelo encaminhamento das principais reivindicações de seus bairros. No Congresso Municipal de Prioridades Orçamentárias - COMPOR, os delegados dos Conselhos Regionais e representantes de entidades da sociedade civil, com base na consolidação geral de todas as reivindicações levantadas nas diversas regiões, elegem as prioridades para o orçamento do ano seguinte.



**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- Estadual  
 Municipal      *Secretaria do Planejamento de Ipatinga*  
 Outros (especificar)

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

- Sim  
 Não

**(SE SIM)****4. ( x ) GOVERNAMENTAIS**

- Mesmo nível      *Câmara Municipal (representantes), Observadores:  
Prefeituras e Câmaras da região, Associação de  
Municípios da micro-região do Vale do Aço etc*  
 Outro nível      *Representantes do Governo Estadual, (observadores)*

**4.1. Tipo de participação Governamental**

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros (especificar)

## 5. ( x ) DA SOCIEDADE CIVIL:

( x ) ONG *Lyons, Rotary, etc*

( x ) Setor privado *micro, pequenas e média empresas*

( x ) Comunidade *Representantes diretos da população, associações de moradores e movimentos populares, clubes de mães e creches, conselhos setoriais (saúde, educação, criança e adolescente etc.)*

( x ) Outros

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

( x ) Formulação/decisão

( x ) Implementação/execução

( x ) Controle

( x ) Recursos financeiros (patrocínio - empresas)

( ) Outros (especificar)

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1989

## 8. PÚBLICO-ALVO

População do município - 200.000 habitantes

## 9. RECURSOS

Não discriminados

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( ) Sim

( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Participação popular

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

( x ) Sim

Como?

A incorporação da questão de gênero não foi prevista quando o programa foi concebido. No entanto, esta dimensão tem sido incorporada pelo programa, em primeiro lugar, através da presença das mulheres como cidadãs e como representantes de associações de mulheres - Clubes de Mães e Creches, Grupos de Mulheres - nos Conselhos Regionais de Orçamento. É ilustrativa ênfase atribuída à dimensão gênero pela coordenação do programa, quando, dentre os aspectos indicativos do “sucesso” da iniciativa, destaca-se: *“A presença cada vez mais marcante das mulheres, inclusive na direção do processo. No 6º COMPOR [Congresso Municipal de Prioridades Orçamentárias] os 3 primeiros cargos mais importantes da direção executiva foram ocupados por mulheres”*.

A diretoria do Conselho Municipal do Orçamento foi assumida duas vezes por mulheres, entre 1990 e 1996, num total de seis diretorias. Em 1998, dos oito Conselhos Regionais, três serão presididos por mulheres (informações complementares obtidas em 1997).

Este programa sugere que, abertos espaços de participação, as mulheres e suas organizações se fazem representar, procurando interferir no espaço público, para que as

políticas públicas reflitam suas prioridades - nem sempre prioridades que refletem questões específicas à mulher, mas sempre relativas a temas com os quais têm se engajado, relativos à melhoria das condições de vida da população pobre, envolvendo a extensão de serviços públicos.

( ) Não

13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

( x ) Sim

Ao incorporar a representação de movimentos e organizações de mulheres no processo decisório.

( ) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

*O programa responde, não especificamente a uma demanda pelo orçamento participativo, mas à reivindicação geral por abertura de espaço para as mulheres - e as questões por elas levantadas - nas políticas públicas, e, através deste espaço, abre espaço para o atendimento de demandas postas pelos movimentos de mulheres, na área de habitação, saneamento, educação etc.*

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

***I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA***

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal /Secretaria Municipal de Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 415/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Campina Grande

ESTADO: Paraíba

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

***II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA***

**1. RESUMO**

O programa consiste na implantação de um projeto-piloto, no bairro do Mutirão do Serrotão, de um programa de saúde voltado para a universalização do acesso, a integralidade das ações, a participação popular e o planejamento estratégico no nível local. O programa-piloto tem por objetivos (1) Prestar assistência integral à saúde das famílias residentes, (2) Mobilizar a população em torno do tema "saúde", (3) Identificar os grupos de maior risco do ponto de vista sanitário, priorizando-os na formação de grupos específicos (gestantes, desnutridos, hipertensos, diabéticos, asmáticos), (4) Estabelecer parcerias com os setores já organizados da sociedade civil e fomentar, dentro do possível, a criação de novos grupos na população residente na área adscrita ao programa, a exemplo da criação de uma Associação de Seleccionadores de Material Reciclável, cujo objetivo maior é a coleta de lixo e conseqüente geração de renda..

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

- Estadual  
 Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*  
 Outros

**3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS**

- Sim  
 Não

**(SE SIM)****4. ( x ) GOVERNAMENTAIS**

- Mesmo nível *Secretaria do Meio Ambiente e Serviços Urbanos*  
 Outro nível *Universidade Federal da Paraíba, Fundação de Ação Comunitária - esfera estadual, Companhia de Água e Esgotos da Paraíba), Ministério da Saúde (Programa Médico de Família)*

**4.1. Tipo de participação Governamental**

- Formulação/decisão  
 Implementação/execução  
 Controle  
 Recursos financeiros  
 Outros *Capacitação de Grupos da comunidade, assistência técnica*

## 5. ( x ) DA SOCIEDADE CIVIL:

( x ) ONG *BENFAM - Sociedade Civil Bem-Estar familiar no Brasil ; Projeto Nosso Irmão*

( ) Setor privado

( x ) Comunidade *Clube de mães, associação de moradores*

( ) Outros (especificar)

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

( ) Formulação/decisão

( x ) Implementação/execução

( ) Controle

( x ) Recursos financeiros

( x ) Outros *Treinamento da Equipe do Programa de Saúde da Família*

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

3.312 habitantes do bairro M. do Serrotão

## 9. RECURSOS

R\$ 81.481,00

Recursos: Fundo Municipal de Saúde, orçamento da prefeitura, Fundação de Ação Comunitária (estadual) e Projeto Nosso Irmão (ONG)

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( ) Sim

( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

( x ) Sim

Como?

Primeiramente, entre os objetivos do programa está o de desenvolver programas de melhoria das condições de saúde de grupos específicos, de maior risco do ponto de vista sanitário, incluindo o grupo de gestantes e o de desnutridos (que focaliza recém-nascidos e crianças). Além disso, o "Clube de Mães" existente no local participa ativamente da administração e do funcionamento do Centro de Recuperação Nutricional: *“Seu funcionamento tem sido possível a partir da mobilização do Clube de Mães do bairro, já que são suas componentes que, organizadas em turnos, planejam e executam as funções necessárias ao funcionamento do centro sob a orientação da assistente social da equipe”* (documento do programa, encaminhado ao Gestão Pública). Finalmente, há um trabalho de orientação ao planejamento familiar, que envolve de forma central a mulher.

( ) Não



13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

( ) Sim

( x ) Não (Não há informações a este respeito)

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

Dentre as reivindicações de movimentos sociais ocorridos desde o final dos anos 70, em que a presença de mulheres foi expressiva, incluem-se as relativas à área de saúde, como a reivindicação de extensão do acesso a serviços nesta área, com ênfase à saúde dos filhos.

Por outro lado, há ênfase no programa ao atendimento materno-infantil, com ênfase à gestante e ao atendimento a desnutridos. Isto decorre de uma das características do Programa Médico da Família que se propõe, para as populações carentes, até então excluídas do acesso à saúde, o atendimento baseado na noção de grupos de risco. Esta característica aproxima o programa de um padrão mais tradicional de atendimento, com ênfase a programas de saúde materno-infantis. No entanto, o programa inclui também orientação ao planejamento familiar.

Atende-se, assim, a proposta vinda de movimentos de mulheres relativa ao fornecimento de informações e recursos para o planejamento familiar (CARRANZA, Maria. *Saúde reprodutiva da mulher brasileira*. IN: SAFFIOTI, Heleith I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos/NIPAS/UNICEF, 1994).

Não chega a se configurar, no entanto, um programa de atenção integral à saúde da mulher, proposta mais recente de movimentos de mulheres, que procura superar a abordagem tradicional, centrada na atenção materno-infantil. (Ver CARRANZA, op.cit. p.96.)

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA DE SAÚDE DO TRABALHADOR RURAL  
DE FAGUNDES**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal de Saúde de Fagundes

Nº DE INSCRIÇÃO: 618/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Fagundes

ESTADO: Paraíba

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivos: (1)levar até a população rural de Fagundes assistência médica e odontológica, (2)desenvolver ações de educação básica de higiene e prevenção de doenças, (3)promover ações e cuidados básicos no sentido de reverter o modelo assistencial caro, restrito e centrado no hospital, e diminuir a necessidade de cuidados especializados decorrentes do acesso tardio a serviços de saúde, aumentando a capacidade do município de resolver a nível local a maioria dos problemas de saúde que afligem a população, (4)definir o perfil epidemiológico das demandas por cuidados de saúde da população do município de modo que seja possível planejar estrategicamente as ações de saúde que devem ser empreendidas em nível local, no sentido de otimizar o uso

dos recursos humanos, financeiros, de equipamentos e materiais e assim, (5)eliminar mortes precoces e sofrimentos com saúde desnecessários.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal *Secretaria Municipal de Saúde*
- Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim
- Não

### **(SE SIM)**

#### 4. GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível *Programa de Agentes Comunitários de Saúde*
- Outro nível

#### 4.1. Tipo de participação Governamental

- Formulação/decisão
- Implementação/execução
- Controle
- Recursos financeiros
- Outros (especificar)

## 5. ( x ) DA SOCIEDADE CIVIL:

( ) ONG

( x ) Setor privado *A.R. Saúde Consultoria*

( x ) Comunidade *Conselho Municipal de Saúde*

( ) Outros (especificar)

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

( x ) Formulação/decisão

( x ) Implementação/execução

( x ) Controle

( ) Recursos financeiros

( ) Outros

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

População da zona rural

## 9. RECURSOS

R\$ 63.264,00

Fontes: - Municipais (20% dos investimentos na área de saúde)

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( ) Sim

( x ) Não

**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

( x ) Sim

Como?

Dentre os grupos que o programa tem por finalidade atender, inclui-se o grupo das gestantes.

( ) Não

## 13. O programa responde a movimento de mulheres ou organização de mulheres na localidade de sua implantação?

( ) Sim

( x ) Não

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( x ) Sim

Enquanto ação na área de saúde, que procura atingir população não atendida, responde a uma das prioridades dos movimentos de mulheres. No entanto, no que diz respeito à política de atendimento à mulher, não parece haver sido incorporada a abordagem integral proposta pelos movimentos de mulheres e explicitadas no PAISM.

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

**I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA**

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Secretaria Municipal da Saúde

Nº DE INSCRIÇÃO: 424/96

ÁREA: Saúde

MUNICÍPIO: Joinville

ESTADO: Santa Catarina

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

**II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA**

**1. RESUMO**

O programa tem por objetivo estimular a extensão da cobertura e o aumento da qualidade de atendimento no sistema de saúde, prevenir doenças e identificar fatores de risco aos quais a população está exposta, através da adoção de um novo modelo de atendimento, centrado em ações de proteção e prevenção da saúde, de forma integral e contínua. O atendimento à saúde se faz não apenas em nível ambulatorial, mas também no nível domiciliar, com atenção à família, procurando, além disto, estimular o envolvimento da comunidade com o programa.

**2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA**

( ) Estadual

( x ) Municipal      *Secretaria Municipal da Saúde*

( ) Outros

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

Sim

Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

Mesmo nível *Secretarias de Educação, de Desenvolvimento Comunitário, de Obras, de Serviços Públicos, de Habitação e Saneamento e de Planejamento*

Outro nível) *Ministério da Saúde*

## 4.1. Tipo de participação Governamental

Formulação/decisão

Implementação/execução

Controle

Recursos financeiros

Outros (especificar)

5.  DA SOCIEDADE CIVIL:

ONG

Setor privado

Comunidade *Associação de Moradores, Associação de Pais e Professores*

Outros *Pastorais da Saúde e da Criança*

## 5.1. Tipo de participação da Sociedade Civil

- ( x ) Formulação/decisão
- ( x ) Implementação/execução
- ( x ) Controle
- ( ) Recursos financeiros
- ( ) Outros (especificar)

## 6. ( ) OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1994

## 8. PÚBLICO-ALVO

Meta: 30% da população do município.

Atendidos: 83.912 - 21,7% da população do município (1996)

## 9. RECURSOS

Custo anual - R\$ 3.147.928,00

Fontes: 86,04% - municipais

13,96% - federais

**III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

- ( ) Sim
- ( x ) Não



**(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Saúde

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

 Sim

Como?

Entre os grupos de controle (considerados grupos de risco), incluem-se o de gestantes e o de mulheres em idade fértil. Neste último caso, há um trabalho de prevenção ao câncer e de orientação ao planejamento familiar. Além disto, a mulher é mobilizada pelo programa enquanto mãe, tanto no caso da prevenção e tratamento da desnutrição infantil, como nos demais casos de saúde da criança.

 Não

## 13. O programa responde a movimento de mulheres na localidade de sua implantação?

 Sim Não (Não há informações que sugiram isto)

## 14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

 Sim

Dentre as reivindicações de movimentos sociais ocorridos desde o final dos anos 70, em que a presença de mulheres foi expressiva, incluem-se as relativas à área de saúde, como a reivindicação de extensão do acesso a serviços nesta área, com ênfase à saúde dos filhos.

O programa, por outro lado, envolve ao lado do atendimento materno-infantil - que enfatiza o atendimento à gestante e o combate à desnutrição - ações de prevenção ao câncer e a orientação ao planejamento familiar.

Atende-se, assim, a proposta vinda de movimentos de mulheres relativa ao fornecimento de informações e recursos para o planejamento familiar (CARRANZA, Maria. *Saúde reprodutiva da mulher brasileira*. IN: SAFFIOTI, Heleith I. B. e MUÑOZ-VARGAS, Monica. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro/Brasília, Rosa dos Tempos/NIPAS/UNICEF, 1994). Amplia-se também o espectro de mulheres atendidas, ao não se restringir a atenção às gestantes. Não há referência, no entanto, à atenção a adolescentes, à terceira idade e a um programa de educação à saúde, com ênfase a doenças sexualmente transmissíveis, que permitiriam completar o modelo de atenção integral à saúde da mulher, proposta mais recente de movimentos de mulheres, que procura superar a abordagem tradicional, centrada na atenção materno-infantil, consagrado no PAISM. (CARRANZA, *op.cit.* p.96)

( ) Não

**GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS**  
**FICHA ANALÍTICA**

***I - IDENTIFICAÇÃO DO PROGRAMA***

NOME DO PROJETO: **PROGRAMA HORTAS COMUNITÁRIAS**

INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL: Prefeitura Municipal

Nº DE INSCRIÇÃO: 058/96

ÁREA: Assistência Social

MUNICÍPIO: Birigui

ESTADO: São Paulo

CLASSIFICAÇÃO: Semifinalista

***II - CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA***

**1. RESUMO**

O projeto consiste da criação de hortas comunitárias em terrenos disponíveis da prefeitura, com o objetivo de possibilitar à população mais carente a produção de legumes e verduras, com o auxílio de técnicos da prefeitura, com custo zero para esta população, estimulando o consumo destes alimentos pela população carente. Cada família interessada recebe, por ordem de cadastramento, quatro canteiros para cultivar. Com ajuda dos técnicos da prefeitura, são preparados os solos, em regime de mutirão, e plantadas as sementes, doadas pela prefeitura.

## 2. NÍVEL DE GOVERNO RESPONSÁVEL PELA INICIATIVA

- Estadual
- Municipal *Secretaria Municipal de Serviço Social e a FUBEM -  
Fundação de Bem-Estar Social de Birigui*
- Outros (especificar)

## 3. OUTRAS INSTITUIÇÕES, ENTIDADES E GRUPOS ENVOLVIDOS

- Sim
- Não

**(SE SIM)**4.  GOVERNAMENTAIS

- Mesmo nível
- Outro nível

5.  DA SOCIEDADE CIVIL

- ONG
- Setor Privado
- Comunidade
- Outros (especificar)

6.  OUTRAS PARTICIPAÇÕES: ESPECIFICAR

## 7. ANO DE INÍCIO

1983

## 8. PÚBLICO-ALVO

9.860 pessoas de famílias de baixa renda, com membros desempregados ou com renda inferior a 5 s.m. e aposentados com renda inferior a 1 s.m.

## 9. RECURSOS

R\$ 36.000,00 anuais

Fonte: recursos orçamentários

### **III- INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO**

## 10. POLÍTICA DIRIGIDA À MULHER

( ) Sim

( x ) Não

### **(SE O PROGRAMA NÃO É DIRIGIDO À MULHER)**

## 11. FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA

Assistência social - suplementação alimentar

## 12. INCORPORAÇÃO DA QUESTÃO DE GÊNERO

( x ) Sim

O programa não considerou a questão de gênero quando de sua implantação. Não obstante, tendo havido interesse por parte de mulheres da comunidade atendida em participar do programa, estas passaram a se envolver no cultivo de hortas, junto com os homens.

Segundo informações fornecidas pela coordenação do programa, estabeleceu-se uma tendência a uma divisão sexual do trabalho nas hortas comunitárias: *“percebendo-se assim que a mulher atua na parte de plantio, irrigação, colheita e manutenção dos*

*canteiros, enquanto que para o homem fica o trabalho mais pesado como estaqueamento, formação de canteiros, cerca, coleta de humus, não se tornando isso [no entanto] uma regra”.*

( ) Não

13. O programa responde a movimentos de mulheres na localidade de sua implantação?

( ) Sim

( x ) Não

14. O programa responde a questões levantadas por movimentos de mulheres (Brasil)?

( ) Sim

( x ) Não